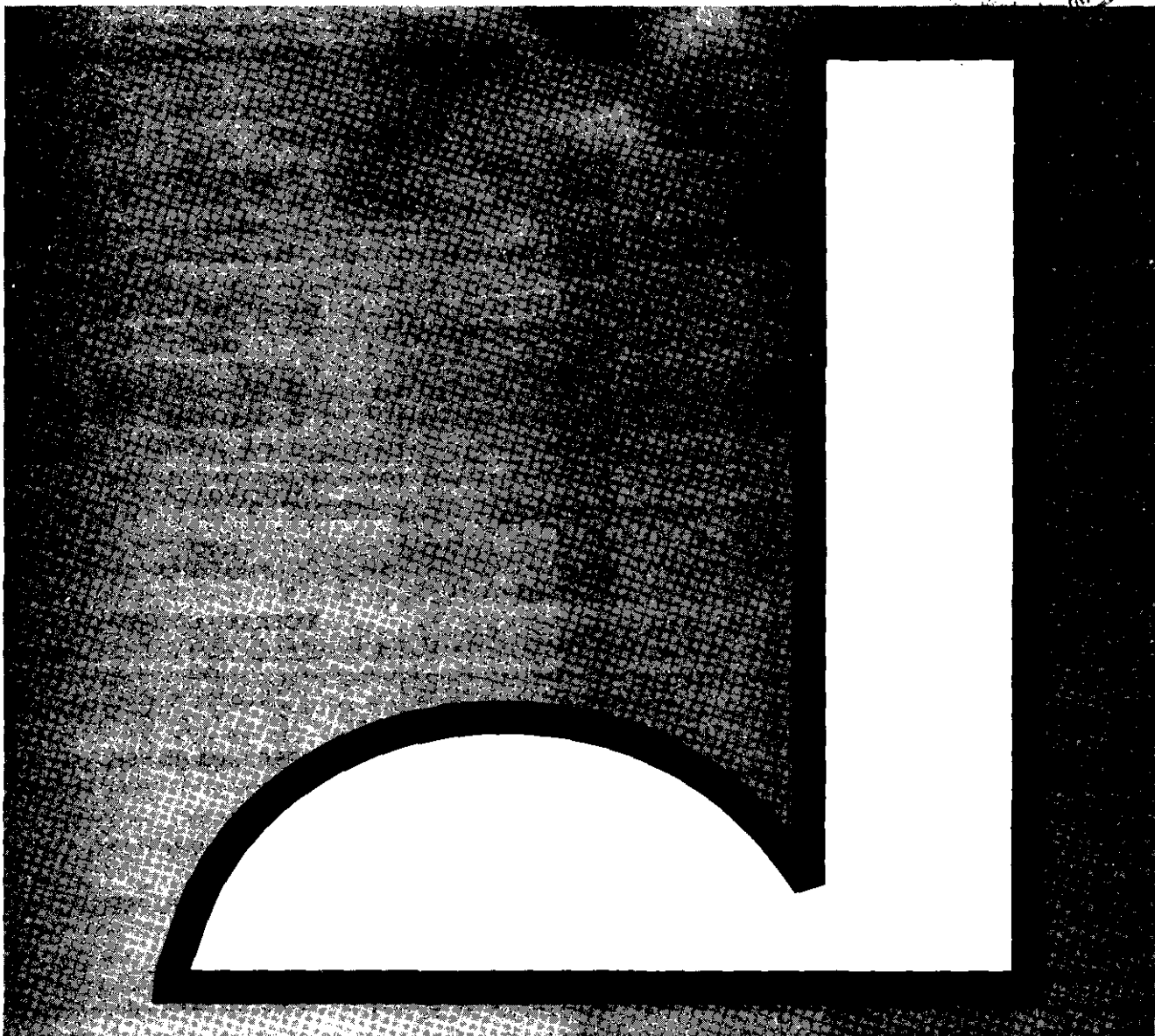
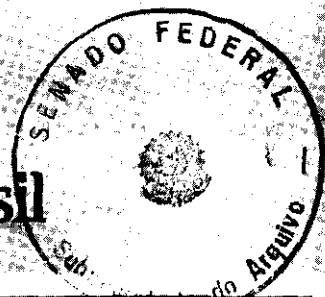




**República Federativa do Brasil**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**MESA****Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder**

Arlindo Porto

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 15ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE MARÇO DE 1996

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Requerimentos

Nº 212, de 1996, de autoria do Senador Flaviano Melo, solicitando ao Ministro do Planejamento informações que menciona. .... 03793

Nº 213, de 1996, de autoria do Senador José Roberto Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial conjunta do Congresso Nacional, destinada a homenagear o centenário de nascimento do engenheiro Israel Pinheiro, a ser realizada em 11 de abril do corrente, às 10 horas. .... 03793

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Transcurso do Dia Internacional da Mulher. .... 03794

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Cumprimentando as mulheres brasileiras no Dia Internacional da Mulher. .... 03794

SENADOR FREITAS NETO – Documento da bancada nordestina no Congresso Nacional, entregue ontem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que poderá servir de base para a ação governamental, imprescindível à região Nordeste, visando sua viabilidade e diminuição das desigualdades regionais. .... 03795

SENADOR ROMEU TUMA, como Líder – Homenagem às mulheres e louvores à sua esposa, D<sup>a</sup> Zida. .... 03800

SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens à mulher brasileira. .... 03801

SENADOR EDUARDO SUPLEY, como Líder – Considerações acerca de atitude condenável do Governo federal em relação à CPI do sistema financeiro brasileiro. Razões para a criação dessa CPI. .... 03801

SENADOR JEFFERSON PERES – Análise comparativa entre os ajustes econômicos realizados no Chile e os em curso no Brasil. .... 03802

SENADOR BERNARDO CABRAL – Esclarecimentos sobre artigo na coluna da jornalista Cristiana Lôbo, do jornal *O Estado de S. Paulo*, acerca de sua assinatura no requerimento de criação da CPI do sistema financeiro. .... 03806

SENADOR JOÃO ROCHA – Comentários sobre a estabilidade e a conjuntura econômica e social do Brasil. .... 03807

SENADOR PEDRO SIMON – Aprovação ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 1995, de sua autoria, que cria Comissão Especial de investigação, com âmbito de atuação na administração pública federal direta e indireta, e dá outras providências. .... 03810

SENADOR ROMERO JUCÁ – Posição de S. Ex<sup>a</sup> como Vice-Líder do PFL na questão da composição da CPI do sistema financeiro. .... 03819

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre o artigo das jornalistas Cristina Alves e Léa Cristina, publicado no jornal *O Globo* de hoje, sobre a CPI do sistema financeiro. .... 03820

##### 1.2.3 – Ofício

Nº 162/96, do Líder do PMDB no Senado Federal, Senador Jader Barbalho, comunicando a sua ausência dos trabalhos da Casa no período de 6 a 17 do corrente mês, com vistas a desempenhar missão de interesse parlamentar, e indicando o Senador Ronaldo Cunha Lima para substituí-lo nos trabalhos da Liderança do PMDB. .... 03821

##### 1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a destinação de recursos arrecadados em decorrência da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e dá outras providências. .... 03821

##### 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Deferimento, *ad referendum*, da Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 178, de 1996, de autoria do Senador Jader Barbalho. .... 03823

##### 1.3 – ORDEM DO DIA

Requerimento nº 209, de 1996, do Senador Carlos Bezerra e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 1996, que altera a Resolução nº 69, de 1995, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas

autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.** ..... 03823

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 57 da Constituição Federal. **Não houve oradores no quarto dia de discussão, em 1º turno.** ..... 03823

Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares e outros senhores Senadores, que dá nova redação à alínea e do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal. **Não houve oradores no quarto dia de discussão, em 1º turno.** ..... 03823

Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto e outros senhores Senadores, que altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal. **Não houve oradores no quarto dia de discussão, em 1º turno.** ..... 03823

#### 1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 213, de 1996, lido no Expediente da presente sessão. **Votação adiada por falta de quorum.** ..... 03824

#### 1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Saudações às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Lamentando a prisão de Deolinda Alves de Souza, líder do Movimento dos Sem-Terra. Estranheza diante dos argumentos governistas contrários à criação da CPI dos Bancos. .... 03824

**SENADOR FLAVIANO MELO**, como Líder – A importância do Incra e a sua legitimidade na solução de questões da reforma agrária. .... 03826

**SENADOR ROMERO JUCÁ**, como Líder – Congratulando-se com o Dia Internacional da Mulher. Cobrança absurda do Imposto Territorial Rural em Roraima. Revisão do cálculo da base do Imposto Territorial Rural. .... 03827

**SENADOR ADEMIR ANDRADE**, como Líder – O Dia Internacional da Mulher. CPI do Sistema Financeiro. Transcrição de carta do Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo. .... 03827

**SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA**, como Líder – Observações ao discurso do Sr. Ademir Andrade. .... 03833

**SENADOR ADEMIR ANDRADE** – Resposta ao pronunciamento do Senador Epitácio Cafeteira, por ter sido citado nominalmente. .... 03833

**SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA** – Retutando as colocações do Senador Ademir Andrade. .... 03834

**SENADOR JOEL DE HOLLANDA** – Lançamento ontem, no Palácio do Planalto, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, da Política Nacional de Turismo. .... 03834

**SENADOR JOSÉ ALVES** – O Dia Internacional da Mulher. .... 03837

**SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA** – O Dia Internacional da Mulher. .... 03839

**SENADORA BENEDITA DA SILVA** – Dia Internacional da Mulher. Reflexões sobre a luta das mulheres na sociedade. .... 03840

#### 1.4 – ENCERRAMENTO

#### 1.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

#### 2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 48ª Sessão, realizada em 27 de abril de 1995. (Publicada no DCN, Seção II, de 28 de abril de 1995.) ..... 03845

#### 3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 258, de 1996 (republicação). .... 03846

Nºs 273 a 275, de 1996. .... 03847

#### 4 – ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

Nºs 20 a 25, de 1996. .... 03847

#### 5 – MESA DIRETORA

#### 6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

# Ata da 15ª Sessão Deliberativa Ordinária em 8 de março de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Valmir Campelo, Jefferson Péres e Leomar Quintanilha*

*(Inicia-se a Sessão às 9 horas)*

ÀS 9 HORAS, COMPARECERAM OS SRS.

SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valladares – Artur da Távola – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Eduardo Suplicy – Eptácio Cafeteira – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Íris Rezende – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alves – José Eduardo Dutra – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Pedro Simon – Roberto Freire – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Valmir Campelo – Waldeck Ornelas.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João França.

*É lido o seguinte*

## REQUERIMENTO Nº 212, DE 1996.

Senhor Presidente,

Na conformidade do que faculta o art. 215, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dentro do espírito de sua competência fiscalizadora, e tendo em vista a prática abusiva dos juros altos exercida especialmente pelo comércio requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Planejamento as seguintes informações.

Considero que o processo de estabilização financeira do Brasil apresentou depois de quase dois anos de sua implantação, um sucesso notável, não justifica, *data venia*, a prática pelo mercado de juros extorsivos com uma certa conviência do Banco Cen-

tral, implicando em que o consumidor suporte ao ônus dessa estabilização econômica. Não se pode admitir que no Brasil de inflação baixíssima, alguns comerciantes façam do dinheiro a sua mercadoria, recriando uma ciranda muito particular e fomentando, inclusive uma cultura inflacionária.

Requer-se assim informações ao Sr. Ministro da área econômica, sobre quais providências estão sendo tomadas com relação a esse grave problema dos juros altos praticados especialmente pelo comércio.

Sala das Sessões, 8 de março de 1996. – Senador **Flaviano Melo**.

*(À Mesa para decisão)*

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João França.

*É lido o seguinte:*

## REQUERIMENTO Nº 213, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Sessão Especial Conjunta do Congresso Nacional, destinada a homenagear o Centenário de nascimento do Engenheiro Israel Pinheiro, primeiro Prefeito de Brasília, a ser realizada em 11 de abril do corrente, às 10 horas.

Sala das Sessões, 8 de março de 1996. – Senador **José Arruda – Valmir Campelo – Lúcio Alcântara – José Bianco – Romeu Tuma – Marluce Pinto – Eptácio Cafeteira – Marina Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, I, b, do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral

para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno da Casa.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando da feitura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte – e V. Ex<sup>a</sup> foi um dos seus integrantes – ali, com uma plêiade de companheiros Constituintes, conseguimos tornar realidade o inciso I do art. 5º da Constituição Federal de 1988, cujo texto é o seguinte:

"I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição."

Quem viveu nessa época sabe do trabalho intenso, árduo, penoso de um grupo de Constituintes mulheres, apoiadas por aqueles que tinham sensibilidade para ver que não era mais possível a mulher continuar sendo uma espécie de objeto, condicionada a um "não pode" ou "não deve", para se transformar na realidade palpável dos dias de hoje. Uma companheira que ajuda, que protege e que tantas vezes é a construtora da vitória do seu parceiro.

O poeta Lamartine construiu uma frase que se espalhou pelo mundo: "atrás de um homem sempre está uma grande mulher". Fui um dos que tentaram corrigi-la, e contra ela protesto. Acho que ela está ao lado, e tantas vezes à frente, puxando, para que o seu marido, noivo ou companheiro possa ser um vitorioso.

E esta comunicação é tão inadiável, Sr. Presidente, porque hoje é o Dia Internacional da Mulher.

Ainda que o Texto Constitucional tenha sido vitorioso, que a mulher hoje esteja lado a lado de seu companheiro, a grande verdade, que não pode ser em nenhum instante ofuscada por uma caricatura que não traduz a realidade, é que ela sofre na pele um tratamento desigual, que vai desde a jornada de trabalho até o espancamento que sofre tantas vezes em casa pelos seus próprios familiares.

É nessa condição que quero emprestar a minha solidariedade por data tão significativa. E peço àqueles que têm sensibilidade que possamos construir juntos, distanciados de quaisquer preconceitos, um mundo melhor, para que a mulher seja aquilo que ela realmente é: a companheira que está firme na condução do lar, na criação dos filhos e na proteção do seu marido, do seu noivo, do seu esposo.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero trazer, porque já se vão oito anos, a sensibilidade dos Constituintes que fizeram inscrever no texto da nossa Carta Magna o inciso I do art. 5º. E, ao fazê-lo, cumprimento as nossas companheiras Senadoras,

as taquígrafas e todas as funcionárias que integram o corpo do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal, nesta sexta-feira, seguindo a mesma linha de raciocínio do eminente Senador Bernardo Cabral.

Gostaria de cumprimentar, nesta Alta Corte legislativa do País, as mulheres brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher. E a forma que encontro, Sr. Presidente, de fazê-lo é registrando que o Senado Federal e a sociedade brasileira têm razões para se orgulharem das cinco Senadoras que, nesta Legisatura, representam a mulher brasileira no Senado Federal. Cito a Senadora Marina Silva, a Senadora Benedita da Silva, a Senadora Marluce Pinto, a Senadora Emilia Fernandes e a Senadora Júnia Marise. Cada uma delas com uma história de vida singular; cada uma delas representando, nesta Casa, não apenas o seu Estado, mas também a força, a determinação e a inteligência da mulher brasileira. Cada uma das Sr<sup>as</sup> Senadoras que recebem, neste momento, os nossos cumprimentos por representarem a mulher brasileira no Senado Federal é, na verdade, portadora dos nossos cumprimentos a todas as mulheres do nosso País.

É importante registrar no Dia Internacional da Mulher que, entre todas as revoluções por que passa a sociedade: na diminuição das desigualdades entre as classes sociais e entre as regiões, a que mais se sobressai é exatamente aquela que resgata o papel da mulher na sociedade brasileira.

A mulher brasileira, nessa sua luta pela independência e pela igualdade de direitos, tem, nas cinco Senadoras que citei, as mais altas representantes dessa grande revolução no Senado Federal. Portanto, ao cumprimentar a Senadora Marina Silva, a Senadora Benedita da Silva, a Senadora Emilia Fernandes, a Senadora Júnia Marise e a Senadora Marluce Pinto, quero, na verdade, cumprimentar a todas as mulheres brasileiras.

Permito-me também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ressaltar aqui o papel importante das fun-

cionárias do Senado Federal, das funcionárias do Congresso Nacional que emprestam o seu talento, a sua capacidade de trabalho e sua habilidade invulgar para os trabalhos desta Casa.

Dessa maneira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em meu nome pessoal e em nome da Liderança do Governo nesta Casa, registro o orgulho de todos nós pela convivência com essas cinco Senadoras que honram a história política brasileira. Mais do que isso, que são o símbolo da luta da mulher brasileira pelo seu justo espaço na sociedade.

Penso que estamos avançando muito na luta pela igualdade dos direitos humanos. O Brasil, um país que tem um único idioma, representa culturalmente o maior exemplo do mundo na miscigenação de raças, tem que ser também um país de vanguarda na defesa dos direitos da mulher brasileira. E a presença de cinco mulheres na mais alta Corte Legislativa do País já é um bom exemplo e um bom início na luta pelos direitos da igualdade da mulher.

Com isso, Sr. Presidente, registro os cumprimentos da Liderança do Governo ao Dia Internacional da Mulher.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. FREITAS NETO** (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, preocupados com os crônicos problemas do Nordeste e com a ausência de uma nova política destinada a fazer-lhes frente, um grupo de senadores da região vem se reunindo, há seis meses, para traçar uma estratégia comum de ação. Fiz parte desse grupo desde a sua formação, por acreditar não apenas na viabilidade do Nordeste como nos dispositivos da Constituição que determinam ao Governo Federal a execução de políticas destinadas a reduzir as desigualdades regionais.

É essa questão, a redução das desigualdades entre as diversas regiões do País, que começa agora a ser vista sob uma luz diferente. O atual Governo, corretamente, procura situar o Brasil dentro de um novo quadro mundial. Vivemos uma etapa de globalização da economia, e o País não pode deixar de se integrar a essa ordem internacional que se delineia hoje.

As reformas submetidas pelo Executivo ao Congresso, tanto as que já foram votadas quanto as que ainda o serão, enquadram-se nesse contexto. Procuram assegurar ao Brasil as condições neces-

sárias para fazer frente aos desafios que agora surgem, modernizando-lhe a economia e garantindo-lhe competitividade.

Até agora, diga-se de passagem, elas constituem a principal marca do atual Governo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem sido responsável, desde o período que antecedeu sua eleição para o Planalto, por um plano econômico que vem garantindo estabilidade à moeda e que proporcionou aos brasileiros uma substancial redução dos índices de inflação. As reformas constitucionais complementam esse plano.

Temos garantido respaldo às reformas. Confiamos em que elas são necessárias ao desenvolvimento do País e ao bem-estar dos brasileiros, assim como estão abrindo caminho para nosso enquadramento em um mundo melhor. No entanto, acreditamos também que se torna necessário certo cuidado na implementação dessa nova orientação que se pretende para o Brasil.

Caracterizam-se essas reformas por uma redefinição do papel do Estado, que deixa seu papel de fomento econômico e passa a ocupar-se do que se tem apresentado como suas funções essenciais. Torna-se antes de mais nada um regulador, um orientador, investindo apenas em determinadas funções sociais como educação, saúde ou segurança.

É nesse ponto que algumas observações se mostram imprescindíveis. As regiões mais pobres do País, em especial o Nordeste, não podem ainda dispensar a presença efetiva do Governo Central. Elas dependem ainda daquilo que está colocado em nossa Constituição: a ação efetiva do Poder Público para fazer frente às desigualdades regionais.

Nos últimos anos, essas desigualdades não só deixaram de se atenuar como se têm até aprofundado. Essa tem sido a tônica das preocupações desse grupo. Trabalhamos durante os últimos seis meses para elaborar um conjunto de propostas destinadas justamente a enfrentar esse problema. Ouvimos Governadores dos Estados nordestinos, ouvimos todas as bancadas federais da região nesta Casa. Conseguimos assim compor um documento básico, integrando essas sugestões em um projeto único.

Foi esse documento que entregamos ontem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em audiência no Palácio do Planalto. Recebemos do Presidente a acolhida de quem conhece os problemas do País e mostra sempre disposição para enfrentá-los. Sabemos também de sua boa vontade para com as justas reivindicações das regiões mais pobres.

No documento que está agora com o Presidente da República, enfatizamos seis ordens de propo-

sições. Em primeiro lugar, a descentralização do modelo de desenvolvimento, em especial na esfera industrial. Trata-se da mais urgente das medidas, por representar o caminho principal na orientação do fluxo de capitais privados.

Desejamos também a atualização do modelo institucional da política de desenvolvimento regional, no qual se inserem os órgãos de coordenação e promoção de oportunidades. Nesse sentido, surge uma terceira proposição, que é fortalecer os programas de combate à pobreza. Da mesma forma, reivindicamos uma vigorosa ação destinada a atender às necessidades regionais de educação, caminho para que tenhamos no futuro uma base mais forte de desenvolvimento científico e tecnológico.

Outro ponto, de extrema importância, é a necessidade de que o Governo Federal venha a prover a infraestrutura pontual necessária à viabilização de investimentos futuros. A região não tem condições de promover sozinha esses investimentos. E apenas com eles, com a infra-estrutura assim proporcionada, poderemos reduzir o chamado "Custo Nordeste" e adequar a região à nova realidade que se pretende impor ao País.

Finalmente, o documento sugere que se organize, pelos mais amplos procedimentos possíveis, uma ação de apoio empresarial, como forma de levar à região procedimentos e práticas modernas de gerência. O Nordeste precisa de investimentos e precisa de condições para levar a bom termo esses investimentos.

Como integrante desse grupo, consideramos oportuno o momento para que se examinem essas propostas. A verdade é que o atual Governo, envolvido exaustivamente no esforço de estabilização da moeda e de promoção das reformas constitucionais, não conta ainda com uma política de desenvolvimento, assim como não conta com um projeto amplo de combate às desigualdades regionais.

O documento das bancadas nordestinas, que incorporo a este pronunciamento, poderá servir de base para essa ação governamental, cada vez mais imprescindível para a unidade nacional e para a busca de bem-estar dos brasileiros.

A estabilização da economia, com preservação de uma moeda forte, representa o alicerce de uma política de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, não basta apenas isso. É chegado, portanto, o momento de implementação de outras providências de governo, para que possamos trilhar o caminho que todos desejamos, que é a transformação do Brasil numa Nação justa e harmonicamente desenvolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR FREITAS NETO EM SEU PRO- NUNCIAMENTO:

Excelentíssimo Senhor  
Doutor Fernando Henrique Cardoso  
Digníssimo Presidente da República

Os Senadores do Nordeste vêm à presença de Vossa Excelência para, tendo em vista o momento de transição econômica porque passa o país e a imperiosa necessidade de inserção do Nordeste nesse contexto, propor o que se segue:

1. Urgente estabelecimento de um modelo de descentralização espacial e setorial do desenvolvimento, com ênfase no setor industrial, mediante estímulos federais, baseado em alíquotas e índices diferenciados, objetivando acolher o fluxo de capitais privados, inclusive internacionais, que sejam capazes de transformar vocações e potencialidades existentes na Região em fonte perene de progresso e desenvolvimento, obedecidos os pressupostos de eficiência e competitividade.

2. Promover a atualização do modelo de gestão institucional da política de desenvolvimento do Nordeste, aí incluídos os instrumentos de incentivos e aplicações financeiras, bem como instituir mecanismos de coordenação, promoção de oportunidades, mobilização de recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, conversão de dívida externa, entre outros, atraídos através da União, para aplicação e atuação mais efetiva na Região.

3. Prover a infra-estrutura pontual necessária à viabilização dos mencionados investimentos e assegurar à Região as indispensáveis condições horizontais ou sistêmicas de competitividade, objetivando a redução do "custo Nordeste."

4. Executar uma ação concentrada e vigorosa, destinada a atender às necessidades educacionais da população e estabelecer uma sólida base de desenvolvimento científico e tecnológico na região.

5. Fortalecer os programas de combate à pobreza, especialmente na zona rural, em escala adequada à magnitude do problema, através do apoio a setores tradicionais de atividades da região, e mediante financiamento a grupos de pessoas – associações, cooperativas, microempresas – que, reunidas em torno de uma vocação natural e local, sejam capazes de obter ganhos de produtividade, gerando ocupação e renda para as populações que hoje guardam entre si os mais elevados índices de exclusão social do País.



6. Promoção, pelos mais amplos procedimentos possíveis, de uma ação de apoio empresarial, através de intercâmbio, promoção de exposições e feiras, realização de simpósios, conferências, encontros e outros mecanismos, como forma de transportar para a região procedimentos e práticas modernas de gerência e atuação.

Estas reivindicações têm por base o suposto de que o Nordeste ainda não pode prescindir de uma presença ativa do Governo Federal. Ao contrário, é indispensável que a União aja hoje em relação ao Nordeste como fez no longo de várias décadas.

Desejamos, de imediato, manifestar apoio à iniciativa de criação, na Câmara de Políticas Regionais, de Grupo de Trabalho para definir programa de ações para a bacia e o vale do São Francisco, pela importância de que se reveste para o desenvolvimento da região e pela contribuição que pode vir a propiciar ao equacionamento dos seus problemas hídricos.

Brasília, março de 1996.

### **Bancada dos Estados do Nordeste no Senado Federal**

#### **O NOVO NORDESTE: UM SALTO PARA O FUTURO\***

\*É propósito dos Senadores integrantes da Bancada dos Estados do Nordeste no Senado Federal oferecer subsídios e participar das discussões que tenham em vista atender aos seis pontos constantes do documento como que iniciam este diálogo. Nesse sentido, documentos específicos serão apresentados para exame, a partir da decisão presidencial de encaminhar solução e providências para os problemas do Nordeste e sua integração competitiva na economia nacional.

Assim, O Novo Nordeste: Um Salto Para o Futuro constitui um primeiro documento, de caráter geral, objetivando o estabelecimento de uma agenda construída a partir dos pontos fundamentais identificados como estratégicos para o desenvolvimento da região.

Brasília, março de 1996

#### **1. O Desafio do Desenvolvimento do Nordeste**

Uma avaliação do desempenho econômico do Nordeste nos últimos 30 anos, evidencia que a região cresceu a uma taxa média satisfatória (5,5% ao ano). Como o crescimento populacional da região foi

menor que o do país, houve alguma redução do desequilíbrio regional, em termos de renda per capita.

Esse modesto ganho, todavia, foi claramente insuficiente para alterar o quadro básico das disparidades interregionais de renda no Brasil.

Pior ainda: no período mais recente (nos últimos 6 anos, que vão de 1987 a 1993) a economia regional entrou em declínio, enquanto o Brasil continuava a crescer, ainda que muito lentamente, (-0,5% ao ano para o Nordeste versus +0,5 ao ano para o Brasil).

E tudo indica que estamos entrando em um novo ciclo perverso de agravamento das disparidades regionais, a menos que profundas transformações sejam introduzidas nas estratégias, políticas e instrumentos de desenvolvimento regional.

Observa-se, por exemplo, que a principal causa da queda da taxa de crescimento do Nordeste, no período 1987/93, foi a redução dos investimentos públicos e a conseqüente diminuição dos investimentos privados. Em meados da década de 70, a formação bruta de capital fixo da região chegou a alcançar níveis próximos de 30% do PIB. Em 1991 essa taxa havia caído para pouco mais de 15%. Um aspecto perturbador é o fato de que o investimento privado caiu mais rapidamente ainda que o investimento público na Região.

Outra constatação preocupante é a de que o Nordeste não conseguiu aumentar o grau de abertura de sua economia para o exterior. A estratégia regional de crescimento esteve baseada no acesso a um mercado interno protegido, com o qual a região não mais poderá contar, na medida em que se consolida a estratégia brasileira de liberalização econômica e inserção internacional.

Todos os fatores que caracterizam o novo paradigma de desenvolvimento do Brasil – menor presença do Estado, redução da proteção aduaneira, ênfase em novas tecnologias e em recursos humanos qualificados, inserção e competitividade internacional – tudo isso conspira para favorecer as áreas mais desenvolvidas do País, marginalizando ainda mais as regiões periféricas.

Por outro lado, dados da Sudene revelam que, para o Nordeste crescer a uma taxa de 6,6% ao ano, no período 1995-2000, são necessários investimentos médios anuais da ordem de US\$18 bilhões. Impõe-se, pois, um esforço de profunda reavaliação das políticas, estratégias, prioridades e instrumentos de desenvolvimento regional.

#### **2. Políticas e Estratégias**

Em termos de políticas e estratégias, propõe-se dar ênfase às seguintes áreas de atuação do governo:

## 1. Descentralização Industrial

Um dos fatores que mais podem contribuir para o aumento das disparidades regionais é a ausência de uma política de descentralização industrial. A tendência natural da indústria é a de concentrar-se nos pólos desenvolvidos, em busca das chamadas economias de aglomeração. Essa orientação privada, todavia, pode não coincidir com os objetivos sociais do governo, pois não leva em conta as deseconomias externas do aumento da poluição industrial, da excessiva concentração urbana, do empobrecimento das regiões periféricas, enfim, todos os custos sociais cuja conta é deixada para o governo pagar.

Como parte de uma estratégia de descentralização industrial, existem amplas possibilidades de implantação no Nordeste de pólos agroindustriais e de fruticultura (associados a projetos de irrigação, dentro de novos modelos gerenciais) e de indústrias de calçados, de metalurgia, de papel e celulose, metalmeccânicas, químicas, siderúrgicas, de informática (como parte de pólos tecnológicos) e também de alguns setores de alto poder germinativo, como, eventualmente, montadoras de automóveis (inicialmente com sua produção em boa parte voltada para a exportação), além das oportunidades, reconhecidas, nas áreas de mineração e de turismo.

É indispensável estender e adotar para a Região os mesmos mecanismos e instrumentos de incentivos utilizados para o Sudeste, com alíquotas e índices diferenciados, de modo que o Nordeste possa competir equitativamente pela atração de novos investimentos, mediante estímulos federais, sem a necessidade de que seus estados vejam-se obrigados a oferecer benefícios fiscais ou financeiros em condições não competitivas, uma vez que os estados mais desenvolvidos do País os estão oferecendo no limite máximo, o que cria uma concorrência desleal.

Todos os incentivos dados em nível nacional devem ser regularmente estendidos ao Nordeste, em condições preferenciais, com especial ênfase no caso da indústria automotiva e componentes industriais em geral, para configurar uma explícita política nacional de desconcentração econômica e, em particular, industrial.

## 2. Infra-Estrutura

É precária e ainda limitada a situação do Nordeste em termos de infra-estrutura.

Surge contudo uma oportunidade para a superação dessas dificuldades: com a nova política de concessões e privatizações, nacionalmente adotada,

a iniciativa privada se orientará para o Centro-Sul, onde existe maior taxa de retorno para suas aplicações. Dessa forma, a União ver-se-á livre da obrigação de realizar os investimentos que vierem a ser assumidos pelos particulares.

Abre-se, assim, a possibilidade, indiscutível, do Governo Federal reformular a matriz territorial do gasto público, orientando suas aplicações diretas para as regiões menos desenvolvidas, especialmente o Nordeste.

Como estamos em época de escassez de recursos públicos, sugere-se que sejam direcionados para a Região programas negociados pelo Governo Federal com o BID e o Banco Mundial, recorrendo-se, supletivamente, ao regime de concessões, sempre e quando viável.

Uma programação que mobilize US\$1,5 bilhão/ano das agências multilaterais de crédito, com a respectiva contrapartida, beneficiará o Nordeste com a **contratação** de US\$15 bilhões em 5 anos. Tais investimentos devem ser concentrados em saneamento, irrigação, transportes e energia.

## 3. Promoção de Investimentos e de Exportações

O fator crítico para a aceleração do desenvolvimento regional é a recuperação da capacidade de investimento da região, com a mobilização de recursos governamentais e privados, de fontes internas e externas. Um trabalho sistemático e ordenado de pesquisa e identificação de oportunidades, de organização de um banco de dados sobre a região, de estudos de mercado e de elaboração de programas e projetos, de concepção e estruturação de pacotes financeiros e de divulgação dessas informações seria executado pelos órgãos de desenvolvimento regional, em articulação com Estados e Municípios, visando ampliar os investimentos na região.

O trabalho de promoção, todavia, não se esgota na mobilização dos recursos. Ele se desdobra na orientação dos investimentos em função de algumas prioridades bem definidas:

a) reestruturação produtiva da base industrial do Nordeste, numa perspectiva de modernização e integração competitiva nos mercados mundiais;

b) ampliação e consolidação dessa base **pari passu** com a criação de competitividade sistêmica e a preservação de vantagens comparativas dinâmicas;

c) identificação e neutralização de fatores que limitem o acesso dos produtos do Nordeste aos mercados internacionais, particularmente em termos de tecnologia, **marketing** e gestão;

d) fortalecimento do empresariado local e aproveitamento das potencialidades endógenas de desenvolvimento.

Para execução de uma política dessa natureza, considera-se indispensável a montagem de uma corporação financeira de investimentos, com capacidade de aglutinar capitais nacionais, públicos e privados, e com isso alavancar recursos externos para transformação dos trunfos da economia regional em riquezas efetivas.

Por via de consequência, promover a atualização e revisão dos instrumentos de planejamento e ação atualmente utilizados na política de desenvolvimento regional, os quais mostram sinais evidentes de obsolescência e inadequação ao enfrentamento dos grandes desafios regionais.

#### **4. Geração de Emprego e Renda, Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza**

Os programas sociais do governo não podem se restringir a uma capacitar os pequenos e humildes assim como os pobres e indigentes a superarem a sua condição de excluídos, habilitando-os para o trabalho produtivo e o exercício responsável da cidadania.

Referidos programas precisam ter a escala adequada para atender ao volume populacional da Região: cerca de 45 milhões de habitantes.

#### **5. Suporte Financeiro ao Desenvolvimento da Região**

É indispensável a elevação dos níveis de aplicação financeira pelas instituições de crédito do Governo Federal, de modo a atender ao programa proposto no tocante a infra-estrutura e ao setor produtivo. Do mesmo modo, é preciso mobilizar recursos externos, para investimento de risco, mediante mecanismos diversos, inclusive conversão de dívida, a fim de propiciar o crescimento acelerado da economia nordestina, em ritmo superior ao da economia nacional.

##### **3. Prioridades**

No que diz respeito a programas setoriais, as seguintes prioridades deveriam ser obedecidas:

1. *Educação e Capacitação de Recursos Humanos*, compreendendo uma ampla mobilização da sociedade, através da parceria do governo com a empresa privada e as comunidades locais, para a execução de um intenso programa de educação básica e a formação profissional, utilizando processos formais e não convencionais de ensino (educação à distância).

2. *Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, a partir da regionalização dos programas de ciência e tecnologia do MCT e da criação de um programa especial para o Nordeste, enfatizando as áreas de tec-

nologia, industrial, recursos hídricos dry farming, formação profissional (bolsas de estudo) e pólos e incubadoras tecnológicas.

O Governo Federal deveria executar também um programa especial voltado para criação e o apoio a núcleos de excelência nas universidades regionais, voltados para áreas de interesse do desenvolvimento regional.

3. *Infra-Estrutura*, visando dotar a região dos fatores sistêmicos indispensáveis à atração dos investimentos privados e assegurar sua competitividade. São considerados segmentos estratégicos:

##### **a) Saneamento**

– *Abastecimento de Água* (elevação do índice de atendimento no Nordeste de 78,2% em 1991, para 93,5% no ano 2000, equivalente ao nível de atendimento do Sudeste em 1991).

– *Esgotamento Sanitário* (elevação do índice de atendimento no Nordeste de 13,2% em 1991, para 49% no ano 2000, equivalente à média nacional em 1991. Observe-se o índice de atendimento no Sudeste já era de 70,4% naquele ano).

##### **b) Irrigação**

– *Irrigação Pública* (ampliação de 50.000ha/ano de irrigação pública no Nordeste, recorrendo-se ao sistema de concessão sempre e quando possível, tanto para a implantação quanto para a operação).

– *Irrigação Privada* (financiamento de 100.000ha/ano de irrigação privada através do BNDES, BB, BNB e FNE).

##### **c) Transportes**

– *Rodovias* (restauração e conservação da rede rodoviária; complementação e ampliação das ligações rodoviárias de importância estratégica e econômica);

– *Implantação da Hidrovia do São Francisco*, bem como da Hidrovia do Parnaíba;

– *Ferrovias* (recuperação e conservação da via permanente; implantação da Transnordestina – trecho Petrolina–Salgueiro (PE)–Missão Velha (CE); extensão da ferrovia Norte-Sul até Estreito e Balsas (MA); implantação da variante do Paraguaçu (BA);

– *Modernização da infra-estrutura e da administração dos Portos.*

##### **d) Energia**

– *Complementação da UHE de Xingó*; transmissão de energia e subestações; priorizar, mediante concessões, o aproveitamento dos potenciais de geração;

– *Definição de políticas de incentivos à geração local de energia*, com a utilização de fontes alter-

nativas (biomassa, solar e eólica) e gás natural, estimulando a aquisição de equipamentos necessários e, para o gás, segurando preços competitivos com outros energéticos, inclusive a nível internacional.

4. *Turismo e Serviços Modernos*, equacionando os problemas de natureza financeira que estão emperrando a execução do Prodetur (com a União assumindo a contrapartida do programa negociado pelos Estados e já contratado com o BID), dedicando-se à promoção e marketing da região e estimulando a qualidade no receptivo, bem como explorando as potencialidades de geração de emprego e renda dos segmentos mais modernos do setor serviços (ex: prestação de serviços na área de informática e software).

5. *Recursos Hídricos*, dando prioridade ao atendimento das necessidades básicas da população e à criação de condições de segurança hídrica nas áreas afetadas por secas periódicas (eliminando-se a indesejável tradição dos carros pipa). Isso implica a estruturação de um sistema otimizado de captação, armazenamento e distribuição de água, para diferentes fins, e o seu gerenciamento integrado e racional (considerando, portanto, tanto aspectos de oferta como de demanda), planejamento e a integração de bacias hidrográficas, o desenvolvimento tecnológico e a preservação ambiental, além da busca permanente de economia e eficiência na utilização dos escassos recursos hídricos da região.

6. *Pólos Agroindustriais*, especialmente os associados a projetos de irrigação, visando maximizar os benefícios dos investimentos feitos nos programas do Dnocs e da Codevasf. Estudo realizado pelo Etene (BNB) já tem identificados 14 pólos agroindustriais com base na irrigação em toda a região.

Do ponto de vista dos programas sub-regionais ou espaciais (inclusive enfatizando as ligações entre regiões) a estratégia de desenvolvimento do Nordeste deve contemplar, prioritariamente:

- o aproveitamento das potencialidades do Cerrado Setentrional, incorporando vasta área de fronteira de expansão agrícola, que inclui parcela significativa do Nordeste Ocidental e já contribui expressivamente para a produção nacional de grãos.

- a ampliação e aceleração dos programas de desenvolvimento do Vale do São Francisco e implementação de programa análogo para o Vale do Parnaíba.

- a reorganização e diversificação da economia da Zona da Mata, com a modernização da agroindústria sucroalcooleira e a recuperação da economia cacaueteira.

- a implementação de programa de desenvolvimento sustentável para o Semi-Árido, com base na estratégia do Projeto Áridas.

#### 4. Conclusões

O que se pretende é dar um salto qualitativo na formulação e implementação de uma nova estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo com o passado e projetando uma nova visão de futuro para a região.

Essa estratégia enfatizaria um ataque concentrado às raízes do subdesenvolvimento regional e a criação de condições para o crescimento autossustentado do Nordeste, de forma convergente e integrada com os objetivos do projeto nacional de desenvolvimento.

Nesse contexto, o Nordeste não reivindica subsídios ou privilégios, mas exige igualdade de oportunidades em termos de acesso a fatores que foram a base de crescimento das regiões hoje mais desenvolvidas do País. Quer ter condições de disputar capitais, competir nos mercados internacionais, fortalecer seu empresariado e participar dos foros nacionais onde são decididos os destinos da região. E, sobretudo, quer reverter o quadro negativo que – por ignorância, preconceito ou evidente má fé – permeia a visão do que tem sido a política regional de desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

**O SR. ROMEU TUMA** - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, "a", do Regimento Interno.

**O SR. ROMEU TUMA** (PSL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, depois das palavras dos Senadores Ber-

nardo Cabral e José Roberto Arruda, meu Partido também não podia silenciar tendo em vista que hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Passa por nossa memória que a nossa história inscreve, em suas linhas, a figura de grandes mulheres, não só no Brasil como fora dele. Lembramos, no momento, de Joana D'Arc, Ana Néri, Anita Garibaldi, Joana Angélica e tantas outras.

Lembramo-nos de que nesta Casa, desde o primeiro instante em que nela pisamos, dependemos do trabalho dedicado, carinhoso das assessoras dos nossos gabinetes; das Assessoras e Secretárias desta Mesa, que nos orientam e procuram levar as sessões com rigor, com carinho e eficiência. As nossas Taquígrafas que, todos os dias, em todas as horas, sempre que se abre qualquer tipo de sessão, estão presentes para reproduzirem aquilo que falamos.

Entendi a correção que fez o Senador Bernardo Cabral na frase que diz: "atrás de um grande homem, há sempre uma grande mulher", quando sabidamente S. Ex<sup>a</sup> afirmou que ela está sempre ao lado e, às vezes, à frente. E tem razão de ser. Quem de nós não dependeu, desde a sua geração, do interior da mãe? E depois do nascimento até a morte, dependemos totalmente da sua orientação e do seu carinho para a formação do nosso caráter.

Eu não poderia deixar – talvez até abusando da boa vontade dos Srs. Senadores – de homenagear hoje a minha esposa, através da qual homenageio as esposas de todos os Senadores. Porque, como disse o Senador Bernardo Cabral, dela dependeu o meu sucesso e a formação dos meus quatro filhos.

Quem de nós poderia tranquilamente exercer a sua atividade profissional, na administração pública, na atividade privada, se a sua esposa não conseguisse dar uma coordenação, uma orientação perfeita à sua vida? Até mesmo trabalhando, ajudando no sustento da casa, como minha mulher sempre fez, como professora que foi durante trinta anos. Segui toda a carreira do magistério e nunca descurou daquilo que é importante: ficar ao lado do marido, apoiá-lo, ajudá-lo com idéias, com posições firmes, para que não escorreguemos, às vezes, na indecisão dos problemas que chegam para decidirmos.

Então, homenageando as nossas Senadoras, citadas pelo Senador José Roberto Arruda, a esposa de cada um dos Senadores, mando meu abraço para minha querida esposa, Zilda, que, neste instante, deve estar realizando alguma tarefa para que eu, tranquilamente, possa homenageá-la nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo)** – A Presidência deseja se associar às homenagens que os Srs. Senadores Bernardo Cabral, José Roberto Arruda e Romeu Tuma prestaram à mulher brasileira.

Queremos homenagear todas as mulheres do Brasil, principalmente aquelas mais esquecidas, a mulher anônima, aquela que realmente vem colaborando também para o desenvolvimento do nosso País, através da sua inteligência e da sua perseverança.

**O SR. EDUARDO SUPLY** – Sr. Presidente, peço a palavra em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, "a", do Regimento Interno.

**O SR. EDUARDO SUPLY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Senador Valmir Campelo, Srs e Srs. Senadores, o Governo está preocupado com a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema financeiro, mas deveria estar tendo a disposição, a vontade de colaborar com o Congresso Nacional – com o Senado Federal em especial – para que façamos uma radiografia em profundidade do sistema financeiro e da forma como o Banco Central tem atuado. A saúde do sistema financeiro depende dessa radiografia.

Quando se notam problemas da maior gravidade, tais como aqueles que levaram instituições tradicionais no Brasil, como o Banco Econômico, o Banco Nacional, o Banespa, o Banerj, a sofrerem intervenção ou a estarem sob Regime de Administração Especial Temporária, faz-se necessário irmos a fundo para saber das razões que levaram essas instituições a tais dificuldades. Faz-se necessário também sabermos em que medida as autoridades monetárias tomaram as providências no tempo devido, ou deixaram de tomar, para que a situação chegasse a esse ponto. Gostaríamos também de ter conhecimento da forma adotada para a correção desses problemas detectados.

Precisamos ir mais a fundo, a fim de conhecermos a sistemática de salvamento de instituições que propiciam oportunidades extraordinárias, para que as mais saudáveis absorvam aquelas que acabaram tendo grandes dificuldades.

Precisamos debater em maior profundidade as razões pelas quais o Governo instituiu o Proer, possibilitando às instituições saudáveis, que estão absorvendo as menos saudáveis, a obtenção de recur-

sos a taxas – conforme o próprio Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Loyola, aqui explicou – da ordem de 11,5% ou 11,7% que, somadas às taxas do Proer de 27,5% mais TR dos últimos 12 meses, chegam a 39% ao ano, muito mais baixas do que as taxas normalmente consideradas para operações no mercado. Por exemplo: as operações de empréstimos para pessoas físicas são obtidas a taxas normalmente de 7,28% ao mês ou 132% ao ano; as de crédito pessoal, a 7,95% ao mês ou 150,42% ao ano. As operações de mercado quente, ou de **hot money**, são obtidas a 4,64% ao mês ou 72,33% ao ano. Essas são as taxas mais baixas de mercado. Então, obviamente, a taxa de 11,5% mais TR, que dá em torno de 39% ao ano, é muito menor do que as de mercado. Argumenta o Governo ou o Presidente do Banco Central que se trata de uma taxa positiva e que os recursos são de, aproximadamente, todos os 41 milhões de depositantes. Mas aos depositantes não é conferida a possibilidade de estarem aplicando recursos a essas taxas, somente àqueles controladores acionistas de bancos como o Unibanco por exemplo, que absorveu o Banco Nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, precisamos debater melhor essa questão.

Tenho a convicção de que o Senado Federal realizará o trabalho mais responsável possível. E é desse trabalho que agora depende a estabilidade das instituições financeiras do País.

Não acredito que sejam tão válidos os argumentos que comparam o sistema financeiro brasileiro com o da Venezuela, como aqui se quis colocar. A história das instituições financeiras demonstrou, nos últimos anos, que aqui houve instituições de grande tradição e importância, como o próprio Comind, o Auxiliar, a financeira Coroa e tantos outros. Ao longo das últimas duas ou três décadas, muitas foram fechadas, foram objeto de intervenção e, nem por isso, o sistema financeiro brasileiro se tornou mais fraco.

Realizar um trabalho responsável de apuração e investigação do sistema financeiro é algo que agora se impõe. Não se sustentam os argumentos do Ministro Pedro Malan, de que esse trabalho responsável do Congresso Nacional poderá colocar em risco a estabilidade do Plano Real. Ao contrário, poderá haver instabilidade do Plano Real na medida em que o Executivo deixar de cooperar com a investigação que se faz necessária, com a apuração que a sociedade brasileira, hoje, está a exigir. Estranho, portanto, o comportamento de líderes do Governo e

da base governamental que resolvem viajar no momento em que deveriam estar discutindo seriamente essa questão, no momento em que deveriam estar indicando os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que já tem todos os elementos para ser instituída.

Nesta semana, já deveríamos ter conhecimento do nome de todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito indicados pelos líderes de cada partido nesta Casa. Não vejo razão para Senadores, líderes do Governo, líder do PMDB, do PFL, do PSDB, irem para o exterior e deixar essa responsabilidade, essa tarefa adiada para a sua volta. Cabe aos vice-líderes assumirem a responsabilidade de indicar nomes, dialogando com os Senadores aqui presentes, para que não haja delongas com respeito a essa tarefa que o Senado Federal agora resolveu realizar.

O Partido dos Trabalhadores está pronto para o início dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, está disposto a cooperar com todos os partidos na realização de um trabalho mais responsável. Já deveríamos estar discutindo o roteiro de trabalho, quais os primeiros requerimentos que iremos fazer, quais as autoridades, os economistas, os responsáveis por instituições financeiras que iremos ouvir, num trabalho intenso que será realizado no intuito de fortalecer a economia brasileira, a estabilidade da nossa moeda, mas com instituições financeiras saudáveis e com mecanismos de controle e de fiscalização que já não podem ser objeto de práticas como as que merecem ser mais bem investigadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Peres, que dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JEFFERSON PERES** (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, lamento falar para um Senado vazio, numa sessão que deveria ser normal, até porque é deliberativa. Há matérias a serem discutidas e votadas; no entanto, vivemos uma sessão sonolenta, com a presença de dez membros desta Casa. Por que o povo há de respeitar a instituição Congresso Nacional, pergunto, diante de fatos lamentáveis como este?

Sr. Presidente, aproveitando o recesso do carnaval, empreendi uma viagem ao exterior, às minhas expensas, pois nunca viajei às custas do Senado. Espero não fazê-lo, enquanto não houver critérios nesta Casa que estabeleçam como e em que circunstância senadores podem viajar às custas dos

cofres públicos. Respeito os colegas que fazem isso, porque não é ilegal, mas é minha posição pessoal. Viajei às minhas custas ao Chile. Em parte por turismo, por um grande desejo de conhecer esse país, que tem, talvez, as mais belas paisagens naturais deste continente. Mas foi também por curiosidade: para conhecer um pouco, embora superficialmente, a experiência de um país que é, hoje, uma exceção na América do Sul, diria até na América Latina.

O Chile é um país que há dez anos, desde 1986, cresce ininterruptamente, a uma taxa média de 7% ao ano, com a inflação em queda – no ano passado foi de um dígito, 8% – e com desemprego em baixa. O Chile foi violentamente impactado pela crise do petróleo, importador que era de quase 100%, no início dos anos 80, e pelo impacto dos juros elevados da crise financeira, já que era também um grande devedor. Ao contrário dos governos militares brasileiros, cegos e obtusos, à exceção do Presidente Castello Branco, pois fizeram uma política irresponsável, de par com um comportamento político autoritário, violento, condenável sob todos os aspectos, o Governo militar chileno de então, sob o comando do Sr. Pinochet, teve a lucidez e o bom senso de executar uma política econômica firme, correta e coerente, que os governos civis que o seguiram tiveram também a lucidez de continuar.

Atingido violentamente pela crise financeira do petróleo, o país viveu uma crise profunda. O desemprego chegou a 25%: de cada quatro chilenos da população economicamente ativa, um estava desempregado. A inflação retomou impulso, o país parecia à beira do caos. O governo de então não se intimidou e fez o ajuste macroeconômico, independentemente de ideologias – ao contrário do que alguns companheiros de esquerda pensam, equivocadamente, esse ajuste independe de posições políticas; quando seu objetivo é o de dar estabilidade ao país, ele é necessário, seja em governo de direita ou de esquerda, como entenderam, aliás, na França, Felipe González e François Mitterrand.

Sr. Presidente, feito isso, o que aconteceu? Os dados que acabo de dizer: um país que cresce com uma regularidade impressionante, o desemprego cai, e a inflação também decresce. Esses são os dados estatísticos, mas eu queria ver o Chile *in loco*. E no dia-a-dia, o que é que está acontecendo no País? Às vezes, as estatísticas revelam uma realidade diferente, pelo menos em termos sociais.

Passsei alguns dias nesse país, onde visitei várias cidades: Valparaíso, Santiago, Viña Del Mar, Puerto Montt. Sr. Presidente, é impressionante uma cidade como Santiago. Não é uma cidadezinha, não;

são quatro milhões de habitantes! É uma cidade que faz inveja a qualquer brasileiro: limpa e segura. Os motoristas de táxi chilenos diziam-me que eu poderia andar como quisesse, na hora que quisesse, evidentemente evitando alguns pontos inseguros, que existem em qualquer país do mundo. Mas poderia andar com jóias que não seria assaltado. Pobreza? Sim, é um país pobre, a renda média é baixa, mas a miséria não transbordou para as ruas. Não vi uma família sem teto, debaixo de marquise em Santiago; não vi menores nos sinais, abandonados, pedindo esmolas; não vi um camêlo em Santiago e em nenhuma cidade do Chile. Existem favelas em Santiago, existem aglomerados de habitações pobres, mas não essa miséria afrontosa, que nos humilha no Brasil, um país com uma renda *per capita* equivalente à do Chile, que tem hoje cerca de US\$3.500 *per capita*.

Isso tudo me fez pensar. Precisamos todos, políticos de centro, de direita, de esquerda, repensar os nossos preconceitos, as nossas idéias feitas, acabar com essa história de pensar que ajuste macroeconômico indispensável sempre deve ser estigmatizado como neoliberalismo. Vivemos uma escravidão semântica. As pessoas vivem presas às palavras, sem saber se as palavras correspondem aos fatos.

Ainda vou ocupar o Grande Expediente da Casa, depois da Ordem do Dia, proximamente, para debater esse assunto com mais profundidade.

É preciso nos mirarmos nas experiências alheias, nos Tigres Asiáticos, na experiência chilena, não para imitá-las evidentemente – são realidades diferentes – mas para começar a repensar a realidade brasileira e tentar adaptar experiências alheias, que deram certo, ao nosso País.

**O Sr. José Roberto Arruda** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Jefferson Peres?

**O SR. JEFFERSON PERES** - Concedo-lhe, com muito honra, o aparte, nobre Senador José Roberto Arruda.

**O Sr. José Roberto Arruda** - Senador, antes da conclusão de V. Ex<sup>a</sup>, eu gostaria de merecer a sua atenção e a do Plenário, para fazer algumas considerações sobre o caráter particular de sua viagem. Antes, porém, eu gostaria de registrar o meu respeito pessoal pela sua postura parlamentar. Penso que V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo importante de cidadão e de parlamentar, que, com dignidade, exerce a sua cidadania. Portanto, nesse momento, registro o meu respeito pessoal pela atuação parlamentar de V. Ex<sup>a</sup>. Quando V. Ex<sup>a</sup> faz essas considerações sobre o Chile, ocorre-me que o Brasil, nesse momento, faz o mesmo projeto de ajuste macroeconômico, com uma diferença, ou seja, conseguimos fazer isso num regime democrático e de total liberdade. Há poucos



anos no Brasil – V. Ex<sup>a</sup>, que é professor, inclusive de História Econômica, sabe bem disso -, não tínhamos liberdade. Foi com a reconquista da liberdade que conseguimos uma segunda vitória, talvez ainda mais importante, que é a conquista da democracia. Com liberdade e com democracia, conseguimos um Plano de Estabilização Econômica que não confiscou, que não escondeu, que foi transparente e que faz com que a inflação deste último mês seja a menor dos últimos 37 anos no Brasil. Ora, os cinemas brasileiros estão mostrando através do filme italiano "O Carteiro e o Poeta" os dias de exílio de Pablo Neruda. Pablo Neruda, em seu inesquecível "Confesso que Vivi", mostra o outro lado do equilíbrio econômico chileno: o das perseguições, o das prisões, o das torturas, de que ele, inclusive, foi vítima. Passamos por muita coisa ruim neste País, mas, neste momento, temos um Presidente da República que é sobretudo um democrata, temos liberdade, temos democracia, temos estabilidade econômica e, mais do que isso – V. Ex<sup>a</sup> reconhece isso bem -, temos um ajuste macroeconômico. Achei muito interessante a expressão que V. Ex<sup>a</sup> usou: temos que fugir dessa escravidão semântica, isto é, vamos dar o grito de liberdade e fazer com que o Brasil, a partir da estabilidade econômica, possa ter um novo projeto de país. É por isso que eu, Senador Jefferson Peres, coloco como prioridade absoluta do Brasil – sei que muitos brasileiros o fazem também – o projeto de reformas democráticas por que o País passa. Trata-se de uma verdadeira revolução, para obtermos as âncoras definitivas do Plano Real, para que esse Plano de Estabilização Econômica ganhe permanência, para que este País volte a crescer, mas com um modelo de desenvolvimento econômico menos desigual, mais justo, para que o Estado, recolhido às suas missões precípua na sociedade, possa efetivamente atuar nas áreas de educação, saúde, da renda mínima e de tantas outras áreas para resgatar essa vergonhosa miséria que temos. Por isso é que eu, e sei que também vários companheiros e grande parte da sociedade brasileira, fugimos dos obstáculos que são lançados no caminho daquilo que é principal, primordial, prioritário, que é a aceleração do projeto de reformas que pode nos dar um novo projeto de país, com os dados positivos da macroeconomia chilena, mas sem os lados negativos da perseguição política, da cassação dos direitos da democracia e da liberdade. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O SR. JEFFERSON PERES** – Senador José Roberto Arruda, muito obrigado pelo seu aparte e pelos elogios.

Não sei se foi essa a sua intenção ou equívoco de sua parte, mas, em nenhum momento, endosseio o modelo político do General Pinochet. Não tenho a menor simpatia por ele e nem imagino, nem passa pela minha cabeça que ajuste macroeconômico e êxito econômico dependam de autoritarismo; tanto assim que já estão no segundo governo democrático do Chile depois de Pinochet, o Governo do Presidente Eduardo Frei. Eu disse que tiveram a lucidez de seguir a política econômica do regime, mas sem as mazelas políticas do regime Pinochet.

Louvo, junto com V. Ex<sup>a</sup>, que o Governo brasileiro do Presidente Fernando Henrique Cardoso esteja, dentro do regime democrático, fazendo o ajuste macroeconômico. A primeira parte já foi feita, que é a estabilidade monetária; evidentemente, não é um fim em si mesmo, mas é fator condicionante de tudo o mais. Com estabilidade monetária, podemos não alcançar os objetivos sociais, mas, sem ela, com absoluta certeza, não os alcançaremos. É uma condição absolutamente indispensável, é condição necessária, embora não seja condição suficiente para que resgatemos a dívida social.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Jefferson Peres?

**O SR. JEFFERSON PERES** – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Não tive a oportunidade ainda, Senador Jefferson Peres, de conhecer pessoalmente o Chile. A descrição que V. Ex<sup>a</sup> faz da viagem realizada, obviamente, faz com que me sinta até na responsabilidade de estudar melhor a economia chilena, se possível também conhecer o Chile pessoalmente. Pelo que tenho lido, entretanto, avalio que houve mudanças significativas na condução da política econômica depois do governo militar. Houve modificações, inclusive, em termos de instrumentos de política social, em termos do conteúdo de investimentos realizados e decorrente da própria estrutura democrática das instituições que, certamente, devem estar contribuindo para o melhor equilíbrio social da nação chilena. Tenho a convicção, Senador Jefferson Peres, de que obviamente o ajuste macroeconômico precisa ser feito e, muitas vezes, com instrumentos que não estarão dependendo de ser uma economia com tal ou qual adjetivação. Uma coisa podemos constatar: no Brasil de hoje, há um longo caminho a andar para que venhamos a compatibilizar a estabilidade monetária com a melhor condição social da população brasileira; todavia, esse longo caminho precisa ser percorrido com maior velocidade. É necessário que o Governo Fer-



nando Henrique Cardoso, para além da estabilidade monetária das instituições financeiras, venha a pensar melhor nos instrumentos para se chegar ao equilíbrio que V. Ex<sup>a</sup> constatou ao andar por alguns dias no Chile. E eu gostaria de registrar que ainda acho que o Governo Fernando Henrique Cardoso está interagindo muito mais com os setores que não estão pensando nessa problemática. O fórum pela reforma agrária "Justiça no Campo" está há mais de um mês tentando dialogar com o Presidente Fernando Henrique. Ainda ontem, entregaram um documento reclamando uma audiência, porque houve uma no ano passado e eles gostariam que isso se repetisse, que ocorresse um diálogo político para se discutir a reforma agrária. Esses membros do fórum para a reforma agrária, o Movimento dos Sem-Terra e outros consideram que desde que saiu o presidente Francisco Graziano não se tem dado a mesma ênfase ao assunto. O presidente Francisco Graziano havia afirmado que a reforma agrária era a mais importante dentre todas as obras inacabadas. O ex-Ministro estava empreendendo um ritmo e parece que, ao sair, com ele também se foi a importância que o Presidente estava dando ao tema.

Para citar um exemplo, o Senador José Roberto Aruda mencionou o Programa de Renda Mínima como uma possibilidade. Entretanto, o Presidente tem deixado de considerar essa proposição, que já envolve experiências frutíferas. Quero dizer que gostaria de ver o Presidente Fernando Henrique um pouco mais preocupado e interagindo mais com os segmentos da população que estão desempregados ou cuja remuneração está extremamente baixa. Vejo o Presidente dialogando, mas com os empresários, com os responsáveis pelas instituições financeiras ou no exterior. Ainda agora vai aos Estados Unidos e ao Japão. Quem aqui vem para dialogar com os moradores do Morro de D. Marta e outros desprovidos são artistas, como Spike Lee e Michael Jackson, que ressaltam as precárias condições dessa gente. Esses lugares raramente recebem a visita de nossas autoridades. O nosso Presidente tem visitado mais os lugares bonitos do exterior do que os lugares onde estão os destituídos do Brasil.

**O SR. JEFFERSON PERES** – Obrigado pelo aparte, Senador Eduardo Suplicy. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que os governos democráticos do Chile pós-Pinochet fizeram correções de rumos. Mantiveram a política macroeconômica basicamente, mas fizeram políticas microeconômicas diferenciadas, voltadas para o amparo do pequeno, principalmente do microempresário, e outras de ordem social, de assis-

tência às populações mais despossuídas. Isso melhorou o quadro social do Chile de modo geral nos últimos cinco anos.

Quanto ao Brasil, é evidente, nobre Senador Eduardo Suplicy, que temos muito a andar. Não iniciamos sequer o longo caminho no sentido do resgate da dívida social. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que temos um Estado falido. O Plano Real, ou seja, a estabilidade da moeda, sustenta-se precariamente. Não foram feitas as reformas estruturais: reforma da Previdência, reforma administrativa, reforma tributária e, de certa forma, até a reforma agrária. Não creio, Senador Eduardo Suplicy, que devam ser exatamente esses modelos propostos pelo Governo, mas as reformas precisam ser feitas. E a Oposição tem que se conscientizar disso também, tem que se libertar do corporativismo e partir para propostas alternativas, em vez de ficar apenas na negativa a tudo que propõe o Governo, como se essas reformas fossem supérfluas e pudessem ser adiadas. Não são. Se não efetuarmos as reformas, a estabilidade da moeda não se sustenta e, sem a estabilidade da moeda – sem qualquer catastrofismo –, eu sei que o Brasil vai para o caos. Se nós perdermos essa batalha, se nós voltarmos à inflação de 40%, estaremos na hiperinflação e não sei quem vai tirar proveito disso. Não serão os partidos políticos.

**O Sr. Gerson Camata** - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JEFFERSON PERES** - Concedo-lhe o aparte, Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** - Senador Jefferson Peres, na resposta que deu ao aparte do Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> foi magistralmente lúcido ao afirmar que há uma diferença profunda entre o ajuste feito no Chile – que V. Ex<sup>a</sup> conheceu numa viagem de estudos – e o ajuste feito no Brasil. O ajuste macroeconômico do Chile foi feito na base e produziu a estabilidade da moeda. Aqui no Brasil, começamos a construção do edifício de cima para baixo. A cobertura está pronta e agora temos que edificar a base. Ajustamos a moeda, agora temos que efetuar as reformas estruturais necessárias para sustentar o ajuste da moeda. Como tem que ser feito isso, todos sabem. Os Tigres Asiáticos, o Chile, a Bolívia, que está dando certo, o fizeram. A Oposição no Brasil sabe, os economistas sabem, todo mundo que lê jornal sabe, qualquer um que faz cálculo de matemática sabe, a dona-de-casa que vai à feira sabe o que deve ser feito. O pior é que nós no Congresso sabemos e não estamos fazendo. E eu tenho um temor: atrás dessa água turva que estão tentando promover

aqui no País, há gente bem-intencionada, mas há também ganância política. Quer dizer, há pessoas que não admitem a estabilidade porque o Governo fica bem. Como é que eles vão chegar ao poder se a moeda está estável e o Governo está bem? Eles têm que destruir a moeda. Mas será que eles estão contra o Governo ou contra o Brasil? É sobre isso que a opinião pública precisa começar a meditar. Esses pescadores turvadores de água estão fazendo oposição ao Presidente da República, ao Plano Real, ou ao Brasil e aos brasileiros? E o que eu temo, Senador Jefferson Peres? Temo que o Plano Real, que resistiu à crise mexicana, resistiu aos banqueiros, resistiu aos especuladores, não resista ao Congresso Nacional.

**O SR. JEFFERSON PERES** – Obrigado, Senador Gerson Camata, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Tenho muito medo de um país onde a esquerda é presa do corporativismo e a direita é presa do fisiologismo. É muito difícil que, com uma classe política dessa, o País possa repetir o êxito chileno.

**O Sr. José Ignácio Ferreira** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JEFFERSON PERES** – Concedo-lhe o aparte, Senador José Ignácio, com todo prazer.

**O Sr. José Ignácio Ferreira** – Senador Jefferson Peres, ouvi o início do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, os apartes que se sucederam e lembrei-me do que ocorreu com Górbachev. A União Soviética abriu a economia depois que fez a abertura política. Em outras palavras, houve uma abertura política, houve o renascimento político na União Soviética, a que se chamou **Glasnost**. Quando veio a **Perestroika**, havia um clima de **Glasnost**. A abertura política, que afinal de contas era um renascimento depois de 1917, uma explosão daquilo que estava contido, criou obstáculos sérios e derrubou Gorbachev. Na verdade, o que ocorre hoje na antiga União Soviética é decorrência da precedência da abertura política à abertura econômica. O que ocorreu no Brasil também foi isso. Evidentemente, não tínhamos uma situação de contenção tão forte, pois, apesar de termos saído do autoritarismo militar, ele não se comparava ao da União Soviética. Mas a verdade é que estamos enfrentando essas dificuldades com um clima de abertura política, com uma sociedade aberta. E nós a queremos cada vez mais aberta, desejamos que seja assim.

**O SR. JEFFERSON PERES** – Claro!

**O Sr. José Ignácio Ferreira** – Sempre digo que os conflitos existentes aqui não devem ser só tolerados, mas devem ser até estimulados dentro da

lei, porque é uma forma de vitalizar a sociedade. O tecido social não rompe pelos puxões; ao contrário, ele se fortalece pelo conflito. Portanto, estamos criando as condições, a partir da estabilidade econômica, para promover as gestões outras que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deseja e pelas quais o País clama. Assim, felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento e lamento que essas cadeiras não estejam todas povoadas de Senadores para ouvi-lo.

**O SR. JEFFERSON PERES** – Obrigado, Senador José Ignácio Ferreira, incorporo seu aparte ao meu discurso. Infelizmente, o meu tempo está esgotado; a luz está piscando há muito tempo.

Mas, Sr. Presidente, proximamente, com mais tempo, continuarei com este tema. Terminando fazendo votos para que os Senadores, que têm viajado tanto para a Europa, Estados Unidos, viagem para mais próximo, para o Chile, a fim de apreenderem um pouco com a experiência do nosso vizinho da América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao Senador João Rocha.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação, com a permissão do eminente Senador João Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu companheiro de Bancada, Senador Jefferson Peres, que vem acompanhando comigo o problema de assinaturas no pedido de CPI, alertou-me, com a lealdade de sempre, senão teria passado despercebido, para uma notícia que acaba de sair no jornal **O Estado de S. Paulo**, na coluna de autoria da jornalista Cristiana Lôbo, cujo texto é o seguinte:

"Alguns que assinaram o pedido da instalação da CPI dos bancos acham que o sistema financeiro precisa mesmo de uma investigação. Outros nem tanto. Bernardo Cabral disse a colegas que assinou o pedido porque espera há dias uma audiência com FHC, mas não é recebido. Enquanto isso, Vicentinho esteve no Planalto oito vezes."

Sr. Presidente, não tenho nada a ver com quantas vezes o Sr. Vicentinho tenha ido, vai ou irá ao Planalto. Eu não pedi nenhuma audiência, não comentei absolutamente nada com ninguém. Lamento que a Cristiana Lôbo, por quem tenho amizade, não tenha confirmado comigo a notícia, porque

isso é o tipo da plantação que se faz, oriunda não se sabe de onde – mas desconfia-se qual seja a intenção –, para dizer que a assinatura foi uma mera jogada de aborrecimento.

Quero dizer o que já disse aqui várias vezes. Assinei o pedido de CPI muito antes, e assinaria até a hora do depoimento do Presidente do Banco Central. Não aporia uma assinatura como vingança, e, neste ponto, incluiu também o nome do meu companheiro Jefferson Peres. Estamos sendo retaliados por aí, mas ninguém vai, absolutamente, debruçar-se sobre a nossa conduta ética, sobre a nossa honestidade, sobre a nossa decência política.

Quero dizer, Sr. Presidente, também por justiça, que todas as vezes que telefonei para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na mesma hora Sua Excelência atendeu. E quando fui ao Palácio, com audiências marcadas, levando o Governador do Estado, o mesmo tratamento recebi. Portanto, não tenho nenhuma queixa do Presidente da República.

Quanto ao terceiro escalão, Sr. Presidente, a quem eu nunca procurei, um Senador amigo meu me disse, há 48 horas, que está esperando uma audiência que até agora não veio.

De modo que isso deve ser oriundo de alguém, provavelmente dos quintais do Palácio do Planalto, contrariado com certas posições independentes, que deve ter passado essa notícia, que carece de qualquer fundamento. Ela é nitidamente apócrifa.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Nos termos regimentais, prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos.

Concedo a palavra ao Senador João Rocha. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO ROCHA** (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para fazer comentários breves sobre a estabilidade e sobre a conjuntura econômica e social que atravessamos em nosso País. Porém, o enfoque mais direto deste discurso refere-se aos "contratos provisórios de trabalho", que foram firmados recentemente entre empregadores e trabalhadores.

Por mais que se queira negar, não se pode deixar de admitir que o Plano Real levou o Brasil a recuperar a sua respeitabilidade tanto interna quanto externamente. Em nível local, os resultados são majoritariamente favoráveis, os números são claros e as pesquisas de opinião dão ao Governo Fernando Henrique significativa aprovação. Em nível internacional, a imagem do Brasil é de credibilidade, e, em

todos os fóruns internacionais, os elogios à nova política econômica são inquestionáveis. Relembrando palavras do eminente economista Mário Henrique Simonsen, "pela primeira vez em 15 anos a política macroeconômica passou a ter sujeito, predicado e objeto direto".

É oportuno recapitular aqui neste plenário os dados, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre o desempenho da economia nacional nos primeiros doze meses do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o Instituto, a renda **per capita** brasileira cresceu cerca de 28% em dólares e atingiu US\$4.345 no ano passado, com um ganho de 2,74% acima da inflação, em real. O Produto Interno Bruto cresceu 4,2%, e, segundo a mesma fonte, atingiu a cifra de US\$677 bilhões.

Diante desses resultados, o Brasil firma, indiscutivelmente, a sua posição como a segunda maior economia das Américas e um dos mais importantes mercados emergentes do mundo, ao lado da China, da Índia e dos chamados Tigres Asiáticos.

É certo que o Governo Federal precisa fazer novos e importantes ajustes no Plano de Estabilização Econômica para continuar garantindo o equilíbrio da economia e o sucesso do Plano Real. Sem dúvida alguma, daqui para a frente, o grande desafio será a dinamização do mercado de trabalho e a criação de empregos suficientes nas indústrias nacionais. Nesse sentido, vale relembrar que sindicalistas e empresários de São Paulo já deram o primeiro passo para reduzir o impacto de um possível descontrole nos níveis de emprego do País, cujo agravamento seria, sem dúvida alguma, muito perigoso para o equilíbrio social e para a normalidade econômica.

Os nossos contratos provisórios, apesar de terem sido suspensos temporariamente, merecem elogios e devem ser considerados como uma medida louvável e de repercussão bastante positiva para aumentar a criação de novos postos de trabalho. Todavia, os mais pessimistas afirmam que eles ferem direitos trabalhistas consagrados, tais como a carteira assinada, aviso prévio e multa sobre o FGTS em caso de demissão, além de atropelar sumariamente a legislação vigente.

Infelizmente, o Procurador-Geral do Trabalho e o Presidente do Superior Tribunal do Trabalho entenderam que o acordo inicial contraria as normas constitucionais e da Consolidação das Leis do Trabalho. Entretanto, eles não apresentam qualquer proposta que seja capaz de afastar o drama do de-

semprego, que já começa, neste início de 1996, a bater à porta das casas de milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, diante da tragédia do desemprego, temos de considerar que os pontos que desobrigavam o empregador de recolher o FGTS, que eliminavam a multa de 40% sobre o Fundo em caso de demissão, que estabeleciam a redução da contribuição ao INSS e o não recolhimento das tais contribuições ao INCRA e ao SEBRAE, assim como a dispensa do registro do contrato em carteira não podem ser analisados e avaliados isoladamente, ou seja, dissociados da questão maior, que é o aumento do desemprego, sem dúvida alguma uma questão estrutural determinante.

Infelizmente, muita gente ainda não foi capaz de perceber que as relações trabalhistas nos países de economia mais avançada vêm mudando radicalmente desde o final da Segunda Guerra Mundial. Essas mudanças têm acontecido de maneira acelerada justamente em virtude do avanço tecnológico nessas economias, da necessidade de se alcançar novos patamares de produtividade, das pressões por modificações constantes na divisão internacional do trabalho e, hoje, mais do que nunca, em virtude da globalização econômica mundial e da formação dos grandes blocos de comércio internacional.

**O Sr. Romeu Tuma** – Senador João Rocha, V. Exª me permite um pequeno aparte?

**O SR. JOÃO ROCHA** – Com todo prazer, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** – Desculpe-me interromper o seu importante discurso. V. Exª traz à Casa um problema bastante sério, que é o fortalecimento do segmento econômico, a estabilização, a redução da inflação, mas com um aspecto um pouco selvagem, que é a possibilidade do crescimento do índice de desemprego. Cumprimento V. Exª por isso. Ontem, falei com o Senador Beni Veras, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Apresentei um requerimento para que aquela Comissão e esta Casa, agora fortalecida pelo discurso de V. Exª, comecem a discutir, no sentido de ajudar as autoridades do setor do Ministério do Trabalho a encontrar soluções jurídicas, a fim de que se possa ter algumas alternativas para que a mão-de-obra possa ser empregada sem tantas vantagens que hoje são permitidas por lei. Não podemos infringir os dispositivos legais sob pena de, amanhã, termos uma série de processos prejudicando até aqueles que pretendem abrir novas portas para as suas indústrias, com a perspectiva desses convênios, desses acordos e desses contratos. Também não podemos apoiar a quebra da or-

dem jurídica brasileira. Eu pediria que V. Exª me ajudasse nesse sentido e discutisse o assunto no Senado Federal. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO ROCHA** – Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Romeu Tuma. Estarei ao lado de V. Exª, como os demais Senadores desta Casa, para buscar a solução que todos aguardamos, que é a geração de novos empregos e a reativação da atividade produtiva em nosso País.

Continuando, Sr. Presidente, estão, portanto, completamente equivocados aqueles que só querem ver a árvore ignorando o bosque e, o que é pior, com suas miopias prejudicam a modernização do País. A bem da verdade, o Brasil não pode mais ficar atrelado ao passado, praticando uma política paternalista de emprego e de trabalho, respaldada por uma legislação caduca e mofada, filha do Estado Novo e herdeira da Carta del Lavoro, a CLT dos tempos já remotos do ditador Benito Mussolini.

Considero, portanto, uma verdadeira falta de visão diante do mundo que existe hoje à nossa frente a defesa de princípios completamente ultrapassados e que impedem que a economia brasileira possa competir em pé de igualdade com países modernos no disputado mercado internacional.

É preciso que se diga também que os vultosos investimentos em qualidade e produtividade que as indústrias precisam realizar anualmente continuam esbarrando em jornadas de trabalho diárias e semanais, completamente irracionais, e em encargos sociais e trabalhistas extremamente onerosos para os empresários. Assim, qualquer pessoa de bom-senso sabe que, seguramente, a tão almejada dinâmica econômica do País não passa por aí. Essa seria, sim, a dinâmica do retrocesso, e não do progresso.

Justiça seja feita: o Presidente Fernando Henrique percebe isso, o Ministro do Trabalho também percebe, os trabalhadores e os empresários que firmaram os primeiros contratos perceberam mais cedo ainda. E, agora, com a suspensão, só resta apelar para a lucidez das centrais sindicais, do conjunto das entidades empresariais e da classe política para encontrar uma saída que todos considerem mais legítima para enterrar de vez a ultrapassada CLT, ou, mais claramente, estabelecer um meio termo entre a idéia inicial e a legislação atual, que não serve mais.

**O Sr. Carlos Patrocínio** – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador João Rocha?

**O SR. JOÃO ROCHA** – Com prazer, nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O Sr. Carlos Patrocínio** – Nobre Senador João Rocha, comungando das mesmas preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, encaminhei requerimento à Mesa para convocação do eminente Ministro do Trabalho, Dr. Paulo Paiva, a este plenário. Como assevera V. Ex<sup>a</sup>, urge que providências sejam tomadas no sentido de um programa de geração de empregos. Isso passa, inexoravelmente, por modificações substantivas na já anacrônica Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. V. Ex<sup>a</sup> faz justiça quando evoca a preocupação do Presidente da República e também do Ministro do Trabalho por esse programa de geração de empregos e renda em nosso País. Entendemos que é necessária uma participação política e a procura de mecanismos jurídicos para que não se esbarre no rigor da Justiça. Portanto, eminente Senador, é muito importante o assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz à apreciação de seus Pares nesta manhã. Estaremos juntos e apelamos para o bom-senso e a boa vontade de todos os Parlamentares do Congresso para que, de pronto, procuremos os mecanismos necessários para um amplo programa de geração de emprego como fator principal de consolidação do Plano Real e da estabilidade econômica do nosso País.

**O SR. JOÃO ROCHA** - Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o País precisa realmente de uma definição rápida sobre o assunto. A intenção do Governo é clara e tem como objetivo ampliar os postos de trabalho, e não o contrário. A grande meta é, portanto, a de colocar no mercado formal quem se encontra no informal e quem simplesmente está em idade de trabalhar e não tem nenhuma atividade. Dessa maneira, nada mais justo do que a tentativa inicial de redução de cerca de 30% dos encargos trabalhistas, que ajudaria muito na diminuição do chamado "Custo Brasil". A contrapartida seria, portanto, a criação de milhares de novos postos de trabalho.

Além disso, Sr. Presidente, merece aplausos a tentativa de não permitir que fiscais do Governo multem empresas que, de comum acordo com os seus empregados, estabeleçam controle simplificado da jornada de trabalho. Espero que nos novos debates essa questão volte a ter relevância e seja decidida favoravelmente sob o ângulo da flexibilização.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a taxa de desemprego no País fechou em 4,64% em 1995. Todavia, deteriorou-se a qualidade do mercado de trabalho. A proporção das pessoas ocupadas que trabalham com carteira assinada foi de 48,39% em 1995, contra 49,24% em 1994. O percentual dos trabalha-

dores que atuam sem carteira foi de 24,09% em 1995, contra 23,7% em 1994. Por outro lado, os que estão no mercado por conta própria chegam a 22,02% contra 21,79% em 1994. Vale ressaltar que, em 1989, segundo a mesma fonte, 58,26% dos trabalhadores atuavam no mercado de trabalho com carteira assinada. Os técnicos do IBGE alertam que, apesar de o desemprego ter decrescido de 5,06% em 1994 para 4,64% em 1995, a tendência é que ele aumente ao longo do ano de 1996.

Para o IBGE, a taxa de desemprego registrada no ano de 1995 representa, em números absolutos, 786 mil pessoas sem ocupação, em um total de quase 17 milhões, que formam a população economicamente ativa das seis principais regiões metropolitanas do País, onde a pesquisa foi realizada. Os dados revelam ainda que a menor taxa de desemprego – 3,41% – encontra-se no Rio de Janeiro, onde a economia informal é a mais intensa e a mais dinâmica em termos de crescimento.

Outro dado importante mostra a precariedade do mercado de trabalho brasileiro como um todo. Para o ano de 1995, a proporção de pessoas ocupadas na indústria apresentou taxa de 19,51%, que foi o mais baixo registro desde o ano de 1983.

Em relação ao rendimento do trabalhador, cuja referência vai até o mês de novembro de 1995, houve um crescimento de 13,9% em comparação com o mesmo mês de 1994, levando em consideração a média nacional.

Em relação ao Brasil como um todo, a pesquisa mostra ainda que o salário dos trabalhadores com carteira assinada cresceu 3%, comparando-se o ano de 1995 com 1994. Em contrapartida, os que atuam sem carteira assinada tiveram aumento de 16%, e os que trabalham por conta própria, 25%.

A conclusão que tiramos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que existem distorções significativas no universo do mercado de trabalho brasileiro, apesar do nível relativamente baixo da taxa de desemprego, fixada, em 1995, como já vimos, em 4,64%.

Assim, em virtude da presença desses elementos estáveis, que podem evoluir inesperadamente para um comportamento desorganizado e colocar em xeque a normalidade social, é preciso prevenir agora para não ter de remediar amanhã.

Atingir níveis parecidos de desemprego da população economicamente ativa aos ostentados hoje pela Argentina, por exemplo, seria uma verdadeira temeridade. Assim, numa economia como a nossa, bem mais complexa e de densidade industrial bem mais elevada e sofisticada, uma ocorrência dessa

natureza poderia representar uma ameaça permanente à estabilidade política e institucional que estamos mantendo com muito cuidado. Por isso, devemos tratar os nossos pontos vulneráveis com doses fortes de ações preventivas concretas e imediatas. Suprimir um emprego é muito fácil. O difícil, e sobretudo muito caro, é criar um novo emprego. Daí é que o tema do emprego, juntamente com a modificação da atual legislação trabalhista, aparece como um dos maiores desafios para a sociedade brasileira. Acompanhando essas mudanças, encontramos inevitavelmente o terreno da livre negociação entre empresários e trabalhadores, que é o verdadeiro lugar onde as grandes diferenças são acertadas. É nesse terreno, onde os níveis de regulamentação serão discutidos e delimitados livre e democraticamente, que haveremos de estabelecer o grande pacto entre o capital e o trabalho.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, temos uma responsabilidade muito grande com o futuro do País, e esse futuro está diretamente ligado ao sucesso do Plano Real. Se a estabilidade econômica continuar garantida, tudo bem; se não, voltaremos aos velhos tempos da anarquia e da desmoralização.

É preciso voltar a colocar logo na mesma mesa de negociação os empregados e os empregadores. São eles os atores mais dinâmicos do processo econômico e social que está sendo construído em nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para uma comunicação inadiável. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comunico à Casa que, de forma terminativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto de minha autoria que cria a Comissão Especial de Investigações.

Essa Comissão foi criada no Governo Itamar Franco, por decreto, e funcionou muito bem durante aquele Governo. Trata-se de comissão composta de notáveis, escolhidos pelo Presidente da República, que ficam diretamente ligados a Sua Excelência, e

que apuram as dúvidas, as interrogações que envolvem corrupção.

No dia 19 de janeiro, 19 dias após a posse do atual Presidente, não sei que assessor infeliz agiu fazendo com que o Presidente revogasse a criação dessa Comissão. Estive várias vezes com o Presidente, expliquei, aconselhei, mas Sua Excelência não retrocedeu.

O Senado aprovou, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a minha proposta. Ela vai ser submetida à apreciação da Câmara. A Comissão Especial de Investigação deveria estar em funcionamento agora, Sr. Presidente, numa hora como esta, em que o Presidente precisa de um assessoramento, que não pode ser nem do Parlamento, nem do Banco Central, nem da Fazenda, porque estes estão diretamente envolvidos na questão. Sua Excelência teria nomes de credibilidade nacional para esse assessoramento.

O PFL está a dizer que não vai deixar instalar a CPI dos Bancos porque estão na fila a CPI das Empreiteiras e a CPI da CUT. Quero dizer aos ilustres Líderes do PFL que a CPI das Empreiteiras – que não é das Empreiteiras, é dos Corruptores – e a da CUT foram arquivadas pelo Presidente José Sarney no final do ano passado. Essa é a razão pela qual encaminho ao Presidente José Sarney recurso – que passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente –, mediante o qual recorro da decisão de S. Ex<sup>a</sup>, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de arquivar o pedido da criação da CPI.

Requeri a instalação da CPI dos Corruptores. Havia número suficiente de assinaturas; o requerimento foi lido; o Presidente enviou-o aos Líderes para que indicassem os nomes dos membros. Todos os Partidos, à exceção do PFL e do PSDB, indicaram os nomes. Desta tribuna, várias vezes, pedi ao Presidente José Sarney, aos Líderes, à Casa, enfim, para que fossem indicados os nomes. Não indicaram. De acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional, que serve ao Regimento do Senado, o Presidente do Senado poderia, caso os Líderes não o fizessem, indicar os nomes.

E tem mais: se a Constituição Federal diz que a CPI é um direito das minorias e que basta um terço de assinaturas dos Parlamentares para que seja instalada, por que o Presidente José Sarney, Presidente do Senado Federal, não o fez, uma vez que o PFL e o PSDB, juntos, não formam dois terços, aliás, nem a metade? S. Ex<sup>a</sup> arquivou o pedido. É disso que recorro.

Agora, está-se dizendo que PFL e PSDB novamente não indicarão membros para a CPI dos Ban-

cos. Ou seja, estão querendo seguir o mesmo caminho da CPI dos Corruptores.

Sei que este não é o momento da CPI dos Corruptores. Este é o momento da CPI dos Bancos. Mas só estou recorrendo – não pedindo prioridade, porque reconheço que o momento é da CPI dos Bancos – porque não quero que isso faça coisa julgada. O Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, que se diz tão guardião do Regimento, deve ser também guardião da Constituição.

Poderia esperar para falar em um dia em que o Presidente José Sarney estivesse presente. Normalmente, até faria isso, mas S. Ex<sup>a</sup> está indo para o exterior. E, um outro dia, quando levantei uma questão de ordem – que, aliás, renovo perante V. Ex<sup>a</sup>: quero saber se o Projeto Sivam já está na Mesa do Senado, ou ainda está na gaveta de algum Senador –, o Presidente José Sarney estava presente no plenário, mas não estava presidindo a sessão, e eu o interpelei pessoalmente. S. Ex<sup>a</sup>, então, que estava no plenário, respondeu-me que a Mesa é una. No momento, quem responde é V. Ex<sup>a</sup>. Se S. Ex<sup>a</sup> pensa que é assim, que a Mesa é una, posso levantar essa questão de ordem, porque estou diante da Mesa una e estou levantando um recurso perante a Mesa una.

Primeiro, felicito o Senado Federal por ter aprovado a criação da Comissão Especial de Investigação. Faço um apelo ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que a instale imediatamente com gente da sua confiança.

Segundo, faço um recurso que está aqui formulado, e o entrego a V. Ex<sup>a</sup>, com as razões e justificativas, recorrendo da decisão do Presidente José Sarney, que arquivou o pedido da constituição da CPI dos Corruptores. E o meu argumento é muito grave: o Presidente José Sarney violentou o direito das minorias, que é assegurado pela Constituição. Se a Constituição diz que um terço é permitido para constituir, um terço é permitido para instalar. Só porque dois Líderes – PSDB e PFL – não indicaram, S. Ex<sup>a</sup> resolveu arquivar o pedido.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não estou pedindo que essa CPI tenha prioridade sobre a CPI dos Bancos. Mas é que hoje nos jornais, em manchete, está-se a dizer que PFL e PSDB vão seguir o mesmo exemplo e não vão indicar Parlamentares para compor a CPI.

Esta questão de ordem tem o sentido de chamar a atenção para isso, embora eu reconheça que, dependendo do resultado, na minha opinião, a Comissão que pedi sobre os corruptores não é a primeira. Nessa altura, a do momento é a que está sendo instalada.

Encerro, agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, recomendando paz.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Aguardamos a remessa à Mesa do recurso de V. Ex<sup>a</sup>, que será examinado no momento oportuno por esta Mesa.

**O SR. PEDRO SIMON** - Muito obrigado.

Encerro em meio minuto, Sr. Presidente, fazendo um apelo a todos nós: penso que o Presidente da República pode ter razões para estar magoado. Eu conheço Sua Excelência e digo que é um homem de bem, um homem digno, um homem correto. Não ouvi uma palavra que envolva o seu nome. Não há nada neste Congresso com relação ao Presidente da República. Acho que Sua Excelência tem que ser mais tranquilo. Não acredito que as manchetes dos jornais, que falam em retaliação, sejam verdadeiras. O Presidente Fernando Henrique não é homem de retaliação.

Segundo, dirijo-me às oposições. Esse é um assunto sério, de muita responsabilidade. Temos que cuidar desse assunto com a responsabilidade necessária. Ninguém está aqui, e eu que a assinei não admito que se faça numa matéria como essa, nem jogo político, nem jogo de interesses, nem jogo de nada. É sério, porque trata-se da situação financeira, envolvendo bancos; amanhã, uma brincadeira poder levar a uma crise, a uma corrida aos bancos, e ninguém está brincando com essa matéria, e ninguém vai usá-la para querer "fazer água" no Governo do Presidente Fernando Henrique ou "fazer água" na situação que aí está. Ninguém pode fazer isso. Seria impatriotismo de nossa parte.

Podemos até divergir. Podemos até estar errados, Sr. Presidente, mas o patriotismo é de todos nós. Acho que seria hora de sentarmos à mesa, todos nós, e analisarmos a situação para encontrarmos o melhor caminho a seguir. Não fica bem ao Presidente falar em retaliações e dizer que quem assinou é inimigo dele, porque não é verdade. Sua Excelência sabe que sou seu amigo, quero bem a Sua Excelência, gosto dele à minha maneira. Qual é a minha maneira? A minha maneira é dizer as coisas de frente. Acho que amigo do Presidente é aquele que diz as coisas que acha que estão erradas para que o Presidente possa reconsiderar, e não aquele que bate em suas costas, mesmo quando Sua Excelência está errado.

Posso estar errado, mas acho que o Presidente da República tem o caminho do bem. A imprensa está dizendo que a vitória é do Sr. José Sarney por causa do termo "marimbondos", que o Presidente usou – termo infeliz, em minha opinião – em Minas



Gerais, ou porque estão querendo atribuir-lhe — e não acredito, não passa pela minha cabeça, conhecendo como conheço o Senhor Fernando Henrique Cardoso — a reportagem, publicada na revista *Veja*, sobre aposentadorias.

É ridículo fazer uma comparação dessas. Para mim, isso não é vitória do Sr. José Sarney. Eu tinha certeza de que a CPI não passava, eu tinha a convicção absoluta de que não conseguiriam os números; e, de repente, conseguiu-se. É verdade que muitos que assinaram têm ligação direta com o Sr. José Sarney. Mas, o que quero dizer a todos, inclusive ao Sr. José Sarney, é que eu não sou instrumento de ninguém. Nem do Sr. José Sarney, nem de ninguém. Considero-me aliado do Presidente da República. Votei e confio em Sua Excelência. Busco a verdade. Tento ajudar o Presidente. Não serei instrumento de quem quer que seja. E, se depender de mim, temos que dar força ao Presidente, porque Sua Excelência está certo.

O Plano vai bem, não podemos boicotar o Plano, e não nos interessa a candidatura a Presidente de quem quer que seja, que precisa que o Presidente vá mal para que ele vá bem. Para o Brasil é importante que Fernando Henrique vá bem. Quem não quiser que Sua Excelência seja reeleito, não vote nele. Isso é outra coisa. Mas torcer para que Sua Excelência vá mal, isso é crime contra a Nação. Estou torcendo para que Sua Excelência dê certo. E estou convencido de que Sua Excelência tem a intenção de dar certo.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO:*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 1995**

**Autoriza a criação da Comissão Especial de Investigação, com âmbito de atuação na Administração Pública Federal direta e indireta, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma Comissão Especial de Investigação, com âmbito de atuação na Administração Pública Federal direta e indireta, e a finalidade de:

I — prestar ao Congresso Nacional, em especial às Comissões Parlamentares de Inquérito, a colaboração necessária para a realização de quaisquer diligências ou procedimentos investigatórios junto a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta;

II — realizar, quando julgar conveniente, diligências e investigações a propósito de fatos, atos, contratos e procedimentos de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta;

III — determinar providências para a suspensão de procedimentos ou a execução de contratos, sob suspeita de lesão ao interesse público;

IV — recomendar a instauração de auditorias, sindicância, inquéritos ou processos administrativos, acompanhando os respectivos trabalhos;

V — propor ao Presidente da República a adoção de providências, inclusive de natureza legislativa, com o objetivo de corrigir ou coibir fatos ou ocorrências contrárias ao interesse público;

VI — articular os procedimentos da Administração Pública Federal com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público.

Art. 2º Para o desempenho das suas atribuições, a Comissão instituída por esta lei poderá:

I — requisitar, em caráter irrecusável e para atendimento em regime prioritário, servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta;

II — requisitar, em caráter irrecusável e para atendimento em regime prioritário, informações e documentos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta;

III — providenciar representações e requerimentos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público para a instauração de procedimentos judiciais ou a obtenção de informações e documentos de entidades do setor privado;

IV — solicitar a colaboração de outros Poderes ou convidar para participar de reuniões plenárias Ministros de Estado e outras autoridades da Administração Pública Federal direta e indireta, sempre que houver necessidade de esclarecer assuntos sob seu exame.

§ 1º Os servidores e empregados requisitados na forma do inciso I serão considerados, para todos os fins de direito, como em efetivo exercício do cargo, do emprego ou da função pública que ocupam, não podendo sofrer prejuízo de qualquer direito, vantagem ou remuneração, nem destituição de função gratificada.

§ 2º A Comissão será responsável pela guarda, conservação e, quando for o caso, também pelo sigilo dos documentos e informações que lhe forem fornecidos.

§ 3º Os órgãos e autoridades da Administração Pública Federal direta e indireta, de modo especial a Advocacia-Geral da União, a Secretaria Federal de Controle Interno e os Conselhos Fiscais ou órgãos



equivalentes, prestação à Comissão, com prioridade, o apoio e a colaboração requisitados.

Art. 3º A Comissão será presidida pelo Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado e integrada por 7 (sete) membros, escolhidos pelo Presidente da República entre brasileiros de reputação ilibada e notória capacidade em suas áreas profissionais, e aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52, da Constituição Federal.

§ 1º Será constituída uma Secretaria Executiva com a finalidade de dar suporte administrativo e assessoramento técnico à Comissão.

§ 2º O Presidente da Comissão poderá constituir, por tempo certo para o desempenho de tarefas específicas, grupos de trabalho, sob sua coordenação ou de membro da Comissão.

§ 3º Aplica-se aos membros e aos integrantes da Secretaria Executiva e dos grupos de trabalho o disposto no § 1º do art. 2º

Art. 4º O Poder Executivo elaborará, no prazo de trinta dias contados da data de publicação desta lei, o regimento da Comissão Especial de Investigação, que disporá sobre funcionamento, as atribuições de seu Presidente e de membros, bem como a Secretaria Executiva e os grupos de trabalho.

Art. 5º A Comissão apresentará relatórios ao Presidente da República, com cópia para o Senado Federal, trimestralmente ou quando solicitados.

Art. 6º Para o desempenho de suas atribuições e a realização de seus trabalhos, a Comissão Especial de Investigação contará com recursos materiais e financeiros da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério da Administração e Reforma do Estado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Nas proximidades do final dos trabalhos da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Orçamento, – quando já se evidenciara a necessidade de fixar-lhe um limite de ação, a fim de que se viesse a obter conclusões práticas num horizonte de tempo razoável – propusemos ao Senhor Presidente da República, Itamar Franco, a criação de uma "Comissão Especial, com âmbito de atuação na Administração Pública direta e indireta."

Tal Comissão, criada pelo Decreto nº 1.001, de 6 de dezembro de 1993, detinha entre outras finalidades, a de prestar ao Congresso Nacional de modo

especial, à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Orçamento, a colaboração necessária para a realização de quaisquer diligências ou procedimentos investigatórios junto a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

O art. 3º do referido Decreto dispunha que a Comissão seria composta de cinco membros designados pelo Presidente da República, sob a presidência do Ministro de Estado da então Secretaria da Administração Federal. Pelo Decreto nº 1.037, de 6 de janeiro de 1994, o número de membros foi ampliado para sete.

Outro decreto da mesma data designava os seguintes membros, sob a presidência do Ministro Romildo Canhim: Doutor. Daniel Quintela Brandão, Doutor Emerson Kapaz, Ministro Evandro Gueiros Leite, Doutor Fábio Konder Comparato, General-de-Divisão R-1 Francisco Batista Torres de Melo, Ministro Miguel Jerônimo Ferrante e Doutor Raymundo Faoro. Por absoluta impossibilidade de se dedicarem, com a devida atenção às atividades da Comissão, o Dr. Fábio Konder Comparato e o Dr. Raymundo Faoro foram substituídos com a evolução dos trabalhos, pelo Professor Cândido Antônio Mendes de Almeida e pelo Professor Modesto Souza Barros Carvalhosa.

Dispensáveis quaisquer palavras de apresentação de tal plêiade. E o trabalho por ela realizado, em menos de um ano e resumido no Relatório intitulado A Comissão Especial e a Corrupção na Administração Pública Federal, não deixa a menor dúvida sobre a indispensabilidade de um tal organismo atuando junto à Administração Pública.

Com efeito, tratando-se de pessoas de competência comprovada e reputação ilibada, como reza o bordão estatutário, e inteiramente desvinculadas de qualquer interesse pessoal nas relações entre a Administração Pública, seus servidores e fornecedores, os resultados de seu trabalho se revestiram da mais absoluta isenção e correição.

No entanto, um ato – a meu ver equivocado – do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto nº 1.376, de 19 de janeiro de 1995, extinguiu a Comissão (art. 1º), transferindo seu acervo documental à guarda (sic) do Ministério da Justiça (art. 2º) e determinando que os procedimentos sobre diligências e investigações, a propósito de fatos, atos e contratos, relativos a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta integram (sic) as competências da Secretaria Federal do Controle do Ministério da Fazenda (art. 3º).

Ora, a que atribuir a transferência do acervo documental a um Ministério e os procedimentos so-

bre diligências etc., a outro?... A História e as próprias conclusões das CPI do PC e do Orçamento estão aí para comprovar a falácia de se atribuir a um órgão subalterno da estrutura de um dos Ministérios a fiscalização dos demais. Inexistem aí as necessárias prevalência e isenção para agir sobre os transgressores das leis, dos regulamentos e da própria ética, à falta daqueles.

Esta a razão por que submeto aos meus pares no Congresso Nacional o presente Projeto de Lei, que, lamentavelmente, não pôde escapar à natureza autorizativa, já que a iniciativa de proposições desta natureza compete ao Poder Executivo. Ainda assim, ciente e compenetrado desse fato, não posso me omitir diante da necessidade e da importância de que seja constituído um tal organismo junto à Administração Pública Federal, com raio de ação sobre toda ela, sem constrangimentos de qualquer ordem.

Conto, portanto, com o decisivo apoio de Vossas Excelências para que se dê este passo, que entendo decisivo na busca definitiva da moralidade no serviço público.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....  
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....  
f) titulares de outros cargos que a lei determinar:

.....  
(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Nos termos do item 11, segunda parte, do art. 48, do Regimento Interno do Senado Federal, vimos solicitar a Vossa Excelência seja submetido ao Plenário desta Casa, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o presente Recurso objetivando desarquivar o feito atinente à CPI dos corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402, de 1995, para que seja afinal instaurada e tenha regular

prosseguimento, tudo conforme as razões de ordem constitucional, legal e regimental a seguir expendidas:

#### I – Do Requerimento para a Instauração da CPI dos Corruptores

A 24 de março de 1995, foi acolhido o Requerimento nº 402, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal e no art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, contando com as assinaturas de 30 Srs. Senadores – quando 27 seriam suficientes – e objetivando a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de quinze Srs. Senadores, e igual número de suplentes, com previsão de conclusão de seus trabalhos a 15 de dezembro do mesmo ano. Essa Comissão destinava-se a apurar a autoria de atos de corrupção, denunciados durante os trabalhos das Comissões do **Impeachment** e do Orçamento.

O tema, de relevante interesse público, mereceu a manifestação de apoio, e respectivas assinaturas, de Senadores de todos os Partidos com representação no Congresso Nacional. A 31 de março de 1995, o Sr. Presidente do Senado Federal encaminhou aos Srs. Líderes Partidários solicitação de indicações dos membros da CPI, observada a proporcionalidade preconizada no § 1º do art. 58 da Constituição Federal.

Responderam à solicitação o PMDB, PDT, PP, PTB, PPR e PT, e deixaram de atendê-la o PFL e o PSDB.

Malgrado o interesse nacional de que a matéria se reveste, os apelos populares e a forte insistência da mídia para que se identificassem os agentes responsáveis pelos atos de corrupção, a CPI dos corruptores deixou de ser constituída, sendo arquivada, a 15-12-95, com fundamento no art. 76, item III e § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

#### II – Considerações sobre a aplicação subsidiária dos regimentos comum e do Senado Federal

##### 2.1 – Das normas subsidiárias

Observa-se a subsidiariedade legal como forma de não permitir lacunas no ordenamento jurídico, que há de ser pleno para que não pereçam a Justiça e o Estado Democrático de Direito.

Tal condição não se limita aos tribunais, mas também atende à norma interna de natureza especial, inclusive no Parlamento. Assim como os juizes, diante de omissões legais, decidirão as causas que lhes são afetas de acordo com a analogia, os costumes ou os princípios gerais de direito, não as podendo rejeitar simplesmente, ou deixar que se escoem os prazos para, ao fim, arquivá-las, o Senado Fede-

ral, integrante do Poder Legislativo, em sendo omissa a norma especial interna, haverá de aplicar, igualmente, às matérias que lhe são sujeitas, a analogia, os costumes ou os princípios gerais de direito.

No presente caso, ainda que haja lacuna no Regimento Interno do Senado, sobre a possibilidade de o Presidente desta Casa indicar os integrantes das Comissões de Inquérito, quando não o façam os Líderes, o assunto exigirá o exame preliminar, entre outras normas, do art. 78 do Regimento Interno, o qual, por sua vez, faz remissão direta ao art. 58, § 1º da Constituição Federal:

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente por **indicação escrita dos respectivos líderes**, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º). (Grifamos).

Constata-se, pois, a insuficiência do comando normativo regimental transcrito, porquanto neste não ficou esclarecida a atribuição do Presidente do Senado ante a omissão dos Líderes em proceder às indicações. Nesta hipótese há que se recorrer, subsidiariamente, ao Regimento Comum do Congresso, que também é norma especial e que dispõe, em seu art. 9º, § 1º, mais adiante transcrito, sobre a composição das comissões mistas.

Essa subsidiariedade decorre da confluência de normas de natureza especial, que é como se caracterizam o Regimento Interno do Senado Federal e o Regimento Comum do Congresso, e tem sua força cogente em princípio geral de direito consignado na Lei de Introdução ao Código Civil:

Art. 2º .....

§ 2º A nova lei, que estabeleça disposições gerais ou **especiais** a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior. (Grifamos).

Recepcionam-se, pois, mutuamente, os Regimentos Comum e o do Senado, na condição de normas especiais, independentemente das datas de suas edições. Significa dizer que, inobstante a expressa referência do art. 151 do Regimento Comum às hipóteses de omissão normativa neste, essa referência é dispensável, pois tal condição permeia esses Regimentos, ainda que não consignadas expressamente nos seus textos. Além disso, a especialidade da norma suplantará os textos de ordem geral:

"Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissos, as do (Regimento) da Câmara dos Deputados."

Em aditamento ao dispositivo transcrito, observe-se o art. 412, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, onde também se reconhece a prevalência da norma especial sobre a geral. Este preceito está lavrado no Título XI do nosso Regimento que versa Princípios Gerais de Processo Legislativo.

## 2.2. Dos fundamentos regimentais da extinção da CPI

A extinção da CPI dos corruptores, a 15 de dezembro de 1995, fundamentou-se no art. 76, inciso III e § 4º, do Regimento do Senado. Registre-se que o item III desse dispositivo regimental estabelece que as comissões temporárias se extinguem ao término da sessão legislativa ordinária, e o art. 4º reza que o prazo da comissão parlamentar de inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que for criada.

De tais fundamentos resultam duas impropriedades. A primeira, ligada ao inciso III, deixa à mostra que o Requerimento nº 402, aprovado em março de 1995, transcorreu *in albis* por toda a sessão legislativa, inobstante ter sido regularmente apresentado, em tempo hábil e suficiência de subscritores.

Ora, para que as comissões temporárias se extinguam ao término da sessão legislativa ordinária é necessário que antes sejam implementadas. Este não é o caso da CPI dos corruptores, cuja composição foi precocemente frustrada, não chegando a implementar-se. A toda vista, não se extingue o que não existe.

A segunda impropriedade reside em fundar-se a extinção no § 4º do mesmo art. 76, pois encontra-se em curso a 50ª Legislatura, que teve início em 1995 e que se estenderá até 1998. Logo, tal fundamento regimental não pode ser invocado para fulminar a CPI, eis que não foi ultrapassada a legislatura.

## 2.3. Da consequência da não-indicação de membros à Comissão

À falta de norma, ou sendo esta omissa, é inaceitável deixar-se de oferecer *solução material* ao feito pendente de decisão, arquivando-o por decurso de prazo, após transcorrida toda a sessão legislativa do exercício de 1995, sem lançar mão de outros institutos, por analogia, disponíveis no ordenamento interno do Congresso Nacional.

Ao Presidente do Senado, ante a omissão dos Líderes, incumbe realizar as indicações dos integrantes das Comissões de Inquérito, inclusive as temporárias, desta Casa, e não apenas as mistas, do Congresso. Se tal preceito não for observado, por falta de interpretação sistêmica dos Regimentos, nos depararemos com a insólita circunstância de que todos os Partidos Políticos, à exceção de dois – o PSDB e o PFL – indiquem membros às Comissões, mas deixando estas de ser instauradas em decorrência apenas da *vontade singular* do Presidente, em contrariedade à manifestação expressa dos outros seis Partidos.

### III – Da competência constitucional do Congresso Nacional e da compulsoriedade de seu exercício

#### 3.1. Dos atos vinculados e discricionários

São atos *vinculados* aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização. Hely Lopes Meirelles adita ao conceito a informação de que nessa categoria de atos, sujeitos às indicações legais ou regulamentares, o Poder Público não pode se desviar de cumpri-los sem viciar irremediavelmente a ação administrativa (Dir. Adm. Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, p. 141).

Por oposição a estes, *discricionários* são os atos realizáveis pelo Poder Público com liberdade de escolha de seu conteúdo, conveniência, oportunidade e forma de realização (idem, p. 143).

#### 3.2. Da vinculação do ato presidencial de indicar os integrantes da Comissão

O art. 23, inciso I, da Carta Constitucional estabelece:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; (Voltamos a grifar.)"

O texto acima transcrito dispensa interpretações, pois está lavrado sob meridiana clareza: ao Poder Legislativo, não bastasse a atribuição fiscalizadora que exerce com auxílio do Tribunal de Contas da União, na forma dos arts. 70 e 71 da mesma Carta, tem, como integrante da União Federal, o poder-dever de zelar pelo patrimônio público, além de outros valores, inclusive de ordem moral (CF, art. 37, *in fine*).

As atribuições do Poder Legislativo Federal, inseridas na Carta Republicana, não constituem, de forma alguma, poder discricionário, conceituado no item anterior, eis que nesse elenco de competências não existe faculdade para decidir, e sim dever de ofício. Por isso, as atribuições do Congresso Nacional e de cada uma de suas Casas assume natureza **vinculada**, pois são estabelecidas em Direito Positivo, lavrado na Constituição, no Regimento Comum e nos Regimentos Internos de cada uma das Casas congressuais.

No caso presente, fundamenta-se o vínculo entre o ato da autoridade e a norma a que esta deve obediência no disposto no art. 58, **caput** e § 3º, da Constituição Federal:

"Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.

.....  
§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, **em conjunto** ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (Grifamos.)"

Extraí-se do dispositivo que as comissões parlamentares de inquérito têm função investigatória semelhante à conferida aos juízes, com o objetivo de elucidar fatos e circunstâncias que permitam a oferta de denúncia, pelo Ministério Público, ao Poder Judiciário, o qual, por seu turno, promoverá a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. Consequentemente, essa função investigatória deverá ser exercida em sua plenitude, ainda que ocorram omissões normativas, hipótese em que, como o fazem os juízes, deve-se recorrer à analogia, aos costumes ou aos princípios gerais de direito.

Extraí-se também do mesmo texto acima transcrito que as comissões poderão ser **conjuntas**, embora não haja, no dispositivo, referência expressa ao Regimento Comum do Congresso Nacional, mas apenas aos do Senado e da Câmara. Sendo assim, a prevalecer o entendimento contra o qual nos insur-

gimos no presente recurso – de que não há subsidiariedade de normas regimentais em ambos os sentidos, mas apenas dos Regimentos do Senado e da Câmara ao Comum (Regimento Comum, art. 151), tornar-se-ia impossível a aplicação do Regimento Comum às comissões mistas, por falta de menção expressa a este no § 3º do art. 58, o que representaria total incongruência jurídica.

É claro que o Regimento Comum tem aplicação às comissões mistas, embora não referido no art. 58 da Carta, assim como também se aplica às comissões isoladas, subsidiariamente aos de cada uma das Casas, embora igualmente não haja referência expressa nesse sentido. A questão tem solução simples e clara se posta em visão sistêmica, não restritiva, que abranja não apenas a Constituição, mas também os três Regimentos.

Logo, a vinculação do ato deve atender à Constituição e, em princípio, ao Regimento do Senado. Não suportando este a amplitude da matéria, devem então ser invocados os do Congresso e o da Câmara dos Deputados.

Assim, ante de **notitia criminis** que se tenha originado de apurações realizadas pelo trabalho de outras Comissões Parlamentares de Inquérito – entre as quais, a do **Impeachment** e a do Orçamento Federal – caracterizar-se-ia omissão desta Casa do Congresso Nacional não prosseguir nas investigações que lhe são afetas pelo mandamento constitucional, à vista da competência fiscalizadora que detém, alegando, para se omitir, insuficiência regimental.

A omissão também não pode encontrar lastro no mero transcurso temporal, qual seja o do encerramento da sessão legislativa, posto que tal procedimento caracterizaria evasão de competência; nem tampouco na alegação da falta de indicação de membros, pelos Líderes, para a composição da comissão parlamentar, pois, como vimos, as normas especiais consubstanciadas nos Regimentos Comum e do Senado se subsidiam mutuamente. Por analogia, não bastasse a clareza do art. 58 e § 3º, antes transcritos, a compelir este Poder ao exercício de sua atividade fiscalizadora, caberia imediatamente aplicar-se o estabelecido no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, com o que o Presidente do Senado teria suprido a omissão dos Líderes:

"Art. 9º Os membros das Comissões Mistas do Congresso Nacional serão designados pelo Presidente do Senado mediante indicação das lideranças.

§ 1º Se os Líderes não fizerem a indicação, a escolha caberá ao Presidente. (Grifamos.)"

Diante disso, se já não restava a menor dúvida, no tangente às comissões mistas, de que havendo a omissão de Líderes Partidários a indicação de membros passa imediatamente à responsabilidade direta do Presidente do Senado, que a exercerá como ato vinculado, sem qualquer resíduo de discricionariedade, eis que o suporte fático do comando se encontra na norma regimental, não facultativa, amparada pela Constituição Federal, tampouco pode haver dúvida quanto às comissões de inquérito do próprio Senado. Vale lembrar que o Presidente do Congresso Nacional é o Presidente do Senado e que este, podendo suprir as indicações para as comissões de inquérito do Congresso, haverá de poder supri-las na Casa que preside.

É forçoso considerar que os Líderes que procederam às indicações de membros para a CPI representam muito mais que um terço da Casa, exigido para que se instaurem essas comissões. Todavia, prevalecer a inércia dos Partidos Políticos que não os indicaram, fato este que constitui não apenas de mérito, mas verdadeira violação ao direito das minorias.

Considere-se, também, que, na votação da CPI do Orçamento, foi aprovada recomendação de instauração da CPI dos corruptores. Naquele momento, a CPI do Orçamento manifestava o pensamento do próprio Congresso Nacional. Esse pensamento restou prejudicado pela vontade singular do Presidente do Senado, ao extinguir a CPI recomendada.

#### IV – Do Pedido de Reexame da Matéria pelo Plenário

Por todas as razões ora aduzidas, solicitamos ao Plenário do Senado Federal – ouvida Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – reconsidere a decisão presidencial e determine o desarquivamento do feito relativo à CPI dos corruptores e a remessa de ofícios aos Líderes Partidários, para que indiquem os respectivos integrantes e, não o fazendo este, fixe competência supletiva ao Presidente do Senado Federal para que proceda às indicações.

Senado Federal, em – Senador **Pedro Simon**.

#### ELEMENTOS PARA REFLEXÃO SOBRE A CPI DOS CORRUPTORES

1 – A CPMI Collor/PC proporcionou, pela primeira vez na história do Brasil, o **impeachment** de um Presidente da República. O Relatório Final da re-

ferida CPMI mostrou que o Sr. Fernando Collor não apenas sabia da existência do esquema, como também fazia parte dele. Porém, ficou demonstrado, já naquela época, que a questão Ele sabia? é exatamente desgastante para o Presidente da República.

2 – O fato do Congresso Nacional afastar o Primeiro Mandatário do País reforça a sua habilitação para investigar ações de dirigentes de qualquer outro nível (Ministros, Presidente de Autarquia e Estaduais, do Banco Central etc.)

3 – A CPMI detectou os agentes corruptores. São empresários que contrataram a EPC, empresa do Sr. PC Farias, para execução de serviços fictícios. Lembre-se que as grandes empresas aparecem no Relatório repassando ao esquema elevadas somas de recursos, imediatamente após a posse do Sr. Fernando Collor.

4 – A CPMI Collor/PC não avança em relação a uma possível CPI dos Corruptores. No entanto, o Relatório contempla questões fundamentais para uma possível investigação (financiamento de campanha, Orçamento da União, etc.).

5 – O esquema PC não se viabilizaria sem a participação dos agentes financeiros através das chamadas "contas fantasmas."

6 – As investigações neste sentido deveriam ser encaminhadas pelo Banco Central. Nada foi feito neste sentido. Pelo contrário, os bancos citados, além de não receberem qualquer admoestação, participaram diretamente da privatização de estatais, beneficiando-se das facilidades do Programa Nacional de Desestatização.

7 – A partir da CPI Collor/PC se iniciou uma cobrança, no sentido da instalação da CPI dos corruptores. Entretanto, não se ouviu uma só palavra sobre qualquer investigação séria do Banco Central nos agentes financeiros integrantes do Esquema PC.

8 – O Congresso Nacional antecipou-se no sentido da auto-investigação. Promoveu a CPMI do Orçamento, que resultou na cassação e no afastamento de parlamentares.

9 – Não investigou os agentes corruptores, mas colecionou todos os elementos que justificam a investigação sobre os mesmos.

10 – Aquele parece ter sido o melhor momento para a instalação da CPI. Havia clima, a opinião pública estava mobilizada, havia uma sequência lógica para os trabalhos técnicos, etc.

11 – Já ali se movimentavam as forças contrárias à investigação. Encurralados pelas pressões e pelo tempo, os Parlamentares tiveram que optar entre investigar seus pares ou os agentes corruptores.

Qualquer que fosse a escolha, haveriam cobranças decepcionadas com o alijamento do lado preterido. É evidente que esta decepção seria maior se, dado o tempo, a CPI deixasse de lado os Parlamentares para investigar os corruptores. Mas, esperava-se que estes seriam alvos, imediatamente após a CPMI do Orçamento. O Requerimento nº 3, de 1994, de minha autoria, recomenda a instalação imediata da CPMI e é parte integrante do Relatório daquela CPMI.

12 – A CPMI dos Corruptores foi requerida em 15-2-95. As restrições maiores, ainda nesta etapa de Requerimento, ocorreram na Câmara dos Deputados. A negação ou a retirada de assinaturas inviabilizou esta Comissão Mista. Em 14-3-95, foi encaminhado Requerimento de instalação da CPI do Senado Federal (publicado em 25-3-95, no Diário do Congresso Nacional – Parte II – fls. 4.022/4.023), com as assinaturas de 30 (trinta) Senadores dos vários partidos.

13 – Em 31-3-95, o Sr. Presidente do Senado Federal encaminha solicitação, aos Srs. Líderes partidários, no sentido da indicação dos integrantes da Comissão e dos respectivos suplentes.

14 – Os Srs. Líderes do PSDB e do PFL não encaminharam os nomes dos respectivos representantes e, ao longo de todo esse período de cobrança em relação à CPI, mantiveram-se em absoluto silêncio quanto ao assunto.

15 – O Presidente do Senado poderia se socorrer do Regimento Comum para indicar os nomes faltantes. Ainda mais que é ele próprio o presidente do Senado e do Congresso. Não o fez e, também, não providenciou qualquer cobrança a respeito. Era de se esperar que, passados 9 (nove) meses desde o primeiro ofício, ele fosse, pelo menos, reiterado. Afinal, é este o procedimento onde quer que se deseje que as coisas caminhem. Se não o fez, é porque desejava o contrário. Ao aprovar a recomendação para investigar os corruptores, a CPMI do Orçamento tomou uma atitude em nome do Congresso Nacional. Ora, exatamente o Sr. Presidente do Congresso contraria o que recomendou a Casa que preside.

16 – Enquanto a CPI dormitava no Senado, outros casos de tráfico de influências e de promiscuidade entre o Estado e a iniciativa privada povoavam a imprensa, culminando com a entrevista do Sr. Murilo Mendes, na Revista IstoÉ, de 14-2-96, que confirma a existência de propinas, que podem chegar a, até, 20% do faturamento das empresas. Isto significa que, de cada R\$5,00 orçados para obras, R\$1,00 é desviado pelos canais da corrupção. A reclamação maior parece residir no fato de que os empresários

pagaram a propina, executaram as obras, mas não receberam pelos trabalhos realizados.

17 – Não é difícil explicar porque o Poder Executivo não tem interesse nas investigações dos agentes corruptores. É que ele voltaria a ser a bola da vez. Obviamente, não haveria corruptores se não existissem os corruptos. Investigar os primeiros significaria desnudar os últimos.

18 – Quando se esperava que o uso indevido, ou duvidoso, dos recursos públicos tinham atingido o seu ponto máximo, surgem as notícias sobre as fraudes no Sistema Financeiro. Tudo indica que o Presidente da República não sabia dos desvios de conduta dos bancos, antes de injetar os recursos, justificados, depois, pelo perigo da quebra da credibilidade do sistema financeiro. Mas, para um Presidente que se empenha na aprovação do Fundo Social de Emergência e da Contribuição sobre Movimentação Financeira, que também privatiza estatais lucrativas, para fazer caixa, é inconcebível que não esteja municiado de informações adequadas antes de decidir sobre recursos de tamanho vulto. Não se pode negar que tal fato provoca sério arranhão na credibilidade do Presidente. Volta à cena a clássica pergunta: Ele sabia?

19 – Essa credibilidade é, ainda mais, colocada em questão, quando se lembra da extinção da Comissão Especial de Investigação – CEI. Que forças estariam a pressionar o Sr. Presidente no sentido contrário de manter uma comissão de alto nível, composta de personalidades, de reconhecida probidade e competência, instituída para investigar denúncias de corrupção no Governo Federal, apesar do seu reconhecido desempenho e da continuidade das denúncias de corrupção veiculadas pela imprensa?

20 – Também abala a credibilidade do Presidente o fato da volumosa documentação organizada pela CEI, durante o Governo Itamar Franco, não ter merecido a devida atenção no atual Governo. Há que se admitir que tal atitude também revitaliza a certeza da impunidade.

21 – O tom do discurso não deve ser o de cobrança, mas de constatação. O Executivo não teve interesse na instalação da CPI porque seus Líderes no Congresso retiraram assinaturas ou não indicaram integrantes. O fato da extinção da CEI reforça esta tese. O Legislativo, idem. O Presidente do Senado pode não possuir mecanismos regimentais para indicação dos nomes faltantes. Mas, pelo menos, como dirigente de uma instituição do porte do Senado e, dada a importância do assunto, poderia ter reiterado a solicitação durante os nove meses

que seu Ofício não obteve resposta (o descaso dos senhores Líderes poderia, até, ser considerado um desrespeito para com o Presidente da Casa). Não o fez porque não tinha interesse.

22 – As pesquisas têm demonstrado que o prestígio do Congresso anda em baixa. O Estado como um todo tem sofrido quedas bruscas de legitimidade. Os casos de corrupção permanecem em manchetes, inspirando um clima de impunidade. Parece ser, este, o melhor momento para recriar a CEI. A Comissão inibiria novos casos de corrupção e cuidaria, de forma isenta, dos casos já detectados. Portanto, ao invés de cobrar a instalação da CPI, deve-se retomar a bandeira da recriação da CEI.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – A Mesa aguarda os documentos a que V. Exª se referiu.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Nobre Senador Roberto Requião, o nobre Senador Romero Jucá já havia pedido a palavra anteriormente.

Assim sendo, concedo a palavra ao Líder do PFL, Senador Romero Jucá, e, logo em seguida, a concederei a V. Exª.

Senador Romero Jucá, pediria a V. Exª a observância do horário, porque, logo em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, permita-me apenas informar ao Senador Roberto Requião que todos estamos aguardando a palavra do Líder do PFL, porque estamos acreditando que S. Exª poderá fazer a indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, pediria a V. Exª que, por gentileza, se ativesse aos termos regimentais.

Concedo a palavra, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno da Casa, por cinco minutos, ao Líder do PFL, Senador Romero Jucá.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Apelo a V. Exª no sentido de indicar os membros da...

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Por favor, nobre Senador Eduardo Suplicy, pediria a V. Exª que, como representante da Mesa, observasse o Regimento da Casa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PFL-RO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon, motivado por uma matéria de jornal, procurou inferir uma posição do PFL sobre a questão da CPI dos Bancos. O Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão, não está presente. Mas, como Vice-Líder, gostaria de fazer alguns esclarecimentos.



Em primeiro lugar, apesar da matéria, quero esclarecer ao Plenário que o PFL não tomou nenhuma posição de não indicar Relator para CPI nenhuma. O que temos discutido é o que está marcada é uma reunião da Bancada para a próxima terça-feira para discutir essa questão. Até porque membros do próprio PFL assinaram o pedido de criação da CPI dos Bancos. Tanto a assinaram Senadores do PFL como Senadores do PSDB.

Então, gostaria de deixar claro ao Senador Pedro Simon que a defesa do País, que a defesa da moralidade, que a defesa do Governo Fernando Henrique não é patrimônio e nem privilégio do PMDB, nem do PT, nem de Partido nenhum desta Casa.

Entendo que todos os Senadores têm responsabilidade com o País. E o PFL agirá, como Bancada, de acordo com a definição de sua maioria, a ser discutida a partir de terça-feira. Todos nós temos compromisso com o País, todos nós apoiamos o Governo Fernando Henrique e cada um tem o seu estilo de gostar do Presidente e do Governo Fernando Henrique. Nelson Rodrigues já descreveu estilos de gostar diferentes. Acho que cada um deve ter a sua posição.

Agora, quero deixar claro que o PFL não vai se antecipar, nem será pressionado por matéria de jornal nem pelo posicionamento de nenhum Partido, muito menos de um Senador especificamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao nobre Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB-PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, iniciei esta minha breve comunicação citando o Senador Lúcio Alcântara, que, há instantes, complementava o pronunciamento do nosso Líder do PFL, dizendo que alguns têm mais outros têm menos, mas todos têm compromisso com o País.

Sr. Presidente, **O Globo** desta sexta-feira, num artigo de Cristina Alves e Léa Cristina, tem esta preciosidade analítica:

"Até agora, os analistas de mercado estão trabalhando principalmente com três cenários. O primeiro, mais pessimista..." Percebiam bem, mais pessimista. "... – e considerado também o mais remoto, por enquanto – é de uma CPI ampla, que tome todo o Congresso e investigue os escândalos

financeiros dos últimos anos. Suas consequências são imprevisíveis e poderiam levar a uma fuga em massa de investimentos estrangeiros e corrida bancária. A segunda hipótese é de que a CPI não seja aprovada e uma terceira, considerada a mais viável, é de que os Parlamentares aprovem uma CPI apenas no Senado e restrita ao episódio do Banco Nacional. Sem maiores danos à economia e ao mercado."

Continua, no mesmo artigo, essa dupla de jornalistas de **O Globo**:

"Uma CPI ampla teria efeitos impensáveis. O País poderia perder U\$40 bilhões ou U\$50 bilhões. Não dá para saber."

É um raciocínio interessantíssimo!

Levando essa lógica a um aprofundamento mais radical, poderíamos sugerir que se sustasse, de uma vez por todas, o combate ao narcotráfico no Brasil, em função do seu impacto no mercado financeiro. Muito dinheiro deveria deixar de ser arrecadado e não seria carregado para os bancos oficiais.

É preciso que se entenda, Sr. Presidente, que essa CPI, que contou com a minha assinatura logo após a assinatura do Senador Valadares, não é contra o Presidente da República. Ela é a favor do Brasil.

É absolutamente incompreensível essa histeria "collorida" que toma conta do Governo!

O Governo Federal tem medo do quê?

Pessoalmente, comungo com a posição do Senador Pedro Simon. Acredito que o Presidente da República é um homem sério, mas o seu entorno "collorido" tem um medo pânico da investigação sobre o sistema bancário.

O Presidente da República deveria, com coragem e seriedade, assumir essa CPI, porque sem ela jamais faremos uma reforma profunda no Sistema Financeiro Nacional. O Presidente depende do Congresso Nacional, do Senado da República e da CPI do Senador Valadares para modificar o Sistema Financeiro Nacional, e deveria entender essa proposta desta maneira.

Quanto à ridícula acusação de que essa CPI se restringe às intervenções de 1995, eu teria a responder que, de resto, a CPI é um instrumento de investigação das minorias, porque para trás pode investigar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é Presidente da República, num regime presidencialista, tem amplos poderes, tem a Polícia Federal, a Procuradoria da República e o Banco Central nas mãos. O aprofundamento das investigações,



por parte do Governo Federal, enriqueceria as possibilidades da CPI do Senado Federal.

Continuando esta breve intervenção, vejo reiteradas afirmações aqui no plenário, por parte do Governo, de que não se está cobrindo furos de corrupção e incompetência dos bancos com dinheiro público, mas com dinheiro dos próprios bancos do Proer.

Deslavada mentira! Falácia ridícula! O dinheiro do Proer é dinheiro dos depositantes, dos correntistas, é dinheiro meu e de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e de todos os correntistas de bancos brasileiros. Cobrindo com o compulsório os furos dos bancos falidos, é evidente que o Tesouro é o avalista desse processo. Mais evidente ainda é que, no momento em que se coloca no mercado o dinheiro do Proer, o Governo Federal teve que emitir títulos para enxugar o exagero de moeda colocada, de forma inopinada, no mercado financeiro.

Vai ter, sim, o Tesouro da União que honrar com os prejuízos da quebradeira e da falência de bancos privados, cobertos com o dinheiro dos correntistas. Enfim, esta questão tem que ser colocada desta maneira. Esses bancos que tinham dinheiro suficiente para comprar empresas públicas, que entravam nos leilões, que adquiriram títulos da dívida agrária, que compraram recursos brasileiros da dívida externa para investir nas privatizações, esses bancos, que ontem tinham tanto dinheiro, têm que explicar hoje por que estão quebrando. E o Presidente da República tem – necessariamente tem, é um imperativo de moralidade – de apoiar a CPI do Senado Federal, sob pena de eu, pessoalmente, inverter o raciocínio que faço dele e do seu Governo até hoje.

Eu acho que o Governo está absolutamente anárquico. Eu acho que não existe Governo. Existe apenas o desejo desesperado de impor essas reformas constitucionais concessivas ao Congresso Nacional, mas não ponho em dúvida a honorabilidade pessoal do Presidente da República. Não ponho em dúvida até agora, porque se as retaliações começarem, as demissões de políticos vinculados aos signatários da CPI se efetivarem, eu não terei mais dúvidas, mas terei a certeza que a exemplo do Fernando Collor, o Fernando Henrique tem compromettimentos da mesma natureza e da mesma gravidade.

Só uma atitude firme do Presidente da República, determinando a sua base de apoio, a indicação dos representantes e a consolidação desta CPI, que definitivamente não é contra ele, mas a favor do Brasil, restabelece a confiança que o País deve ter no Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

OF. GLPMDB Nº 162/96 Brasília, 5 de março de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que estarei ausente desta Casa no período de 6 a 17 do corrente mês, com vistas a desempenhar missão de interesse parlamentar.

Registro, por oportuno, que o Senador Ronaldo Cunha Lima irá substituir-me nos trabalhos desta liderança.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Jáder Barbalho**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte.

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 1996**

**Dispõe sobre a destinação de recursos arrecadados em decorrência da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As companhias seguradoras que operam com o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, repassarão, mensalmente dez por cento do valor total dos prêmios recolhidos, às instituições que se dediquem, exclusivamente, à prestação de assistência médica de primeiros socorros às vítimas de acidentes de veículos automotores de vias terrestres em rodovias federais e estaduais.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de até sessenta dias após a sua publicação, fixando, inclusive critérios e condições de habilitação, perante o Poder Público, das instituições de que trata o artigo anterior para recebimento dos valores a serem alocados em virtude da aplicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Embora se deva reconhecer os objetivos meritórios e humanitários do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), resta, inegável que não tem ele cumprido o seu papel, num país campeão de acidentes de trânsito, em decorrência de dois motivos principais:

O primeiro diz respeito ao desconhecimento do nosso povo sobre a sua existência. Milhares de parentes de vítimas de acidentes nunca ouviram falar do direito que lhes assiste de ver indenizada parte, embora ínfima, dos prejuízos decorrentes da morte ou da invalidez de seus entes queridos.

O segundo, originário do primeiro, é a corrupção que vem grassando em todo o País, decorrente dessa ignorância e que consiste, basicamente, no conluio entre advogados e funerárias inescrupulosas que ludibriam a boa-fé a aproveitam-se do estado emocional das famílias dos mortos no trânsito, abocanhando tudo, ou quase tudo, do total de R\$5.081,79, a que fazem jus.

Aliás, sobre o assunto, merece menção a reportagem publicada no **Correio Braziliense** do último dia 4 de fevereiro, onde o jornalista Antônio Vital faz uma radiografia da deprimente situação do DPVAT e dos desvios dos seus recursos.

Pela legislação atual, com o advento da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, cinquenta por cento do valor total dos prêmios recolhidos pelas seguradoras que operam com o DPVAT devem ser repassados ao SUS – Sistema Único de Saúde – para custeio de assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito seguradas.

Por outro lado, o precaríssimo estado de nossas rodovias, responsável, em grande parte, pelos terríveis acidentes que, quotidianamente, tantas vidas ceifam ou inutilizam, não tem merecido a devida atenção do Estado, deixando os cidadãos que nelas trafegam à mercê da própria sorte, contando, tão-somente, com a exação da Polícia Rodoviária Federal e a obstinação de algumas entidades que se dedicam ao atendimento, *in loco*, dos acidentados.

O projeto ora apresentado tem por objetivo minorar o sofrimento dos acidentados em estradas do País e seus familiares, através de uma melhor distribuição da receita do DPVAT. Propõe-se a distribuição de dez

por cento do valor total dos prêmios recolhidos às instituições que se dediquem ao atendimento de acidentados em rodovias federais e estaduais.

É digna de registro, na área de medicina de urgência, a atuação da Fundação Cultural e Ecológica Anjos do Asfalto, que presta serviços desse tipo ao longo da Rodovia Presidente Dutra. Conta com cinco postos de atendimento (um a cada oitenta quilômetros), todos equipados com ambulância, carro de resgate e trailer de apoio com médico, enfermeiro, paramédico, motorista, dois resgatistas e um operador de rádio. Esta instituição atendeu, nos últimos cinco anos, vinte e duas mil vítimas de acidentes, realizando doze mil operações de resgate, no mesmo período.

O próprio DNER, que mantém contrato com a organização, reconhece que foram reduzidos de 70% para 0,4% a incidência de mortalidade entre o acidente e o hospital, com economia para os cofres públicos, nos primeiros 3 anos de atuação, de cinquenta e cinco milhões de reais.

Este é apenas um exemplo de eficiência. Creio que, com esses recursos previstos na proposição, outras entidades surgirão com a meritória missão de salvar vidas, mormente no momento em que o Governo Federal implanta projeto de privatização de rodovias, a exemplo do que foi feito recentemente com a própria Via Dutra.

Constatados, pois a inépcia do Poder Público, quanto à conservação das rodovias e o desvio desonesto dos recursos que deveriam amparar as famílias das vítimas de acidentes de trânsito, urge que se altere a destinação de parte dos recursos do DPVAT, finalidade precípua do projeto que ora submeto aos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, 8 de março de 1996. – Senador **Romero Jucá**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

**Dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.**

#### LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – O projeto lido vai à comissão competente.

A Presidência deferiu, **ad referendum** da Mesa do Senado Federal, o Requerimento nº 178, de 1996, do Senador Jader Barbalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### REQUERIMENTO Nº 209, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1996, do Senador Carlos Bezerra e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 1996, que altera a Resolução nº 69, de 1995, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – **ITEM 2:**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 57 da Constituição Federal, tendo

Parecer, sob nº 613, de 1995, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável nos termos de substitutivo que oferece.

(Quarto dia de discussão)

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando po-

derão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje o quarto dia de discussão.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da sessão ordinária de segunda-feira, para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – **Item 3:**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares e outros Srs. Senadores, que dá nova redação à alínea "e" do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 822, de 1995, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje o quarto dia de discussão.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da sessão ordinária de segunda-feira, para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – **Item 4:**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto e outros Srs. Senadores, que altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 821, de 1995, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje o quarto dia de discussão.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da sessão ordinária de segunda-feira, para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 213, de 1996, lido no Expediente, de autoria do Senador José Roberto Arruda e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial ao Congresso Nacional.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Volta-se à lista de oradores.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (PT-SE). Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de saudar as companheiras, funcionárias, Senadoras, enfim, todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher. E lamentar, profundamente, que ainda, neste dia, continua presa, desde o dia 25 de janeiro, uma mulher – Diolinda Alves de Souza – juntamente com Filinto Procópio, Cláudio Cano e Laércio Barbosa, por ter cometido um crime, na visão das nossas classes dominantes e da nossa Justiça, defensora dos seus interesses. O crime de lutar pela terra e pela sua sobrevivência; o crime de tentar trabalhar e produzir mais alimentos para o nosso povo, para o nosso País. E, enquanto isso, outros que cometem crimes que, à luz de qualquer cidadão que tenha o mínimo de imparcialidade na sua análise, envolvem bilhões de dólares, que emitem dinheiro, e que deveriam estar na cadeia hoje, continuam livres, leves, soltos e fagueiros, usufruindo das benesses e dos lucros desses delitos.

Neste momento em que as consciências democráticas do nosso País estão bradando liberdade para os sem-terras e cadeia para os sem-vergonhas, para os sem-caracteres, para os ladrões do sistema financeiro, continuamos vendo aqueles que, talvez na falta de argumentos melhores para defender o Governo Fernando Henrique Cardoso – e naturalmente estão na sua função de líderes ou de membros de Partidos da base governista – encaminham a sua argumentação para, no meu entendimento, uma linha perigosa.

Gostaria também de registrar o meu estranhamento pela ojeriza que notamos hoje em parte da

Bancada governista, particularmente do PSDB, à criação de qualquer CPI, principalmente se formos levar em consideração que o Governo Fernando Henrique Cardoso provém de uma delas. Se não tivesse havido a CPI do Collor, ele não teria sido deposto, o Sr. Itamar Franco não teria assumido e não teria indicado, como seu Ministro da Fazenda, o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Possivelmente não teríamos o Plano Real e, muito provavelmente, a história hoje seria bastante diferente. Então, estranhem-me muito os argumentos que são colocados contrariamente à criação da CPI.

Argumentam, como fizeram no ano passado com relação à instalação da CPI das Empreiteiras, ou seja, que a CPI atrasará as reformas, como se houvesse, em algum lugar da Constituição brasileira ou do Regimento desta Casa, o estabelecimento de que o Congresso, em um período, legisla e, em outro, fiscaliza. Tudo é realizado concomitantemente; e assim deve acontecer.

Será que existe alguma reforma mais urgente para o nosso País do que a do sistema financeiro? Será que existe algo mais urgente do que a necessidade de o Congresso Nacional e a sociedade terem condições de controlar, de fiscalizar, de maneira mais efetiva, o que acontece num setor, que todos dizem que é muito sensível a modificações, mas que essa sensibilidade tão propalada, na maioria das vezes, é falsa? No meu entendimento, o que provoca a instabilidade é justamente a falta de confiança que alguns setores das diversas classes sociais no Brasil têm em relação à deficiência do Banco Central no processo de fiscalização desse sistema. Também, no meu modo de ver, causa instabilidade a cortina de fumaça que se procura jogar, na tentativa de se evitar a fiscalização.

Agora, há também um outro argumento, por parte daqueles que querem impedir a instalação da CPI, de que o requerimento de CPI exclusiva do Senado explicita que a investigação será limitada no tempo; só abrangerá o período de 1995. Seria necessário que se investigasse o que se passou em anos anteriores.

Ora, se esse é o problema, é muito fácil resolvê-lo. O nosso requerimento de convocação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não estabelece prazos para a investigação. Então, se o Governo entende que o problema está sendo a questão do prazo, faço a minha proposta: assinemos o nosso requerimento de convocação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – faltam três Senadores para assiná-lo – e instala-se uma Comissão Parla-

mentar Mista de Inquérito, cujo requerimento não estabelece o prazo de 1995, que está sendo tão questionado pela Liderança do Governo.

Aqui fica a proposta para as Lideranças do Governo analisarem, embora elas infelizmente não estejam aqui. Não sei se a TV Senado está transmitindo diretamente para Berlim, até porque não sei se foi para lá que eles foram. Sei apenas que foram para a Alemanha. Creio que não chegamos a tanto. Contudo, o registro fica nos Anais.

A minha preocupação maior, quando digo que estamos enveredando por uma linha perigosa, quando se está combatendo a criação dessa CPI, muitas vezes com a alegação de que é um artifício para dar palanque à Oposição, para dar vazão a narcisismos, com a alegação de que a tendência é acabar em pizza. Quer dizer, que não adianta convocar CPI porque a nossa tradição é de que ela só vai punir funcionários públicos, diretores do Banco Central e não vai atacar os verdadeiros responsáveis, que são os corruptores, as famílias poderosas deste País, o poder econômico etc. Temo que cheguemos a um tal grau de nihilismo em relação às CPI e, conseqüentemente, ao Congresso Nacional que, daqui a pouco, vamos chegar à conclusão de que este é dispensável. Quer dizer, já que uma CPI é um instrumento do Poder Legislativo para investigar, mas, por vários motivos, não serve, daqui a pouco vamos chegar à conclusão de que o Congresso Nacional é dispensável. É uma linha perigosa de argumentação, principalmente quando a vejo partir de pessoas que têm uma história de resistência democrática, de luta pelas prerrogativas do Congresso Nacional, pessoas que foram líderes desta Casa e que, de repente, passam a encarar o Congresso Nacional como um empecilho a um bom governo.

Essas reflexões têm a ver apenas com a questão da CPI. Se as histórias da CPI mostram uma certa ineficiência, ou melhor, uma insuficiência da sua ação, temos que reconhecer que isso acontece por nossa culpa. E, ao contrário de nos acomodarmos nessa situação e passarmos a entender que, como se chegou a esta situação, o instrumento é dispensável, temos é que trabalhar e lutar para que este quadro se reverta, porque não é só em relação à CPI, mas também, por exemplo, à medida provisória. Inúmeras vezes já vi nesta Casa Parlamentares bradarem contra a proliferação de medidas provisórias, por entenderem que isso é um absurdo, que o Executivo está legislando, está passando por cima do Congresso Nacional etc. Só que temos, no Senado, várias matérias tratando da questão das medidas provisórias.

Já entrou em pauta, no ano passado, um projeto do então Deputado Nelson Jobim, atual Ministro da Justiça, aprovado na Câmara, que regulamenta a questão das medidas provisórias. Esse projeto entrou na pauta, foi retirado, voltou, foi retirado de novo, formou-se uma comissão para analisá-lo, encaminhou-se ao Senador Josaphat Marinho para dar um parecer. S. Ex<sup>a</sup> fez esse parecer e, no entanto, por comodismo ou pelo fato de as Lideranças do Governo nesta Casa estarem ultrapassando aquela linha que separa os interesses legítimos do Executivo e as prerrogativas permanentes do Congresso Nacional, até agora não votamos essas matérias. E não só essas; há outras emendas constitucionais tratando também disso.

Então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chegamos à conclusão de que não só a questão da CPI como a questão mais ampla das prerrogativas do Congresso Nacional estão realmente nas nossas mãos, nas mãos e nas mentes de cada um dos Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, independente de filiação partidária, independente de fazer parte ou não da base governista.

Agora, o que não podemos, no meu entendimento, é continuar avalizando a posição de que é mais fácil investirmos na mesmice, deixando o barco correr, como vem acontecendo, do que tomarmos medidas que possibilitem a retomada de prerrogativas do Congresso Nacional cortadas na época da ditadura.

A luta por sua retomada e para que fossem inseridas na Constituição foi árdua, mas, como tantas leis neste País, não entraram em moda, não "pegaram", ou seja, estão escritas no papel, na Constituição, mas, na prática, não existem no mundo real.

**O Sr. Lauro Campos** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador José Eduardo Dutra?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Lauro Campos.

**O Sr. Lauro Campos** – Nobre Senador José Eduardo Dutra, através da manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e de outros oradores que o precederam, inclusive do Senador Roberto Requião, percebemos que a reação do Governo e de suas Bancadas no sentido de impedir a abertura da CPI e a apuração de determinados fatos que se revelam claramente perigosos, claramente suspeitos no sistema financeiro brasileiro é que o Governo parece que tem certeza, está confessando que, se perfurarmos o solo do chamado equilíbrio, da chamada estabilização, vamos encontrar lama, podridão, porque, se o subsolo em que se

assenta essa estabilização, se esse plano que aí está fosse sólido, se o Governo tivesse certeza de que não haveria nada que pudesse provocar abalos, com certeza ele seria o primeiro a concordar e apoiar esse exame, porque saberia que disso resultaria apenas o esclarecimento de que ele realmente não precisou usar artifícios, não precisou usar o Banco Central e outros instrumentos como forma de engenharia para arquitetar o seu plano. Tenho a impressão de que o próprio depoimento do Presidente do Banco Central mostra que houve uma engenharia muito bem-feita não apenas na fase de instalação do Plano Real, mas principalmente agora. Por exemplo, impediram durante meses que soubéssemos o que estava acontecendo com o sistema bancário: 26 bancos em situação de insolvência ou semi-insolvência. Tudo isso foi empurrado com a barriga para que nós não soubéssemos a respeito. Segundo eles, para não dar instabilidade ao processo de estabilização imposto ao Brasil. De repente, vemos que, através dessa engenharia, inventa-se o Proer, socorre-se com mais de R\$5.000.000.000,00 o Banco Nacional, que contribuiu com R\$520.000,00 para a campanha do Presidente da República, num momento em que o próprio Banco já se encontrava em péssima situação, imprimindo dinheiro falso. No entanto, contribuiu com essa quantia para a campanha do Presidente. A situação do Banco Nacional, há muito tempo, já era conhecida por todos e só veio à tona depois que o Proer e outros recursos puderam vir socorrer esse Banco. De modo que, é necessário que se abra essa CPI. O Governo deveria estar tranqüilo, se não há motivo, se as estruturas não foram montadas sobre a podridão – numa parte podre como esta parte podre dos bancos que, agora, está sendo estatizada e socializada. Então, se o Banco tem certeza de que nada tem a temer, que os alicerces dessa estabilização estão sólidos, o Governo, também, deveria pleitear essa CPI e não combatê-la. Ao combatê-la, ele se torna suspeito, e se torna suspeito de que as bases em que ele montou o Plano de Estabilização e o seu prosseguimento são bases altamente suspeitas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador José Eduardo Dutra, solicito que conclua o seu pronunciamento, porque há oradores inscritos e seu tempo está-se esgotando.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Já concluo, Sr. Presidente.

Muito obrigado ao aparte do Senador Lauro Campos.

Concluindo, Sr. Presidente, volto a conclamar às Lideranças do Governo a indicarem, o mais rápido possível, os seus representantes para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fico feliz com a informação do Senador Romero Jucá, Vice-Líder do PFL, de que, na próxima terça-feira, haverá uma reunião da Bancada para discutir a questão. Espero que a decisão seja no sentido de indicar os membros; espero também que os Líderes do Governo, que estão na Alemanha, desembarquem no Brasil imbuídos do espírito de Rosa Luxemburg e não de Adolf Hitler.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.*

**O SR. ADEMIR ANDRADE** - Sr. Presidente, peço que me inscreva para falar pela Liderança do PSB, em seguida ao Deputado Romero Jucá.

**O SR. FLAVIANO MELO** - Sr. Presidente, já havia solicitado a palavra pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Há um problema. O nobre Senador Flaviano Melo, além de ser o próximo na lista de oradores, pede para falar também como Líder do PMDB. Peço a compreensão dos demais Senadores, porque, além de ser o seguinte na ordem, pois está inscrito, está solicitando a palavra também como Líder.

**O SR. ROMERO JUCÁ** - Sr. Presidente, eu gostaria de informar que também estou inscrito e vou falar como Senador. Efetivamente, eu gostaria de fazer apenas um comunicado como Líder do PFL, no que diz respeito inclusive à questão do Dia Internacional da Mulher.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Pela ordem, como Líder, concedo a palavra ao Senador Flaviano Melo; em seguida, aos Senadores Romero Jucá e Ademir Andrade.

*O SR. FLAVIANO MELO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Arlindo Porto

Bello Parga

Hugo Napoleão

Humberto Lucena  
Luiz Alberto de Oliveira  
Osmar Dias  
Roberto Requião

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, para uma comunicação de Liderança.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PFL-RR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, gostaria de, em nome do Partido da Frente Liberal – estou no exercício da Liderança –, dizer que nos congratulamos e nos associamos às manifestações e comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Entendemos que apesar das conquistas realizadas na área do respeito, da igualdade e da valorização da mulher, ainda há um longo e duro caminho a percorrer para que a mulher obtenha, em todos os aspectos, avanços em sua condição, principalmente as mais pobres, as do interior, as do sertão, as das favelas, as sem terra, que pagam um preço muito alto pela situação que ocupam na família e na sociedade.

Em nome do PFL, associando-me às manifestações de hoje, quero dizer da nossa admiração e, mais do que isso, da luta do nosso Partido pela valorização da mulher. Em especial, cumprimento as Parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados, as funcionárias do Senado e também as filiais do Partido da Frente Liberal, que, com o seu trabalho, dedicação e empenho, têm levado a todos os rincões deste País o nome e a força do nosso Partido.

Sr. Presidente, em pronunciamento feito no início desta semana, registramos o absurdo da cobrança do Imposto Territorial Rural em Roraima. Nós recebemos uma comitiva de deputados estaduais do nosso Estado, capitaneada pelos Deputados Estaduais Iradilson Sampaio e Célio Vanderley, e verificamos, *in loco*, o absurdo da cobrança de um imposto que, em muitos casos, em dezenas de casos, era maior do que o próprio valor da venda do imóvel.

Registramos esse fato extremamente grave e fomos até a Receita Federal, munidos de documentos, para mostrar o absurdo dessa cobrança. O Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, e sua equipe técnica já definiram procedimentos para procurar sanar esse absurdo.

Nós estamos realizando levantamentos e vamos atualizar o valor da terra nua para cálculo desse Imposto, porque a base de que estavam se servindo era absurda. Para se ter uma idéia, no interior de Roraima, um hectare de terra, para avaliação de garantia no Banco do Brasil ou no BASA, tinha o valor

de R\$6,00; mas para cálculo do Imposto Territorial Rural, algo feito pelo próprio Governo, a que pertencem o BASA e o Banco do Brasil, a base de cálculo do custo do hectare passava de R\$6,00 para R\$296,00, um reajuste extremamente absurdo.

Nós, então, mostramos isto à Receita Federal e o Secretário determinou a tomada de duas providências que achamos da maior importância. Primeiro, que se reveja a base de cálculo da terra e, para isto, nós estamos fazendo levantamentos em conjunto com as Prefeituras Municipais do Estado; e, em segundo lugar, que, efetivamente, se faça um novo cadastramento das propriedades de Roraima. Há alguns anos, quando foi feito o cadastramento que se usa como base para cálculo desse Imposto, houve imprecisão; as informações não foram dadas da forma correta, principalmente, as dos pequenos produtores, que não têm condição, sem ajuda e sem orientação, de preencher o complexo formulário que serve para levantamento de benfeitorias, de área de preservação, de áreas de mata, enfim, que serve de subsídio para efetivamente ter a base do custo do ITR.

Quero comunicar que isso está sendo revisto e que a Receita Federal teve a sensibilidade de ajudar o Estado de Roraima a procurar caminhos que permitam que o seu povo trabalhador pague o Imposto Territorial Rural dentro de bases sérias, honestas, inteligentes, e, principalmente, justas, para que o homem do campo possa continuar a trabalhar na terra e a produzir para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) – Para uma comunicação de liderança, concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, em nome do meu Partido, eu também gostaria de saudar todas as mulheres deste País pelo seu dia internacional.

Quero me congratular com as mulheres militantes de Brasília, que, ontem, tiveram todo um dia de programações, todo um dia de trabalho, para chamar a atenção do País e desta Nação para as suas dificuldades, para as discriminações que sofrem e para a sua luta na busca por igualdade e por espaço.

Na verdade, diga-se de passagem, as mulheres são as donas da vida, porque são os encantos da existência; são muito mais importantes do que nós. No entanto, sofrem discriminação de uma sociedade ainda machista, ainda conservadora. Deveria ser ao contrário, e todos nós devemos persistir



para que, de fato, essa igualdade um dia seja conquistada e para que a mulher tenha o seu espaço devido e de direito na sociedade.

Saúdo as companheiras de trabalho do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro; as funcionárias do meu gabinete, tão dedicadas, tão companheiras; as mulheres do Senado Federal; da Câmara; do Congresso Nacional; enfim, as mulheres de todo este País. Caminhamos para uma sociedade que se aperfeiçoa ao longo do tempo, e a igualdade e a busca de direitos pela qual elas tanto lutam haverá um dia de ser encontrada.

Nesta oportunidade, quero tratar também da questão mais grave do País neste momento: a CPI do sistema financeiro. O termo foi assinado, neste Senado Federal, por mais de 1/3 dos Senadores desta Casa e foi constituída, na leitura que fez o Presidente José Sarney, a Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as falcaturas existentes no sistema financeiro. Mas estamos sendo surpreendidos, de um lado, pela ação do Governo e, de outro, pela posição de lideranças partidárias, que já afirmam que não vão indicar os seus membros para compor esta Comissão.

Chego à conclusão, Sr. Presidente, de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem razão em relação a alguns aspectos que menciona. Quando Sua Excelência acusa o Congresso Nacional de **lobby**, quando afirma que está sendo pressionado e que, portanto, não está podendo governar por causa do Congresso Nacional, creio que Sua Excelência tem razão. E penso que nós, da oposição, estaríamos dispostos a somar ao seu lado em muitos pontos que entendemos equivocados.

A imprensa inteira afirma que o Governo teve duas derrotas aqui, por várias razões. Diz que a Bancada do Tocantins assinou o requerimento porque não estava sendo atendida em determinados pleitos; a Bancada do Mato Grosso, da mesma forma; o PFL, especialmente a posição do Senador Antonio Carlos Magalhães, é no sentido de que o sistema financeiro deve dar mais R\$1 bilhão para que o Excel compre o Banco Econômico e faça voltar a funcionar as agências daquele Banco. Por outro lado, o PTB do Sr. Paulo Maluf não votou a Reforma Previdenciária porque está exigindo o direito de reeleição, inclusive para Prefeito – e S. Ex<sup>a</sup> quer se reeleger; o próprio Senador Cafeteira, de certa forma, confessou isso. Ontem ou anteontem, numa emissora de televisão, vimos o Senador Gilberto Miranda dizer que assinou a CPI dos Bancos porque não está sendo atendido em vários de seus pleitos.

Portanto, o Presidente da República tem muita razão. Há pessoas neste Congresso que estão agindo para negociar posteriormente; para tirar proveito, para forçar o Presidente da República a lhes trazer benefícios, o que nós, da oposição, não queremos. No final das contas, estamos servindo para que segmentos conservadores do Congresso Nacional conquistem benesses que, muitas vezes, na verdade, são até indecentes. Passam a exigir do Presidente da República atitudes que não são éticas, que não são corretas. E estamos contribuindo para isso, porque essas pessoas fazem o jogo da pressão, o jogo da intimidação e o submetem a uma situação extremamente difícil e complicada.

Ora, não foi o caso dos juros de 12% ao ano, que vimos o Senado Federal aprovar. Naquela altura, a Bancada do PMDB e de outros partidos aprovaram a matéria. Era só para intimidar o Governo, porque, na Câmara, a lei foi arquivada. Nenhum requerimento de urgência foi aprovado, comandado, naturalmente pelo PMDB, pelo PFL, que, a certa altura, já haviam negociado algo com o Presidente da República.

Não são assim as assinaturas das emendas constitucionais que vêm a esta Casa, quando os Senadores do PFL, do PMDB, do PSDB assinam as emendas e, de repente, na hora em que vão entrar em tramitação, eles as retiram. Por quê? Não sei se fizeram isso para negociar algo com o Governo, para exigir dele algum benefício.

Não foi o que ocorreu com a questão do Fundo Social de Emergência, que, depois, passou a ser chamado de Fundo de Estabilização Fiscal, em que o Líder do PMDB segurou, por mais de 2 meses, a tramitação daquela emenda constitucional para dar parecer e para que ela fosse votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Naturalmente, S. Ex<sup>a</sup> esperou favores do Presidente da República.

Então, na verdade, o Presidente da República parece-me um refém do Congresso Nacional; é um refém dos segmentos de direita, dos segmentos mais conservadores deste Congresso. E nós, infelizmente, estamos contribuindo para fortalecer essa situação. Porém, a Oposição tem uma convicção, uma idéia firme, um propósito sincero, enquanto os segmentos conservadores, em determinados momentos, se aliam a nós e, depois, fazem de vítima o Presidente da República, e Sua Excelência é obrigado a ceder em alguns pontos que, muitas vezes, não são éticos, não são corretos.

Quero deixar esse registro lamentando profundamente o que está acontecendo. Só não tomo a



defesa do Presidente da República, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no que concerne a não-realização da CPI do Sistema Financeiro.

O Ministro Pedro Malan disse ontem que o Governo não tem "rabo preso". O Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem que tem história, que tem origem de esquerda, acredito piamente que seja correto, direito, assim como o Ministro Pedro Malan. Ao longo de suas vidas, não creio que tenham feito algo de errado ou que pretendam levar este País a um caminho errado.

S. Ex<sup>a</sup> disse que o Governo não tem "rabo preso". Então, por que o medo de se fazer a CPI do Sistema Financeiro? Por que não investigar as coisas que estão erradas neste País?

Quem descobriu a falcatura e o desfalque do Banco Nacional não foram os fiscalizadores do Banco Central, mas o próprio dono do Banco Nacional, que contou para o Sr. Gustavo Loyola que as operações eram fantasmas, operações de empréstimos que jamais existiram – isso está publicado com todas as letras e de maneira bem clara na revista **Veja**. No entanto, não querem investigar um problema tão grave.

Quem ainda está registrando os fatos com sinceridade é a imprensa escrita. A imprensa televisiva está omitindo a verdade, está fazendo uma campanha contra a CPI.

Sr. Presidente, não sei se o Presidente Fernando Henrique Cardoso não quer esclarecer o problema ou se tem medo de que ele atinja políticos dos quais Sua Excelência depende.

Que a CPI leve à opinião pública a demonstração clara da desonestidade, das falcatruas, que envolvem o poder contra o qual ele não tem forças para enfrentar. Só posso conceber como sendo esta a razão de o Presidente Fernando Henrique Cardoso não querer que a CPI se instale, porque mal ao País ela não pode fazer.

O Brasil é uma potência mundial, é um País que não vai parar de forma alguma; não vai parar de trabalhar, não vai parar de produzir, não vai parar de crescer. Mas não pode continuar produzindo e crescendo para enriquecer meia dúzia de ladrões, meia dúzia de gente sem escrúpulos, sem ética, sem comportamento, sem moral. Isso é que não pode continuar acontecendo.

O povo brasileiro tem o direito de ter informações, o povo brasileiro tem o direito de saber sobre os fatos que estão acontecendo. Nós, lá no nosso Estado, mendigamos, fazemos reuniões e reuniões de Bancadas para conseguir dez milhões para uma

estrada, quinze milhões para outra, ou para conseguir recursos para a energia, para a hidrovía. O nosso Estado do Pará, em quatro anos de Governo, vai gastar R\$4 bilhões, e o orçamento anual do Estado é R\$1 bilhão.

Por outro lado, vemos o Governo tirar, em dois meses, R\$5,6 bilhões para salvar o Banco Nacional. E o Presidente Gustavo Loyola disse, nesta Casa, com todas as letras, que emitiu moeda para cobrir o rombo do Banco Nacional, que expandiu a base monetária deste País. Ainda assim, não se quer que isso seja apurado.

A opinião pública tem que acordar. A opinião deste País tem que se levantar e tem que exigir deste Senado Federal, do PMDB, do PFL, do PSDB, que indiquem seus membros, para que essa Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada, para que trabalhe, para que apure as irregularidades.

Não vamos ter medo de absolutamente nada. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao invés de ser refém dos políticos conservadores, inescrupulosos, que existem também dentro do Congresso Nacional, deveria unir-se à sociedade brasileira, falar em emissoras de televisão, esclarecer o povo, dizer que está sendo pressionado por esse ou aquele político que considera desonesto, por esse ou aquele político que considera que faz **lobby**, por esse ou aquele partido que o mantém refém na Presidência da República. Não deve entregar-se a eles, como está fazendo, trabalhando para que não seja instalada a CPI do Sistema Financeiro.

Nós, do Partido Socialista Brasileiro, queremos o bem deste País, queremos a estabilidade financeira, torcemos para que o plano do Presidente Fernando Henrique Cardoso continue dando certo, para que o Real se consolide, para que não exista inflação. Mas entendemos que o Plano, para continuar, para ser firme, depende da apuração das falcatruas e das irregularidades cometidas neste País.

O Brasil precisa avançar e melhorar. É lamentável que ladrões do passado, ladrões que este Congresso descobriu, seja o ex-Presidente Fernando Collor, seja o Sr. PC Farias, sejam seus aliados da corrupção, sejam os Deputados e Senadores da Comissão de Orçamento, que roubaram anos e anos a fio, que foram cassados por este Congresso Nacional, não estejam na cadeia. Estão todos soltos, usufruindo das riquezas que levaram daqui. Mal foram apenados pela cassação, pela perda de mandato ou por alguns dias de cadeia – no caso de PC Farias, Jorge Beting e o outro. Mas hoje estão todos sol-

tos, livres, tranquilos, vivendo e usufruindo da riqueza que roubaram.

O País precisa aperfeiçoar-se, o País precisa levantar-se. Precisamos fazer essa CPI, precisamos mostrar os culpados, dirigentes do Econômico, dirigentes do Nacional, governadores do PMDB, que levaram à falência o Banco do Estado de São Paulo, Governadores do PMDB e de outros partidos, que levaram à falência o Banco do Estado do Rio de Janeiro. É preciso responsabilizar essa gente!

Não acredito que o espírito pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso seja contrário à criação da CPI. A meu ver, Sua Excelência tem receio, porque este Congresso, na verdade, é pior hoje do que o Poder Executivo que aí está. Essa é a grande realidade. Deixo registrado o posicionamento do Partido Socialista Brasileiro sobre essa questão.

Finalizo, pedindo que seja inscrita nos Anais do Senado Federal uma carta enviada pelo Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, documento encaminhado aos Chefes dos Três Poderes da República, extenso, que tece inúmeras considerações sobre a reforma agrária, mostra as falhas deste País. Assinam: a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, o Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro, o Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Cáritas Brasileiras, o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Indigenista Missionário, o Instituto de Estudos Socioeconômicos, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Popular Socialista, setores do PMDB e do PSDB, o Partido Democrático Trabalhista, o Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República, a Associação da Brasileira de Reforma Agrária e a Confederação das Associações dos Servidores do INCRA.

Peço que este documento seja registrado nos Anais do Senado Federal.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer. Espero que a CPI seja instalada. Nós, do Partido Socialista Brasileiro, vamos cobrar-lhe a criação, durante todo o tempo, durante todas as sessões deste Senado Federal. Muito obrigado.

## **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO:**

### **FÓRUM PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA JUSTIÇA NO CAMPO**

**Carta aos Chefes dos Três Poderes da República**

Em 9 de agosto de 1995, uma tropa da Polícia Militar de Rondônia desalojou posseiros que ocupavam terra litigiosa, em Corumbiara, naquele Estado. A operação embora respaldada por ordem judicial, revestiu-se de ilegalidade. Dispositivos constitucionais que regem o horário legal de cumprimento das ordens judiciais e artigos do Código Penal foram violados, resultando desses desmandos um saldo de 13 pessoas mortas. A indignação causada pelo episódio levou várias entidades da sociedade civil a tomar a iniciativa de apresentar a Vossas Excelências um documento no qual se elencavam as providências que poderiam impedir a repetição daquela chacina. Deu-se ao documento o título de Memorial pela Paz no Campo. No dia 15 de setembro do mesmo ano, o Memorial foi entregue a Vossas Excelências.

Reagindo a essa manifestação, o Presidente da República tomou algumas medidas: substituiu o presidente do Incra; reafirmou publicamente a intenção de assentar 40.000 famílias de agricultores sem terra, no ano de 1995; determinou ao Ministro da Justiça que iniciasse negociações para solicitar da maioria parlamentar do Governo, no Congresso, ação destinada a obter a aprovação dos quatro projetos de lei, citados no Memorial.

O Presidente do Senado anunciou aos representantes da sociedade civil que aceleraria o processo de votação desses projetos.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal acedeu a fazer o levantamento de ações de desapropriação pendentes nos vários juízos e tribunais, a fim de acelerar a imissão do Incra na posse das terras desapropriadas.

Tudo isso gerou a impressão de que, finalmente, o Estado brasileiro havia decidido pôr um fim na barbárie que impera no meio rural brasileiro desde os tempos coloniais.

Mas, à medida que o tempo foi passando, essa esperança desvaneceu-se. A situação, hoje, é a seguinte:

### **No âmbito do Poder Executivo,**

O presidente do Incra, envolvido em incidente completamente alheio à Reforma Agrária, foi demitido e até hoje o Governo não nomeou seu substituto,

mantendo no cargo um funcionário interino, sem poder de decisão.

A meta de assentar 40.000 famílias, em 1995, não foi cumprida. Pior: a propaganda do Governo tentou esconder o fato, manipulando as cifras. As legalizações de situações administrativas provisórias de centenas de famílias, assentadas há mais de três, cinco e até quinze anos, foram computadas como se fossem famílias incorporadas em 1995 ao processo de Reforma Agrária. Um artifício pobre, incompatível com a transparência que se requer de um Governo democrático.

Tudo indica que a intenção do Governo Fernando Henrique é reduzir a Reforma Agrária, a exemplo do que foi no passado, ao simples cumprimento de metas de assentamento de famílias. Dos 42 mil assentamentos anunciados em 1995, verificamos que, na sua maioria, deram-se em áreas de expansão de fronteiras ou em espaços vagos existentes em projetos criados em exercícios anteriores, numa clara evidência da falta de combate à concentração da propriedade e de resolução aos graves problemas de deformação fundiária inerentes às regiões tradicionais. Das 42 mil famílias, 10 mil ou 25% foram assentadas em projetos antigos, não implicando aquisição de novas áreas, enquanto 17 mil ou 40%, foram assentadas nos Estados do Maranhão e Mato Grosso, conhecidamente considerados como regiões de expansão de fronteiras. Apenas 35% dos assentamentos de 1995 foram, a rigor, dirigidos a áreas atuais de Reforma Agrária, ou seja, 15.000 famílias. Como agravante, denunciemos o contingenciamento que o próprio Governo impôs ao orçamento de 1995 do Incra, deixando para liberar parte expressiva dos recursos em exercício findo, quando não mais havia tempo hábil a sua correta aplicação, comprometendo desta forma o processo como um todo. Cumpre destacar também o descaso absoluto para com as demais políticas de apoio que, em última análise, respondem pela consolidação de qualquer programa de Reforma Agrária, haja vista o fato de o Estado conviver com o contraste de expulsar do campo o quantitativo de famílias 4 vezes superior ao que é assentado a cada período. Durante o ano de 1995, o campo brasileiro viveu a expulsão de 150.000 famílias de trabalhadores rurais.

Com relação ao Orçamento da União para 1996, o Incra solicitou R\$3,2 bilhões, numa proposta enxuta, para realizar o assentamento de 60 mil famílias, que é um compromisso público do Presidente Fernando Henrique e para a manutenção de 300 mil famílias. Desta proposta, o Ministro José Serra acei-

tou conceder somente R\$1,4 bilhão para este órgão governamental, dos quais apenas 46% ou R\$658 milhões serão destinados à Reforma Agrária, quantia absolutamente insuficiente para se atingir as metas prometidas. O Governo, aqui, reafirmou claramente seu descaso com a questão social e a sua contradição entre o que promete e o que pratica.

O inquérito policial aberto para apurar os crimes cometidos na chacina de Corumbiara, ainda não foi concluído e nenhum dos responsáveis foi apontado à Justiça até agora. Embora a apuração dos delitos e seu julgamento sejam da competência da Polícia e da Justiça estaduais, isto não pode servir de pretexto para que o Governo Federal lave as mãos, porque a inação da instância estadual pode configurar caso de **impeachment**, previsto na Constituição.

O Governo nem cogitou, por outro lado, de constituir a Comissão solicitada no Memorial, para propor medidas destinadas a acelerar as centenas de processos criminais contra assassinos de líderes rurais. Esses processos estão paralisados, muitos deles há anos, em comarcas das regiões de fronteira e ninguém se sente responsável por esses evidentes casos de omissão de prestação jurisdicional.

Com relação à questão indígena, apesar de todos os apelos das comunidades e organizações indígenas, das entidades indigenistas, das Igrejas, dos partidos políticos, do movimento ecológico, de entidades de Direitos Humanos e da comunidade científica nacional e internacional, o Presidente da República assinou, no dia 8 de janeiro último, o Decreto nº 1.775/96, que abre amplo espaço para a participação de particulares, governos estaduais e municipais no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, inclusive em áreas já demarcadas e homologadas.

O Ministro da Justiça, Nelson Jobim, foi autoritário ao elaborar este novo decreto, insensível às advertências, questionamentos e propostas do movimento indígena e das entidades de apoio. Além disso, imediatamente após a edição do decreto, informou a um grupo de governadores sobre as áreas indígenas passíveis de contestação e sobre como fazê-lo. Ao nosso ver, o ministro exorbitou de suas funções e demonstrou mais uma vez sua parcialidade. Por outro lado, adquiriu tanta confiança dos políticos anti-indígenas da Amazônia que o nome de um de seus assessores diretos, co-autor do Decreto nº 1.775, foi proposto à Assembléia Legislativa de Roraima para representá-la como advogado em pro-

cessos de contestação das áreas indígenas (jornal **Folha de Boa Vista** – FFR, de 2-2-96).

Este verdadeiro atentado aos direitos constitucionais dos povos indígenas já foi festejado pelos invasores que, sem perda de tempo, retomam as agressões aos territórios e colocam as comunidades na insegurança, no medo ou dispostas ao confronto para defender seus direitos.

O Governo Fernando Henrique até o momento declarou como de ocupação indígena 2.549.500 ha, correspondendo a suas áreas indígenas. Esta cifra pode impressionar, mas na verdade, trata-se de número extremamente tímido considerando que desde 1995, segundo dados da Funai, 13.553.141 ha, correspondendo a 23 áreas indígenas, aguardam a mesma providência. Com o Decreto nº 1.775, no entanto, sequer esses dois milhões de hectares estão garantidos aos índios, pois o governo pode, a pedido de fazendeiros, reduzi-los.

Segundo dados preliminares, durante o ano de 1995, houveram 11 assassinatos de indígenas por invasores e 56 suicídios, a maior parte dos Guarani-Kaiowá.

### **No âmbito do Congresso Nacional,**

O governo enviou, conforme havia prometido, uma mensagem solicitando do Congresso a aprovação de uma nova lei para disciplinar o rito processual de imissão do Incra na posse das terras desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Ato contínuo, retirou proposta anterior, claramente nociva aos propósitos de aceleração do processo de reforma. Mas, apesar de contar com a maioria no Congresso, essa lei não foi votada até agora. As outras leis mencionadas no Memorial continuam esperando o reinício das negociações que o ministro da Justiça interrompeu, sem explicações aos interlocutores.

Apesar das palavras do Presidente do Senado à Comissão de representantes das entidades que encaminhou o Memorial, nenhuma providência foi tomada para acelerar a votação dos projetos incluídos na reivindicação. Atualmente estes estão parados na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

### **No âmbito do Judiciário,**

Nenhuma das entidades recebeu qualquer informação sobre os levantamentos solicitados a respeito das ações de desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária em andamento, a fim de providenciar sua efetivação.

Não é de espantar, diante desse descaso, que, de 15 de setembro até hoje, a situação de violência no campo, em vez de melhorar, tenha piorado.

Em 16 de dezembro de 1995, o vereador e presidente municipal do PT, Marcelo Ribeiro, que foi negociador dos posseiros no episódio de Corumbiara, foi assassinado na porta de sua Casa e até hoje a Polícia não conseguiu sequer identificar os assassinos.

De 15 de setembro até hoje, registraram-se novos conflitos violentos pela posse da terra. A impunidade reafirmada em Corumbiara permitiu que a violência no campo continuasse em sua escalada. Dados parciais mostram que, de setembro até hoje, pelo menos 15 trabalhadores rurais foram assassinados, principalmente trabalhadores sem terra e posseiros. Estes assassinatos foram realizados por pistoleiros a mando de fazendeiros e por policiais civis. Destacamos, como crime grave e também impune, o massacre de São João do Araguaia, no Pará, no dia 6 de agosto, em despejo que resultou em 4 trabalhadores rurais mortos, em operação conjunta de policiais civis e pistoleiros.

Em 15 de setembro, data do Memorial, havia 31.000 pessoas acampadas na beira das estradas ou em terras improdutivas. Hoje esse número ascende a 50.000.

Finalmente continua o processo de criminalização das lutas, organizações e lideranças populares do campo. Basta para se compreender isto, constatar a existência de lideranças presas em São Paulo, das que foram presas em janeiro no Estado da Paraíba e das que estão com prisão decretada, obrigadas a viver na clandestinidade. Este é um verdadeiro escândalo numa democracia, que torna cúmplice o poder judiciário com o poder do latifúndio e os presos, verdadeiros reféns do Estado contra os movimentos sociais pela Reforma Agrária.

As entidades do Fórum, representando um amplo espectro da sociedade civil, não querem fazer novas reivindicações. Desejam apenas documentar sua inconformidade com a indiferença dos Poderes da República diante de suas reivindicações e fazer, respeitosamente, uma ponderação: não é possível que autoridades de tão alta importância ignorem que o clima de arbítrio e de violência que impera no campo brasileiro, desde os tempos da colônia, vai levar este país a uma situação de intranquilidade tão grave como a que está corroendo as entranhas de vários países do continente. Não é possível também que reivindicações apresentadas com todo o respeito e comedimento por entidades de longa tradição e representativas de segmentos importantes da sociedade brasileira, mereçam tão pouca atenção das autoridades máximas da República.

Por todo o exposto acima, chegamos à clara e triste conclusão de que, até o momento, os poderes da República se mostram insensíveis e omissos frente à situação social dramática, já histórica, do campo brasileiro.

Brasília – DF. 7 de março de 1996.

Fórum pela Reforma Agrária  
e pela Justiça no Campo.

São entidades fundadoras do Fórum:

CUT – Central Única dos Trabalhadores; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; CPT – Comissão Pastoral da Terra; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; PC do B – Partido Comunista do Brasil; PSB – Partido Socialista Brasileiro; Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados; Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais; Cáritas Brasileira; CAPOIB – Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil; MNDH – Movimento Nacional dos Direitos Humanos; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos; PT – Partido dos Trabalhadores; PPS – Partido Popular Socialista; Setores do PMDB e do PSDB; PDT – Partido Democrático Trabalhista; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Geral da República; ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária; CNAIS – Confederação das Associações dos Servidores do Inbra.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) – Concedo a palavra, para uma comunicação de liderança, ao nobre Senador Epitacio Cafeteira.

*O SR. EPITACIO CAFETEIRA PRO-  
NUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À  
REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICA-  
DO POSTERIAMENTE.*

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, já que fui citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, para uma explicação pessoal, por cinco minutos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Epitacio Cafeteira se engana quando fala em julgamento, em execução, etc. Não se trata disso, porque não tenho condições de executar nada. Mas, manifestação de opinião, é um direito livre de qualquer um de nós nesta Casa. Tenho o direito, Senador Epitacio Cafeteira, de manifestar a minha opinião pessoal sobre os acontecimentos políticos que estão ocorrendo neste País. É um direito livre que tenho, ninguém pode me impedir nem posso ser criticado por isso. Não estou aqui pedindo que alguém seja punido em função da minha opinião; o que estou pedindo é que o Governo apóie a criação da CPI, que deve fiscalizar as falcaturas que V. Ex<sup>a</sup> sabe que existem. Todos nós sabemos, porque elas hoje são públicas e notórias.

Com relação à questão do Presidente, estou repetindo afirmações que Sua Excelência fez quando disse que está sofrendo **lobbies** deste Congresso Nacional, que está sofrendo pressões.

**O Sr. Epitacio Cafeteria** – V. Ex<sup>a</sup> acredita!

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador Epitacio Cafeteira, durante uma explicação pessoal não são permitidos apartes.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – E de fato, quem disse isso não fui eu, e sim o Presidente da República. Sua Excelência falou e a imprensa está mostrando que é verdade. Está em todas as revistas, em todos os jornais, Senador Epitacio Cafeteira. O Partido de V. Ex<sup>a</sup> está sendo acusado e não sou eu quem o está acusando. Pode ler em todos os jornais de ontem, pode ler na **Veja** e na **ISTOÉ**. Está sendo acusado de ter dado 27 votos contrários à reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados, por duas razões: porque não votou a reeleição e porque não tem o Ministério da Indústria e do Comércio, que o Partido de V. Ex<sup>a</sup> almeja. Então, não sou eu quem está colocando. É a Imprensa quem está colocando; é o Presidente da República, quem está publicamente se queixando deste fato. Estou aqui apenas repetindo a notícia que corre por este Brasil. Então, quem tem que ser desmentida é a Imprensa, porque quem mais parece estar com a verdade é o Presidente da República. Sua Excelência é quem está falando o que estou repetindo aqui: que Sua Excelência está pressionado, que tem **lobby** aqui dentro, e que o **lobby** visa, naturalmente, negociações.

Fico constrangido de ver aqui, neste Senado, Senadores que assinam emendas constitucionais, como a do Fundo de Estabilização Fiscal, que assu-

miram o compromisso comigo de manterem suas assinaturas, porque eu disse que as queria para tramitar a emenda, e depois, simplesmente, foram lá e retiraram suas assinaturas.

Esta CPI, todo mundo está esperando que seja feita. Por que, agora, os Líderes se recolhem e vão lá para Alemanha? Para não assinarem a indicação dos integrantes da sua bancada?

V. Ex<sup>a</sup> disse aqui, ontem, que assinaria. Fico feliz com isso. O meu Partido já assinou, o PT já assinou, o PDT já assinou, mas é preciso que os fatos sejam esclarecidos perante a opinião pública. O que eu disse no meu pronunciamento é que o Presidente da República não pode ficar refém. Sua Excelência tem que denunciar para a opinião pública brasileira quem o está forçando a fazer determinadas coisas, quem o está intimidando.

Queremos democracia e o povo tem que saber o que está acontecendo neste País. Para isso, em primeiro lugar, tem que saber o que está acontecendo com o sistema financeiro nacional.

Muito obrigado.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** - Sr. Presidente, falei há pouco pela liderança. Agora peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) - V. Ex<sup>a</sup> vai usar da palavra por cinco minutos, embora o Regimento o proíba.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda, que dispõe de 50 minutos.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem, em concorrida solenidade realizada no Palácio do Planalto, o lançamento de uma Política Nacional de Turismo, elaborada pelas entidades que integram a Câmara Setorial de Turismo. Já era tempo. O Brasil, a despeito de suas incomensuráveis riquezas naturais, de sua grande diversidade cultural e da excelência de seu clima, ocupa péssima posição no **ranking** das nações que estão mais desenvolvidas nesse setor.

Na verdade, o Brasil se mostra débil na atividade turística mesmo quando comparado a países menores, como é o caso do vizinho Uruguai, que recebeu 2,2 milhões de turistas, contra cerca de 1,8 mi-

lhão que registramos aqui no ano passado. O contraste é ainda mais gritante quando são levados em consideração os números argentinos: aquele país acolheu, em 1995, 3,2 milhões de visitantes. Volto a dizer, se comparados a 1,8 milhão recebidos pelo Brasil, fica bem patente como o nosso País está atrasado em termos de recepção de turistas.

Constata-se, assim, já na confrontação com parceiros do Mercosul - nações de menor extensão territorial -, a precariedade da atividade turística brasileira. O contraste é ainda mais forte quando se toma como base os números de um gigante do turismo internacional como a França, que chega a atrair 65 milhões de visitantes por ano.

Nosso objetivo, hoje, aqui, é tentar descobrir que problemas nos conduziram a essa lamentável situação e - o que é ainda mais importante - especular o que pode e deve ser feito para modificar tal estado de coisas.

Segundo estudos técnicos da Embratur, o Brasil, há dez anos, recebia mais turistas do que hoje. Em 1986, registramos o ingresso de 1,9 milhão de visitantes.

Infelizmente, ao longo dos dez últimos anos, o fluxo de viajantes foi-se reduzindo na medida em que o nosso País ganhava destaque negativo na mídia mundial, como meca da destruição ecológica, paraíso de impunidade para criminosos, centro de um turismo sexual aviltante e reduto da violência urbana exacerbada. Sem falar, é claro, no processo inflacionário que praticamente impedia que se soubesse com exatidão o valor em dólar de qualquer mercadoria ou serviço.

Sabe-se, hoje, que, além de gastar muito pouco com a divulgação do Brasil no exterior, as entidades oficiais foram coniventes com o fracasso quando tentaram vender uma falsa imagem do País. Centrada em fotos de mulheres praticamente desnudas, essa propaganda acabou talvez por reforçar a idéia de uma terra de permissividade e promiscuidade - fato que desembocou no nefando turismo sexual, que hoje se luta para extirpar.

Além disso, os gastos brasileiros com publicidade foram irrisórios, quando olhados pelos padrões internacionais. Para se ter uma idéia da defasagem do investimento nacional com divulgação, basta fazer a comparação com alguns vizinhos. No ano passado, a Embratur empregou US\$2,5 milhões para tentar atrair visitantes. Enquanto isso, no Caribe, a pequena Jamaica investia US\$30 milhões! A Ilha de Aruba, que recebe muitos turistas brasileiros, aplicava US\$10 milhões em publicidade. Por fim, é bom

considerar que as inversões argentinas em propaganda alcançaram US\$15 milhões.

Mas a verdade é que a questão não se resume apenas à falta de publicidade ou mesmo à péssima imagem que fazem do Brasil no exterior. É incontestável que o turismo nunca mereceu a prioridade devida por muitas das autoridades deste País. Lamentavelmente, somente agora, de forma concreta e consistente, é reconhecido como atividade econômica geradora de empregos e de divisas.

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo estima que a atividade turística tenha movimentado, no ano passado, cerca de US\$3,4 trilhões no mundo todo. Além disso, é responsável pela geração de 212 milhões de empregos, que representam 10,7% da força mundial de trabalho. Em outras palavras, o turismo paga salário a um em cada dez trabalhadores do mundo.

Embora possuindo, como já disse, riquezas naturais extraordinárias, uma cultura diversificada ao longo de suas muitas regiões e um clima excepcional, o Brasil não aplicou em infra-estrutura turística uma mínima parte do que deveria ter investido. Assim, é forçoso reconhecer que não temos estabelecimentos hoteleiros ou centros de lazer em número condizente com nosso grande potencial.

Além de todos esses obstáculos, os preços praticados aqui – seja no sistema hoteleiro, seja nas passagens aéreas – são simplesmente absurdos. É fato conhecido que nossos melhores hotéis cobram diárias que correspondem ao dobro das praticadas na Ásia, por exemplo. Uma passagem aérea de ida e volta entre Brasília e Porto Alegre chega a custar estratosféricos US\$600, quando deveria, pelos padrões internacionais, alcançar, no máximo, US\$150. Acrescente-se a isso, a falta de financiamento para parcelar as passagens nacionais.

Com efeito, depois de muito esforço junto ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, conseguimos ampliar de três para seis meses esse prazo, enquanto as passagens internacionais permanecem sendo financiadas em 20, 25 e até 30 parcelas, através inclusive de cartões de crédito internacionais.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, infelizmente, o Brasil descuidou também dessa importante atividade, conhecida como "indústria sem chaminés". Boa parte do descaso oficial vem do fato de termos vivido, nos últimos quinze anos, um período de estagnação mesclado com um processo inflacionário que tornou impensável qualquer tipo de investimento em atividade econômica.

Mas de nada adianta, agora, chorarmos o leite derramado. É hora de agir. É nesse sentido que saúdo e parabeno a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de colocar o tema em discussão, ao anunciar uma política para o setor de turismo. Temos mesmo que atuar de forma competente e dinâmica também nesse campo.

O acompanhamento do mercado turístico brasileiro mostra, nos últimos anos, um excepcional crescimento da atividade na Região Nordeste. A cidade de Recife, por exemplo, já rivaliza hoje com o Rio de Janeiro, tradicional porta de entrada dos turistas que vêm ao Brasil.

Temos, no Nordeste, um clima quente e um litoral belíssimo, recortado por praias fantásticas. Temos, hoje, uma rede hoteleira respeitável, mas que ainda pode ser multiplicada por dois ou três.

Dentro de uma estratégia para desenvolver o turismo, o Nordeste precisa ocupar lugar de destaque. Afinal, seja em clima, seja em belezas naturais, nada ficamos a dever às nações caribenhas que hoje recebem forte fluxo de turistas norte-americanos e europeus.

Tenho para mim que o turismo é um dos setores que poderá alavancar a economia nordestina de uma maneira que nem podemos imaginar hoje. Em curto prazo, podemos oferecer a visitantes da Europa ou dos Estados Unidos hospedagem a preços convidativos. Mas, antes disso, é preciso investir muito, seja na expansão da infra-estrutura hoteleira e de lazer, seja no preparo de mão-de-obra especializada para o setor.

Também já é hora de se buscar um meio de equalizar o preço das passagens aéreas internas do Brasil com as tarifas mundiais. Não é possível que, nas vésperas do ano 2.000, uma viagem aérea ainda seja vista, em nosso país, como uma mordomia de ricos.

Por outro lado, há quem veja o turismo por esse mesmo ângulo, como privilégio ou ostentação. Não, o lazer e as viagens devem ser compartilhados por todos os cidadãos. É preciso democratizar o acesso dos brasileiros aos aviões, porque este é um país de dimensões continentais e as distâncias entre as capitais do Sul e do Norte são medidas em milhares de quilômetros.

É em boa parte por causa desses preços absurdos das passagens aéreas e das diárias de hotel que cada vez mais brasileiros viajam ao exterior.

Quando falo da infra-estrutura física e da preparação de trabalhadores qualificados, não



estou esquecendo outros aspectos também importantes. O Brasil tem avançado muito nestes últimos anos, conseguiu melhorar consideravelmente sua imagem no exterior, mas muita coisa ainda está por fazer. Temos que reduzir os níveis de violência urbana, porque é um fator que mais afasta os turistas.

**O Sr Humberto Lucena** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** - Com prazer, ouço o nobre representante da Paraíba, Senador Humberto Lucena.

**O Sr Humberto Lucena** – Senador Joel de Hollanda, acompanho com atenção o pronunciamento de V. Exª. Aproveito para parabenizá-lo pela oportunidade do tema que aborda, sobretudo por termos tido a notícia de que, ontem, numa solenidade no Palácio do Planalto, o Senhor Presidente da República teria lançado o Plano Nacional de Turismo. E, à tarde, quando os Senadores do Nordeste – acima de partidos e ideologias – estiveram no Palácio para levar um documento que cobra do Governo uma posição mais firme, uma vontade política mais decisiva, em relação ao desenvolvimento regional e a integração do Nordeste ao processo de crescimento econômico do País, ouvimos de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, uma palavra com muita ênfase sobre a necessidade de incrementar o turismo na Região Nordeste. V. Exª, além de falar no turismo a nível nacional, também se deteve no Nordeste como sendo realmente a Região mais propícia, no momento, para o desenvolvimento dessa "indústria sem chaminés", como muito bem chamou V. Exª. Neste momento, registro um fato auspicioso: o Presidente da República conseguiu que o Presidente do BNDES modificasse uma cláusula de um contrato com o Banco Mundial a respeito do Prodetur, o que vai permitir que o BNDES financie as contrapartidas dos governos estaduais nos financiamentos de projetos de cada Estado, em matéria de turismo. Ao que sei, são US\$400 milhões que deverão ser empregados pelo Banco Mundial no custeio desses projetos, dentre os quais está o do meu Estado, a Paraíba, que terá uma parcela de cerca de US\$60 a US\$80 milhões. Temos lá um projeto, que é o Projeto do Pólo Turístico, que está bem adiantado e que, certamente, será um dos principais investimentos do Prodetur. Também queria dizer a V. Exª que, na verdade, V. Exª tem toda razão quando fala no incremento do turismo, até como fonte geradora não só de rendas mas, sobretudo, de emprego num país de desempregados. Não tenho nenhuma dúvida, nobre Senador Joel de Hollanda – não sei o ponto de vista

de V. Exª -, de que também faz-se necessário uma conjugação de esforços para que o Governo reflita melhor sobre questão tão polêmica, mas que eu, depois de muito refletir, apóio: a reabertura dos cassinos, porque, sabe V. Exª, que levamos uma grande desvantagem na concorrência turística com o resto do mundo, inclusive aqui, na América Latina, com respeito a isso porque, como não há cassinos abertos no Brasil, muitos brasileiros de renda alta deslocam-se para outros países como Paraguai, Argentina, Uruguai, para não falar no Chile e até mesmo em países da Europa, para, justamente, gastarem os seus dólares lá. V. Exª sabe que há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que, segundo sei, é um projeto muito cauteloso, na base da legislação portuguesa e que estabelece, inclusive, algumas preliminares para que as pessoas freqüentem os cassinos, entre os quais está justamente o nível de renda. Só pessoas de um nível de renda superior podem lá comparecer justamente para evitar que os pais de família de classe média para baixo possam ir a cassinos e ali, inclusive, gastarem os seus salários, prejudicando sua sobrevivência e de sua família. Acredito que a regulamentação do jogo em cassino é urgente dentro desse contexto que V. Exª fala, de uma política nacional de turismo, inclusive para que possamos evitar o que existe hoje no Brasil e que está crescendo assustadoramente, que é o jogo em cassinos clandestinos. São casas de família, clubes sociais se transformando em cassinos, sem nenhuma norma legal que proíba, por exemplo, a entrada de menores, que estabeleça limites de renda e nem sequer cobre, evidentemente o imposto que é tão necessário para que essa renda seja aplicada, afinal, em obras sociais, como acontece, por exemplo, com as rendas das loterias, que são aplicadas em obras de natureza social. Quero parabenizar V. Exª e dizer que estou de pleno acordo com os seus pontos de vista.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** – Recolho com muita alegria o aparte que acaba de me fazer o nobre representante da Paraíba, ex-presidente desta Casa, Senador Humberto Lucena, pelo seu conteúdo altamente ilustrativo, vindo reforçar as teses que estou a defender neste modesto pronunciamento. A alegria é ainda maior porque parte de um companheiro desta Casa que tem sido também um baluarte na defesa do turismo como atividade geradora de renda, de empregos, de melhoria das condições de vida da nossa população. Sou testemunha do empenho de S. Exª, sobretudo junto às autoridades do Governo Federal.

Assisti a S. Ex<sup>a</sup> praticamente despachando com o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional, Dr. Mendonça de Barros, indagando de S. Ex<sup>a</sup> a decisão sobre a contrapartida do Prodetur. Informação que mais tarde o Presidente da República nos transmitiu que já estava equacionada: o BNDES está providenciando a superação das dificuldades para que os estados do Nordeste que não têm a contrapartida para recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento assim possam fazê-lo através do apoio do BNDES.

Se ontem o Presidente anunciou essa conquista para o Nordeste, faço questão de salientar que ela se deve em muita medida ao empenho e esforço de V. Ex<sup>a</sup>, aliado a outros companheiros desta Casa, que têm batalhado pelo turismo como fonte importante de desenvolvimento da nossa região em função das suas potencialidades naturais, da sua cultura e da infra-estrutura de hotelaria que ali já existe. Agradeço penhoradamente a V. Ex<sup>a</sup>.

A questão dos cassinos merece ser discutida porque não precisamos ser hipócritas. Sabemos que este é o País onde mais se joga, e o cassino poderá ser um instrumento importante de melhoria das condições de desenvolvimento das áreas hoje de menor desenvolvimento relativo. O cassino pode representar uma fonte de renda importante inclusive para os programas sociais que o Governo está a executar e para os quais não tem financiamento. Por isso V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quando pede que a discussão da reabertura dos cassinos volte à pauta das discussões aqui no Congresso.

Continuando, Sr. Presidente, eu diria que precisamos, como forma de também aumentar o turismo em nosso País, corajosamente, erradicar o turismo sexual, porque ele só causa danos ao nosso País. Devemos também dispensar um melhor tratamento aos que nos visitam, porque essa é a propaganda mais eficiente. É assim que agem todos os países que têm no turismo uma grande fonte de receita.

Ao finalizar, quero me congratular mais uma vez com o Presidente Fernando Henrique, com a Ministra Dorothea Werneck, da Indústria, Comércio e Turismo, com o Presidente da Embratur, Dr. Caio Luiz de Carvalho, e com todas as entidades da Câmara Setorial de Turismo pela contribuição que deram para a formulação da Política Nacional de Turismo ontem anunciada.

Arrisco-me a dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, que o desenvolvimento do nosso País, daqui para frente, não pode ser pensado sem o fortalecimento e a expansão da atividade turística.

Estudos técnicos mostram que, em todo o mundo, a cada ano, mais pessoas gastam mais com turismo. O homem hoje em dia investe muito mais dinheiro e tempo no lazer, na diversão, na busca de culturas exóticas. O Brasil precisa saber explorar essa importante atividade econômica, sob pena de perder mais uma vez o trem da história.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Joel de Holanda, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Ignacio Ferreira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores José Alves, Lúcio Alcântara e Benedita da Silva enviaram discurso à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JOSÉ ALVES (PFL-SE)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, surgido em memória de tragédias ocorridas no passado, durante o período mais tenso do processo de lutas pelos seus direitos, pelo respeito à sua dignidade na busca de melhores condições de vida e sobrevivência e como sinalização para o futuro, comemora-se hoje, dia 8 de março, em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher.

Gostaria de manifestar, Sr. Presidente, o meu repúdio a toda manifestação de violência e repressão pela força contra os legítimos anseios de pessoas, grupos e nações, quando buscam justificáveis melhorias no padrão de vida e convivência.

Assim como nos idos do final do século passado e início deste século mais de duzentas operárias, em dois lamentáveis incidentes, perderam a vida em incêndios provocados em represália às suas reivindicações, continuam, em várias partes do mundo, ultimamente na Bósnia e mais recentemente em Jerusalém, atos de pura perversidade e terrorismo, por motivos ideológicos, e preconceitos político-religiosos, onde as principais vítimas são mulheres e suas crianças.

Estatísticas das Nações Unidas revelam que elas estão entre os 75% dos refugiados em todo o mundo.

Estes estopins acesos em vários pontos do planeta, como na Irlanda, no Leste Europeu, em alguns pontos da Europa e no Oriente Médio, onde persistem disputas e rancores milenares, são uma ameaça permanente aos ideais de paz do ser humano, das famílias e da humanidade, em que 52% são mulheres.

Há 86 anos se comemora o Dia Internacional da Mulher, como um processo contínuo de confraternização pelo progresso em suas reivindicações e busca de reconhecimento aos seus direitos naturais e respeito à sua dignidade e cidadania.

Considero, entretanto, que entre as maiores conquistas do movimento feminino, destaca-se o direito do voto, que passou a existir no mundo a partir do final do século passado, e, no Brasil, depois de 1934.

A reunião ocorrida na China, no ano passado, promovida pelas Nações Unidas, mostrou ao mundo com os matizes de cada país ou região, a realidade, os resultados e as aspirações deste movimento de valorização da mulher como partícipe atuante do aperfeiçoamento e da evolução das sociedades, das nações e do gênero humano.

Mas, Sr. Presidente, não quero me alongar neste comentário apressado sobre alguns aspectos do movimento e da luta das mulheres por direitos, respeito e dignidade.

Gostaria de manifestar a minha simpatia, o meu afeto e o meu interesse nos objetivos maiores desta campanha, que, para ultrapassar obstáculos milenares, superar preconceitos sociais, políticos e religiosos, passou por áreas de atrito, abalou os alicerces conservadores de muitas famílias, mas, no futuro, tende, espero, para o ajustamento de uma melhor compreensão entre o homem e a mulher, como aliados na luta pela sobrevivência humana, na construção de uma sociedade mais humana, justa e feliz.

A história da humanidade revela, nas fases e momentos mais importantes de cada povo ou nação, exemplos de mulheres extraordinárias, que muito bem valorizam e dignificam o gênero feminino.

Exemplos de amor, de coragem, inteligência, resignação, bravura, expoente de valor pessoal e virtude, muitas comprovaram que o ideal, a competência e a vontade de cada um, de cada pessoa, em superar seus limites não têm sexo, tanto o homem, quanto a mulher são capazes das maiores proezas do gênero humano.

Não me arriscaria em citar nomes de grande mulheres do passado, que pontilham a história da civilização e a história do Brasil, nem de mulheres extraordinárias da era contemporânea, porque teria que citar também as que, ultimamente, ocuparam posições de destaque em todo o mundo e, particularmente, aqui em nosso País, onde já são tantas que fica difícil enumerá-las.

Somente aqui no Senado, neste Plenário, rompendo uma tradição histórica de presença apenas masculina entre os membros desta Casa, 5 Senadoras atuam com brilhantismo, e, a cada dia, têm demonstrado o seu valor, o peso de suas idéias e o vigor de sua disposição para o debate e para a realização de propósitos na defesa dos interesses da Nação e das populações que as elegeram.

Igualmente na Câmara Federal já são mais de 30 deputadas que avivam e enriquecem os projetos e trabalhos daquela Casa.

Tendo enaltecido a mulher que luta politicamente e lidera, quero, também, louvar aquelas outras que no anonimato do seu trabalho, muitas vezes humilde, no zelo de sua família, na educação dos filhos, conciliando a labuta com as obrigações domésticas, um fardo que todas tem procurado carregar com sacrifícios e resignação, também ajudam a construir este País, e, no mundo, o progresso da humanidade.

Esta humanidade que, no enigma da criação, é profundamente ligada à mulher, extremamente natural e personalidade mística, que Deus fez tão forte, e tão entranhada em nossa consciência, pelo vínculo de mãe e pelo mistério e promessas da redenção.

Na valorização de sua dignidade, nas suas lutas e conquistas por direitos e emancipações, que não se perca de vista o significado transcendental de sua importância na sociedade e na vida humana, pois, a mulher, mais que uma cidadã com iguais direitos na sociedade, é a irmã, a amiga, a companheira e a mãe do homem e da humanidade.

Desta tribuna do Senado, Sr. Presidente, quero me congratular com as lideranças e associações promotoras das comemorações do Dia Internacional da Mulher, particularmente aquelas entidades do meu Estado, que, juntamente com a Federação Sergipana de Mulheres, tem realizado um trabalho admirável de educação e promoção de pessoas carentes, lutando e vencendo obstáculos com imensas dificuldades.

Na história do homem, a mulher sempre foi uma expressão de sabedoria, de força e de mistério,

um templo erguido à espécie humana na exaltação da vida, da felicidade e do amor.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDBCE)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com grande satisfação que ocupo a tribuna desta Casa, neste 8 de março, para prestar minhas homenagens à mulher brasileira, no Dia Internacional da Mulher, e para fazer uma reflexão sobre a condição da mulher em nossa sociedade.

Neste quarto de século, a busca de novos espaços em todos os campos de atividade constitui fenômeno marcante do comportamento feminino. Nos últimos vinte e cinco anos, as mulheres foram galgando posições de destaque na vida pública, deixando o espaço privado e lutando pela ampliação de seus direitos. Essa luta pela igualdade de direitos e pela eliminação de qualquer tipo de discriminação ou preconceito tem sido heróica, em nosso País e no Mundo.

A mulher moderna vem superando as barreiras de preconceitos seculares e contribuindo ativamente para construir uma sociedade mais justa, em que a distinção biológica sexual deixa de ser empecilho à integração, essencial para a convivência pacífica entre homens e mulheres e para o progresso das Nações.

No Brasil, a luta das mulheres por seus direitos propiciou avanços significativos na Constituição Federal de 1988, avanços que vão desde a proibição de discriminação de qualquer tipo, ao reconhecimento das uniões estáveis e da função social da maternidade, à ampliação da licença-gestante, à contemplação dos direitos e garantias da mulher trabalhadora.

Mas a luta ainda não terminou. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFEMEA publicou um diagnóstico da situação da mulher no Brasil, cujos dados não têm sofrido alterações significativas, sendo oportuno mencioná-los neste instante:

- persistem desigualdades no acesso ao emprego e nas áreas de ocupação, bem como com relação aos salários;

- as mulheres constituem maioria no setor informal da economia e no subemprego;

- cresce o número de famílias pobres monoparentais sob responsabilidade de mulheres;

- as mulheres estão ausentes do poder e das instâncias de decisão em todas as estruturas hierárquicas;

- a violência social e doméstica, física e sexual, é um aspecto presente no cotidiano feminino;

- os mecanismos de promoção da igualdade de gênero são frágeis e insuficientes;

- apesar do acesso equitativo à educação, essa permanece diferenciada em função do gênero e segrega mulheres e homens por área de ocupação, acentuando-se o problema na área de formação profissional;

- não existe assistência satisfatória à saúde da mulher, pois os serviços disponíveis não a atendem em todas as fases da vida em função da limitação de recursos do setor público;

- a legislação brasileira ordinária ainda não foi atualizada de forma a promover a igualdade entre homens e mulheres, conforme preconizado pela Constituição Federal;

- a interpretação das leis pelo Judiciário ainda não atende satisfatoriamente aos princípios da igualdade de gênero, apesar dos avanços da Constituição Federal;

- às desigualdades de gênero somam-se as desigualdades socioeconômicas, raciais e étnicas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, embora o Brasil possa ser considerado bem mais avançado do que muitos outros países no que se refere ao reconhecimento legal dos direitos da mulher, ainda há muitos problemas a serem resolvidos. Estamos longe de uma situação de respeito à condição feminina e de enfrentamento de problemas de gênero.

Como médico, gostaria de destacar que, até o presente momento, as mulheres vinham sendo vítimas do descaso do poder público na área da saúde, sendo objeto de programas de esterilização, vítimas de mortalidade materna, de abortos realizados em precárias condições, atingidas por doenças evitáveis, como os cânceres de útero e de mama, além da AIDS que vem crescendo geometricamente.

Em nosso País, o índice de incidência de AIDS entre as mulheres é cada vez mais assustador: em 1984, para cada cento e vinte e seis homens, havia uma mulher infectada; hoje, a proporção é de cinco homens para cada mulher, como revelam os antropólogos Richard Parker e Jane Galvão no livro "Quebrando o Silêncio – mulheres e AIDS no Brasil". Esses índices refletem principalmente o duplo padrão de comportamento sexual masculino: o homem mantém relações fora do casamento e acaba contaminando mulher e filhos.

Apesar de todos os avanços, a maioria das mulheres ainda exerce aquelas atividades que costumavam ser designadas como "tipicamente femininas", como secretária, doméstica ou nos setores de saúde e educação, sendo rara a sua presença em cargos de direção. Ela continua sendo tratada como uma cidadã de segunda classe, ganhando vinte e

quatro por cento menos do que o homem, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas, e quarenta por cento menos, segundo estatísticas do IBGE.

A maternidade também é um dos fatores de marginalização da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Muitas empresas escondem a exigência do teste de gravidez em meio a outros exames que antecedem a contratação de mão-de-obra feminina.

Sr. Presidente, no que concerne à representatividade política, a mulher brasileira está longe de expressar o percentual de cinquenta e cinco por cento de mulheres existente na totalidade do eleitorado brasileiro, mas é inegável que essa representatividade vem se ampliando a cada pleito, sendo significativo o aumento da presença feminina no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais de todo o País. As próximas eleições contarão, sem dúvida, com um aumento no número de candidatas na disputa por cargos eletivos, pois já foi aprovada a lei que garante a quota de vinte por cento de mulheres nas listas de candidatos de cada partido político.

Haverá, sem dúvida, um aumento da participação das mulheres nas instâncias de decisão do nosso País, em todas as esferas de Governo. É importante lembrar que a presença feminina já é hoje uma realidade. Na atual legislatura, há cinco cadeiras ocupadas por mulheres no Senado Federal e trinta e três na Câmara dos Deputados. No Poder Executivo, uma mulher ocupa pela primeira vez o mais elevado cargo estadual, com a presença da Governadora Roseana Sarney na chefia do governo do Estado do Maranhão. No Distrito Federal, a médica sanitária Arlete Sampaio é Vice-Governadora. Na esfera executiva federal, destacam-se as presenças da Ministra da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck, e das Secretárias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente, Aspásia Camargo, da Cultura, Maria Delith Balaban, e da Administração Federal, Cláudia Maria Costin, além da Secretária-Executiva do Programa Comunidade Solidária, Ana Peliano, atestando a competência profissional e a capacidade de realização da mulher brasileira.

Sr. Presidente, há motivo especial de júbilo, neste 8 de março. O Governo Federal está lançando um pacote pró-mulher, constituído de uma dezena de medidas. Na área da saúde, as novas decisões vão reforçar o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher PAISM. A partir de agora, os postos de saúde estão obrigados a oferecer os contraceptivos, a ter médicos que receitem o método de planeja-

mento mais adequado a cada casal, e a oferecer atendimento para a prevenção dos cânceres de mama e de útero.

Também são contempladas mudanças no Código Penal no que concerne à classificação dos crimes e às punições. Bater, estuprar, violentar ou submeter a mulher a qualquer tipo de violência vai deixar de ser um crime contra os costumes para ser um crime contra a vida. O anúncio dessas medidas na data de hoje representa um avanço e demonstra que o Governo brasileiro está cumprindo os compromissos assumidos.

Sr.s e Srs. Senadores, eu não poderia concluir meu pronunciamento sem fazer referência à IV Conferência Internacional sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, promovida pela Organização das Nações Unidas, em Pequim, entre 4 e 15 de setembro de 1995, pois foi um momento altamente significativo na luta do movimento feminista.

A Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação, divulgadas ao término da Conferência, são frutos da pressão política do Fórum Mundial de Organizações Não-Governamentais feministas, também realizado na China, e do consenso das delegações dos cento e oitenta e um países presentes ao evento.

Esses dois documentos formalizam o compromisso dos governos signatários de promover a igualdade das mulheres, repudiando todas as formas de violência de gênero e de discriminação da mulher nos processos e nos espaços decisórios.

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, as mulheres, a cada dia, tornam-se mais conscientes do seu valor. Tenho a esperança de que, em futuro próximo, homens e mulheres vivam em condições de completa igualdade, pois como disse o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Boutros-Ghali, "sem avanços na condição das mulheres não pode ser verdadeiro o desenvolvimento social".

Parabéns a todas as mulheres.

Muito obrigado.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) —**

*"E Criou Deus o Homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, e criou-os varão e fêmea."*

**GÊNESIS — 27**

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, mulheres do meu País, mulheres da minha história, mulheres de todo o mundo,

"Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um só tempo, juiz e parte". Esse pensamento filosófico é coerente e verdadeiro, pois no mais longínquo tempo da humanidade, inventou-se a mais sofisticada das opressões: a do homem sobre a mulher.

Tão antigas são as origens dessa opressão, que um outro pensamento, do filósofo grego Pitágoras, retrata essa inteligente barbárie, dizendo: "Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher."

Durante muito tempo a mulher esteve no mundo não para si, mas para o homem. Essa situação de servidão, injusta e desigual – que infelizmente ainda hoje se verifica – é inaceitável. Isto porque toda a desigualdade, toda a diferenciação, que não está sustentada na identidade, é falsa. somente a partir do idêntico na essência, a diferença se faz legítima. Jesus, o Cristo, em sua infinita sabedoria, sempre ensinou que somos todos irmãos. E em suas peregrinações jamais distinguiu em razão de sexo. Acolhia, igualmente, as mulheres, com o mesmo respeito e dedicação que oferecia aos homens que o buscavam.

Nobres parlamentares, o homem foi desde sempre respeitado em sua condição humana. A mulher, infelizmente, ainda hoje, não é vista e respeitada em sua condição humana. Fatalmente, é vista pelo ângulo da sexualidade, como um objeto a ser alcançado, possuído, dominado. Dentro dessa linha de pensamento, até naquela relação que deveria ser a mais pura entre os seres humanos – que é a relação de amor entre uma mulher e um homem – existe uma disposição de dominação, baseada no falso pressuposto de superioridades e inferioridades dos sexos. Porém, a igualdade é o pressuposto do amor verdadeiro. O verdadeiro amor iguala, sempre! e por isso faz do ser amado alguém ainda mais livre. O verdadeiro sentimento do amor, em essência, é livre, e por isso mesmo inexigível!

No entanto, a grande questão da libertação da mulher não se define como um conflito com o homem. Define-se como um processo social, histórico e cultural, de formação de uma nova consciência. Nas relações humanas, essencialmente dialéticas, não se produz modificação em uma das partes da relação sem que aconteça uma transformação na outra. Significa que, na medida em que a mulher alcança sua liberdade e se torna uma expressão livre da sua personalidade, nessa medida, opera-se no homem uma modificação frutuosa, no rumo de uma concretização mais humana da personalidade masculina.

O homem tiranizou a mulher, alienou-a, isolou-a da luta social, da cultura e da história. E eu, como mulher que venci inúmeros obstáculos, para me fazer vez e voz, afirmo: essa situação durou demais! Demais para nós, mulheres, e demais para o homem, porque não há quem escravize sem escravizar-se a si mesmo. A opressão sobre a mulher desenvolveu no homem uma prisão de limitação e desconforto ético, da qual ele só se libertará, verdadeiramente, na medida em que reconhecer e contribuir para a igualdade entre os sexos.

Busquemo-nos, pois, todos, instante por instante, homens e mulheres, entre caminhos e descaminhos, erros e acertos, já que somos seres imperfeitos! Busquemo-nos, porque esta busca, a cada instante renascida, é a verdadeira instância do existir humano.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, não chegaremos à plenitude da dignidade feminina, não alcançaremos a plenitude da dignidade masculina, somente através da lei. Digo isso no sentido de que a lei produz relações e igualações formais, embora a busca da isonomia legal seja um dos capítulos mais importantes e significativos da nossa sacrificada luta em busca do respeito, do reconhecimento, da liberdade, do lugar que nós é devido. Todavia, é na concretude da vida, nas relações, no pensar e no agir que a igualdade, verdadeiramente, deverá realizar-se.

É nas relações entre os neurônios, onde elaboramos os pensamentos, as ideologias; é na qualidade dos argumentos que geram a nossa consciência; é onde habita o espírito, é na chama ardente do coração; é dentro do nosso ser, onde a consciência clama pela realização de uma sociedade igualitária, pelo fim das injustiças, das idéias obscuras encravadas na sociedade; é onde a cultura coloca, sem autocríticas, formas de viver, de pensar, formas de ser belo, formas do que é feio; é na raiz mais profunda, onde pensamos e sentimos, que teremos de encontrar essa igualdade, para que ela possa fluir cristalinamente para o mundo e para as gerações futuras.

Sr. Presidente, a emoção dessas palavras é o testemunho de uma mulher negra que experimentou e tem consciência da perversidade das desigualdades e opressões. Uma mulher, cujo sofrimento, fé e luta desabrocharam em cálidas rosas, em vívidas esperanças.

Estamos no limiar do ano 2000 e desejo manifestar minha firme convicção de que, a partir das isonomias formais que conquistamos, com o reconhecimento da mulher como cidadã, e acima de tudo, a partir da nossa prática iremos, num futuro bem próxi-

mo, esmagar todas as opressões possíveis, porque acredito que o movimento de mulheres é o início de uma possibilidade luminosa: a de um regime social e político cuja base de relações não seja o sistema de poder opressor que aí está!

No limiar do século 21, mulher brasileira, trabalha pela tua pátria, a tua sofrida pátria! Luta por ela com uma lucidez e uma perseverança, cuja força seja capaz de ultrapassar todos os obstáculos e, assim, conduzi-la ao seu verdadeiro lugar no mundo. Nunca nos justificaremos, nem ao ser amado, nem aos nossos filhos, senão pela construção das gerações futuras. O fundamento da humanidade é aquilo que ela está construindo, e construindo seu futuro, constrói a si mesma.

No limiar de uma nova era, vamos nós, mulheres brasileiras, despertar em todos os corações um sentimento de participação comunitária! Que na formação das nossas leis, na esfera do trabalho, na educação, na criação de princípios, que pela força de nosso número e de nossas lutas, tenhamos uma capacidade sempre renovada de enfrentar e transpor quaisquer desafios!

Vamos buscar um sentimento comunitário que venha de todos os brasileiros, homens e mulheres. Ouçamos, de todos de todos os recantos da nossa pátria, a voz do nosso povo sofrido! O signo mais expressivo da opressão feminina está na mulher pobre trabalhadora, na sua exploração absurda, com seu salário desigual, suas jornadas massacrantes de trabalho, seus deveres com o lar e os filhos, responsabilidades cujo peso, solitariamente assumido, só é suportável quando compartilhado!

É relevante notar: as leis já realizaram, até certo ponto, a igualdade. Não obstante, o sistema capitalista e seu modo de organização do trabalho, incidindo criminosamente sobre a mulher, prossegue em sua sanha exploratória. É preciso fazermos valer a nossa constituição, que acaba com a possibilidade da desigualdade. Permaneceremos lutando, sempre, por essa igualdade de fato, para que ela sirva como estrutura de uma identidade nacional, onde nossa diferença de sexo torne-se apenas e profundamente uma abertura existencial.

Queremos existir inteiras, fortes, audazes, competentes, capazes, participantes, não tomando o lugar de alguém, mas ocupando o nosso próprio espaço. Queremos andar de cabeça erguida, escolhendo, participando das decisões políticas e sociais. Queremos ser livres e participar da luta para tornar esse mundo um lugar melhor de se viver.

Um dia, juntos, seremos livres! Mulheres e homens; homens e mulheres! Livres para conhecer,

para trabalhar, para amar. um dia, vamos começar a ser verdadeiramente iguais e tornar a fraternidade um sonho possível!

Muito obrigada!

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente,

## 2ª Reflexão

Finais do século XIX, em Paris, as mulheres ocupam as ruas e os mercados, onde exercem sua vigilância. Aí fiscalizam permanentemente as qualidades e quantidades, a regularidade dos abastecimentos e o nível dos preços. Basta que se pronuncie uma falta-mercadorias que serão rápido demais, primeiros sinais de filas e elas em alerta. Esboça-se uma alta, elas murmuram. O rumor aumenta nas ruas, nos pátios, nos bairros, entre as vizinhas. No próximo mercado, os preços disparam, então as mulheres intimidam os vendedores de trigo à lhes entregar o cereal ao preço habitual, se eles recusam, elas se apoderam dele, taxam-no e vendem-no pessoalmente. Se o comerciante esconde os sacos elas atacam o açambarcador, viram as bancas, perseguem-no com seus gritos e mesmo socos até as lojas dos fundos de padeiros cúmplices.

Pela manhã, elas se concentram nas portas da cidade, para esperar a chegada das carroças e se apoderar dos sacos, que dividem junto a fonte onde se reúnem as mulheres. Se corre um boato de que algum carroto segue para algum lugar, elas saem e põem-se no seu caminho.

Como estão prontas então para se amotinar, a transmitir a senha que mobiliza imediatamente a comunidade de mulheres. Elas muitas vezes levam os filhos, dando-lhes um papel: ficar de olho, levar uma mensagem, dar o sinal de alerta.

As mães de família, as donas de casas mais carregadas de filhos em aleitamento às vezes grávidas, animam essas turbas amotinadas, mas também se vêem mulheres de idade, guardiãs do mercado, jovens solteiras, lavadeiras de magro salário para quem a carestia do pão é a miséria.

Nesses motins, as mulheres intervêm coletivamente. Nunca armadas, é com o corpo que elas lutam, rosto descoberto, mãos a frente procurando rasgar as roupas, suprema destruição para essas costureiras, aferrando-se às insígnias da autoridade – as dragonas dos guardas – mais interessadas em ridicularizar do que ferir.

Mas usam principalmente a voz: suas vociferações levantam multidões famintas. Quando lançam projéteis, são artigos do mercado ou pedras com que enchem os aventais, caso extremo. Normalmente, não destroem nem saqueiam, preferindo à venda



a preço taxado. Evitando roubar, **reclamam** o justo preço, impondo-o pessoalmente **diante** da omissão das autoridades, contra os açambarcadores e os poderes inertes, elas encarnam o **Direito** do Povo ao Pão de Cada Dia.

(Texto retirado do livro *Os Excluídos da História*.)

Ainda hoje essas vozes se fazem ouvir, nossas vozes, mulheres donas de casa, **moradoras** em bairros pobres, estamos presentes na **maioria** dos distúrbios populares: defendendo o **direito** a água nas bicas públicas, a luz através dos **gatos**, ao gás em bujão, etc... Estamos presentes nos distúrbios dos centros urbanos, no choque com a Polícia ou a Guarda Civil na defesa de nossos filhos maridos e das nossas casas.

Hoje como ontem, nós mulheres, além de iniciadoras dos chamados distúrbios populares, participamos ao lado de nossos companheiros e filhos, de movimentos de reivindicação trabalhista, contra a violência, paralelamente a estas vivências, exercemos as funções mais variadas, desde a de empregadas doméstica, trabalhadoras no campo, nas Forças Armadas, até as funções de direção de sindicatos, de empresas, ou nos considerados centros de decisão de poder, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Estas funções giram em torno daquelas que sempre fizeram parte da história das mulheres: a de ser mãe e esposa.

A História oficial masculina, sempre tentou recalcar a natureza da participação da mulher, no entanto, a medida que historiadores compromissados com a verdade fazem tal resgate, a luz se faz, sobre uma outra História diferente, onde a imagem da mulher está em correspondência com o lugar real que ocupou e hoje ainda ocupa na Cidade. Onde está o povo, nós mulheres estamos **energicamente** presentes, conforme citava o historiador Chatelet...

Ao contrário daqueles espaços, que historicamente sempre foram afirmados como masculinos, (Sindicatos, Partidos Políticos) nós mulheres continuamos a ter dificuldade em assumir determinados postos; e se o fazemos, não temos o reconhecimento oficial. Aqui se demarca um lugar de luta iniciada, mas que pelos seus resultados, deve ser revigorada.

A mãe - dona de casa-operária, já não é mais a alma do bairro, e por isso, núcleo de uma cultura popular original, que já não se opõe como ontem ao chamado modernismo unificador, já que, pelas diversas funções que tem que ocupar, **fragmentam** essa mulher, conseqüentemente, torna-se instrumento de desagregação familiar e social.

As portas do terceiro milênio, a migração de outras cidades brasileiras para o Rio de Janeiro, tem se ampliado, fazendo proliferar mais e mais as favelas. Nesta realidade a maioria da população é formada por negros, e dentro deste universo, a parcela maior é representada pelas mulheres, que assumem, geralmente, as funções de mãe e pai dos seus filhos.

São nestes espaços (Baixada Fluminense, Duque de Caxias, Morro do Alemão, Favela da Rocinha, Vigário Geral, etc...) que explodem as resistências, tanto no que unge a Cultura Popular, que se opõe as conseqüências do chamado Modernismo Unificador - com o colorido do Funk, as escolas de samba, a luta das Mães de Arcari, que ainda hoje, lutam para que se faça justiça em nome de seus filhos e filhas desaparecidos. A Casa da Paz, a fábrica da Esperança, etc...

As mulheres, reinam nesses espaços superpovoados onde, nos dias de festa, flutua o cheiro das cozinhas regionais, a música, o riso e a alegria.

Ao lado das festas, o tráfico de drogas, faz desses espaços, o corredor da morte de adolescentes e de crianças, pela omissão do Poder Público, que toma duras iniciativas contra os moradores dessas favelas, em detrimento das ações contra aqueles que abastecem estes lugares.

Por trás da qualificação de insignificante, dada a fala das mulheres, se mantém toda uma rede de comunicações horizontais, que no entanto, escapa aos ouvidos do poder historicamente, isto se explica e ainda persiste em determinadas regiões do Brasil, por serem os homens, os primeiros a se alfabetizar, sendo então capturados pelas redes de um texto que inicialmente chega-lhes de cima e gradualmente os modela e os normatiza. As mulheres, apesar da mesma experiência, com seus falatórios, mantêm, de certa forma, a independência do povo; como manifestação de um contra-poder, muitas vezes deixado de lado, inclusive pelas mulheres que ocupam instâncias de poder, historicamente considerados lugares masculinos, onde devia predominar o cérebro e a razão.

Cabe então ressaltar as mulheres que ocupam estas posições que, ao invés de excluir devem complementar a cabeça e a razão com o coração e a sensibilidade.

A História nos traz fragmentos importantes, que explicitam as relações da mulher com o Poder e das instituições que tentam apagar da memória cultural do povo.

Como muitos outros, o Poder é um termo polêmico. No singular, ele tem uma conotação política

e designa a figura central: é o que comumente se supõe, masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela.

Se nós mulheres não temos o Poder, temos poderes.

No Ocidente contemporâneo, investimentos no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinamos no imaginário dos homens, preenchemos suas noites e ocupamos seus sonhos.

Somos mais do que sua metade; somos a vida que vocês passam para o seu sono e pretendem vocês dispor o plano dos seus sonhos; declara uma heroína de romance do século XIX, que mais do que qualquer outro, celebrou a mulher enquanto mesa madona.

As representações do poder das mulheres, tema ambíguo e atual, comparece na Bíblia em Gênesis, que apresenta a mulher enquanto potência sedutora da eterna Eva, mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite oposta ao homem diurno, da ordem da razão lúcida, é um grande tema romântico do Mozart, Richard Wagner até os folhetins e novelas em nossos dias. Tanto em Parsifal quanto na novela Explode Coração, a busca da salvação consiste em exorcizar a ameaça que as figuras de mulher representam na trama para o triunfo de uma ordem dos homens.

Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam indivíduos? Única justificativa: argumentar sobre diferença dos sexos. É por isso que esses velhos discursos retoma nos fins do século XX com novo vigor, apoiando-se nos discursos atuais na Medicina e na Biologia, tentando negar as conquistas realizadas pelas mulheres. É um discurso naturalista que insiste na existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, o sentimento.

No entanto, não é principalmente nessa fonte que bebe o novo anti-feminismo no século XX, mas alimenta-se antes das conquistas das mulheres, do esboço, ainda que tímido, de uma inversão de papéis pela Mulher emancipada que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais, postos de decisão e recusa, jus-

tamente, confinar-se à vocação materna. Essa nova Eva suscita o fervor daqueles – poucos – que sonham com companheiras inteligentes e livres porém mais radical é o medo daqueles que temem ser desbancados e vêm nessa ameaça do poder feminino e risco de desagregação social e decadência dos costumes.

Concluimos no entanto, pela importância de nós mulheres darmos ênfase ao companheirismo e cumplicidade que devem nortear a relação entre homens e mulheres no sentido de apontarmos para novas conquistas que se dirijam para a integração familiar e social.

Reafirmamos então o compromisso com o Documento final do Encontro Mundial realizado em Beikín, em 1995: – pela igualdade de condições, nos salários, possibilidade de trabalho, nas decisões de caráter político, com a finalidade de diminuir o empobrecimento das populações.

Finalizando, reafirmamos o caráter de luta que nós mulheres devemos ter em parceria com os homens, pois só assim acreditamos na possibilidade de uma sociedade mais justa para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) - Os Sr. Senadores Waldeck Omelas e Flaviano Melo enviaram à mesa proposições cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, a-3, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

As proposições serão anunciadas na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se segunda-feira, às 14h30min, as matérias remanescentes da pauta de hoje e mais o Projeto de Resolução nº 22, de 1996.

## ORDEM DO DIA

- 1 -

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 208, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 91, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que concede ao Estado do Paraná autorização para emissão de Dívida Mobiliária para rolagem dos títulos vencidos no primeiro semestre de 1996, até o limite de 98,0%.

- 2 -

**REQUERIMENTO Nº 209, DE 1996**

(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do art. 340, III,  
do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1996, do Senador Carlos Bezerra e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 1996, que altera a Resolução nº 69, de 1995, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

- 3 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 1995**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros senhores Senadores, que nova redação ao parágrafo 2º do art. 57 da Constituição Federal, tendo

Parecer, sob nº 613, de 1995, da Comissão  
- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável nos termos de substitutivo que oferece.  
(Quinto e último dia de discussão)

- 4 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 27, DE 1995**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares e outros senhores Senadores, que dá nova redação à alínea e do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 822, de 1995, da Comissão  
- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.  
(Quinto e último dia de discussão)

- 5 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 51, DE 1995**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto e outros senhores Senadores, que altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 821, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.  
(Quinto e último dia de discussão)

**O SR. PRESIDENTE** (Leomar Quintanilha) -  
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h36min.)

**ATA DA 48ª SESSÃO REALIZADA  
EM 27 DE ABRIL DE 1995**

(Publicado no DCN - Seção II,  
de 28 de abril de 1995)

**RETIFICAÇÃO**

Trecho da ata à página 6736, 2ª coluna, fala da Presidência, que se republica por haver saído com incorreções,

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) - Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1993 (nº 49/91, na Casa de origem), que institui o Ano dos Transplantes e dá outras providências;

- Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1993 (nº 2.525/92 na Casa de origem), que inclui os incisos X e XI no artigo 4º da Lei nº 8.389 de trinta de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social; e

- Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1995 (nº 1.919/91, na Casa de origem), que cria o Programa Nacional para atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal.

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 140 e 232, de 1993, e 13 de 1995, receberam emendas e retornaram à Comissão de Educação, para exame.

São as seguintes as emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1993:

**EMENDA Nº 1-PLEN**

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º É denominado Anos dos Transplantes o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do segundo ano civil seguintes à publicação desta lei.

**Justificação**

O Projeto da Câmara é de 1991. A demora na tramitação legislativa impõe que se apresente esta emenda, que mantém o mesmo espírito da proposição original: oferecer um ano, Pelo menos, de preparação para um evento que, certamente deve, merecer especial atenção de todos nós.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

#### EMENDA Nº 2-PLEN

Substitua-se no art. 3º, a expressão com a participação da União, pela seguinte: para qual serão convidados representantes da União.

#### Justificação

A lei federal não pode obrigar que Estados, Municípios, Distrito Federal e entidade civis participem de uma comissão. Deve-se fazer o convite que, certamente será aceito, devido à relevância do tema tratado.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

É a seguinte a emenda oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1993:

#### EMENDA Nº 1-PLEN

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Art. 1º A Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar como seu art. 4º acrescido de incisos X e XI e com nova redação para o seu § 2º, na forma abaixo:

Art. 4º .....

X – um representante das agências de propaganda;

XI – um representante da categoria dos profissionais de propaganda.

.....  
§ 2º Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos do **caput** sugerir nomes à Mesa do Congresso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Busca-se, sobretudo, aperfeiçoar a técnica legislativa da proposição. Não tem o menor sentido fazer-se a alteração no mesmo artigo da lei em dois dispositivos diferentes da proposição em debate. Ademais, prevendo eventual alteração das entidades representativas, a redação do § 2º, foi simplificada para evitar que haja necessidade de outras futuras modificações.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

São as seguintes as emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1995:

#### EMENDA Nº 1-PLEN

Dê-se ao § 1º do art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º .....

§ 1º O programa de que trata esta lei compreenderá a concessão de bolsas e demais auxílios necessários, a fim de que estudantes do último ano de graduação, bem como os de pós-graduação, em cursos superiores ligados às profissões da Saúde, possam cumprir período de atendimento às populações carentes da Amazônia Legal, por prazo não superior a seis meses nem inferior a dois meses.

#### Justificação

É preciso deixar bem claro que a exigência de estar no último ano de estudos refere-se apenas aos estudantes de graduação, já que não teria sentido fazer-se igual exigência aos que estão se pós-graduando.

Por outro lado, deve-se fixar um prazo mínimo de atendimento eis que os custos de deslocamento para a Amazônia são elevados e não justificariam períodos curtos.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

#### EMENDA Nº 2-PLEN

Acrescente-se ao art. 2º a seguinte expressão final: bem como outros recursos resultantes de doações ou de convênios.

#### Justificação

Não se deve impedir que programas de tal magnitude dependam, exclusivamente, de verbas orçamentárias, reconhecidamente minguadas.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

#### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 258, DE 1996 (\*)

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto/de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.396/96-3, resolve aposentar, voluntariamente, PEDRO LACERDA RAMALHO, Analista Legislativo, Área 2, Especialidade Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil.

rativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.307/96, publicada em 12-2-96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 4 de março de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 5-3-96.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 273/96**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2340/95-0, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, ITAMAR BARBOSA MONTEIRO, matrícula 1542, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal (CEGRAF), nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções SF nºs 59/91, 51/93, 74/94, transformada na forma determinada pela Medida Provisória nº 1.307/96, e Resolução nº 76/95.

Senado Federal, 8 de março de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 274, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.185/96-6, resolve exonerar DOÁTICO ALCIDES ALVES DOS SANTOS do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Roberto Requião.

Senado Federal, 8 de março de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 275, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º,

da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.185/96-6, resolve nomear MOZARTE DE QUADROS para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Roberto Requião.

Senado Federal, 8 de março de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 20, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993-Senado Federal, resolve designar o servidor PAULO HUMBERTO XAVIER CANALE, Analista de Informática Legislativo, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, para exercer a Função Comissionada FC-7, de Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas A (CDA), da Divisão de Desenvolvimento e Sistemas (DDS), com efeitos a partir de 1º de março de 1996.

Brasília, 7 de março de 1996. – **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo em exercício.

#### **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 21, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993-Senado Federal, resolve dispensar, a pedido, o servidor CLEVERSON SILVA, Analista de Informática Legislativo, Nível III, do Quadro de Pessoal deste órgão, da Função Comissionada FC-7, de Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas A (CDA), da Divisão de Desenvolvimento e Sistemas (DDS), com efeitos a partir de 1º de março de 1996.

Brasília, 7 de março de 1996. – **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo em exercício.

#### **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 22, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993-Senado Federal, resolve tornar sem efeito a

designação da servidora MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Chefe do Setor de Preparação Técnica (SPT), da Coordenação de Operações (COP), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO), formalizada através do Ato nº 187/95.

Brasília, 7 de março de 1996. – **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo em exercício.

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN  
Nº 23, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993-Senado Federal, resolve designar o servidor MARCO ANTONIO NASCENTE, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, pra substituir o Chefe do Setor de Operação de Computador (SOC), da Coordenação de Operações (COP), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO), em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 1996.

Brasília, 7 de março de 1996. – **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo em exercício.

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN  
Nº 24, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRO-

DASEN), no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993-Senado Federal, resolve designar o servidor MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir o Chefe do Setor de Preparação Técnica (SPT), da Coordenação de Operações (COP), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO), em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1996.

Brasília, 7 de março de 1996. – **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo em exercício.

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN  
Nº 25, DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen –, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 5º do Plano de Carreira dos Servidores do Prodasen, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993, Senado Federal, resolve tornar sem efeito, a partir de 1º de fevereiro de 1996, a designação do servidor ORLANDO CASIMIRO DE OLIVEIRA, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, do Quadro de Pessoal deste Órgão, para substituir o Chefe do Setor de Operação de Computador (SOC), da Coordenação de Operações (COP), da Divisão de Suporte Técnico e Operações (DSO), formalizada através do Ato nº 61/93.

Brasília, 7 de março de 1996. – **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo em exercício.

**MESA****Presidente**

José Samey – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Erandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder**

Arlindo Porto

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma



## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Élcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	<b>PPB (ex-PPR + ex-PP)</b>	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	<b>PTB</b>	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	<b>PT</b>	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	<b>PDT</b>	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

### Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO**

**Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095**

### **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

**Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606**

**Secretários:** ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMÇÃO CRUZ**

**Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512**

**Secretários:** EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO**

**Ramais: 4638 - 3492**

**Secretários:** ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

# COMISSÕES PERMANENTES

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2361/62	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN •3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA •5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA •4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA •6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE •1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA •7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL •8	AM-2081/82
OSMAR DIAS •2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA •9	DF-2011/12
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4761/62	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- 1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT
- 2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/96
- 3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- 4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- 5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- 6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- 7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- 8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPR, em 25/10/96
- 9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3616/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

\*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

\*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

\*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

**TITULARES****SUPLENTEs**

<b>PMDB</b>			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/48
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
<b>PPR</b>			
ESPERIDIÃO AMIN •3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA •4	MA-4073/74
<b>PT</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
<b>PP</b>			
BERNARDO CABRAL •5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES•6	SE-2201/04
<b>PTB</b>			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLICY •1	SP-3215/16
<b>PL</b>			
ROMEU TUMA •2	SP-2081/57	1- VAGO	
<b>PPE</b>			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

•1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PSB

•2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

•3 - ESPIRIDÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

•4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

•5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PSB em 25/10/95

•6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2161/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- \*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- \*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- \*3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- \*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- \*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- \*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- \*7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- \*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- \*9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC****PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES****(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA •1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA •2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES •3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA •4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

- 1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- 2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- 3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- 4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS ... SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519 FAX: 311-1095



**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA****VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PE-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2361/2367	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

\*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

\*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

\*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

\*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

\*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.****SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TEL DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES****VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2361/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3166/69
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

\*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/96

\*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

\*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96

\*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/96

\*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
(SEÇÃO BRASILEIRA)  
(Designada em 25-4-95)

**Presidente:** Deputado PAULO BORNHAUSEN

**Vice-Presidente:** Senador CASILDO MALDANER

**Secretário-Geral:** Senador LÚCIO COELHO

**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

João Fogaça  
Casildo Maldaner

Marluce Pinto<sup>1</sup>  
Roberto Requillo

**PFL**

Vilson Kleinübing  
Romero Juca

Joel de Holanda  
Júlio Campos

**PSDB**

Lúcio Coelho

Geraldo Melo

**PPB**

Esperidião Amin

**PTB**

Emília Fernandes

Omar Dias<sup>2</sup>

**PP**

**PT**

Benedita da Silva  
Eduardo Suplitz  
Lauro Campos

**DEPUTADOS**

**Titulares**

**Suplentes**

**Bloco Parlamentar PFL/PTB**

Luciano Pizzatto  
Paulo Bornhausen

Antônio Ueno  
José Carlos Vieira

**PMDB**

Paulo Ritzel  
Valdir Colatto

Elias Abrahão  
Rivaldo Macari

**PSDB**

Franco Montoro

Yeda Crusius

**PPB**

Féter Júnior<sup>3 4</sup>

João Pizzolatti

**PP**

Dilceu Sperafico

Augustinho Freitas

**PT**

Miguel Rosseto

Luiz Mainardi

<sup>1</sup> Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

<sup>2</sup> Filiado ao PSDB em 22-6-95

<sup>3</sup> Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

<sup>4</sup> Júlio Redecker substituído por Féter Júnior, em 1-2-96



**EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS**